

Plano Municipal pela Primeira Infância

DE ITAPERUÇU

DOCUMENTO
CONSOLIDADO

Versão preliminar

JULHO 2025



Supervisão

&



Elaboração



EQUIPE TÉCNICA DA CONSULTORIA

COORDENAÇÃO:

PROFISSIONAL	ESPECIALIDADE
Sandra Mayumi Nakamura	Arquiteta e Urbanista CAU-PR A28547-1
Patrícia Costa Pelizzaro	Arquiteta e Urbanista CAU-PR A285641
Leticia Schmitt Cardon de Oliveira	Arquiteta e Urbanista CAU-PR A46913-0

EQUIPE TÉCNICA:

PROFISSIONAL	ESPECIALIDADE
Sandra Mayumi Nakamura	Arquiteta e Urbanista CAU A28547-1
Patrícia Costa Pelizzaro	Arquiteta e Urbanista CAU A285641
Letícia Schmitt Cardon de Oliveira	Arquiteta e Urbanista CAU A46913-0
Giulia Mazeto Nunes	Arquiteta e Urbanista CAU A306217-1
Sabrina Pietra Schedler Calza	Arquiteta e Urbanista CAU A175991-4
Carolina Raiane Gama de Oliveira de Moraes	Arquiteta e Urbanista CAU-PR A310614-4
Ana Maria Lorici Santin	Socióloga
Lídia Sayoko Tanaka	Engenheira Ambiental CREA-PR 87.131/D
Márcia Valéria dos Santos Barbosa	Advogada OAB-PR 61291
Walter José Floriano de Moraes	Contador CRC/PR-25751/O
EQUIPE DE APOIO:	
Thalita Sayuri Miura Miyawaki	



COMITÊ MUNICIPAL DE GESTÃO INTERSETORIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA

Representantes do Poder Executivo e seus respectivos suplentes, conforme decreto nº 24, de 13 de maio de 2024.

SETOR	REPRESENTANTE
Secretaria Municipal de Assistência Social	Rodrigo Sielski
	Jessica Gomes Castro
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer	Eleonai Cordeiro da Silva
	Genacir Pinto Alves
Secretaria Municipal de Fazenda	Paulo Augusto Ivan
	Renato Filter Leal
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Thais Cristina Rubini
	Marlon Cristiano de Bonfim
Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Gestão Tributária	Araslei Cumin
	Luciano Wagner Diresto
Secretaria Municipal de Saúde	Andreia Cordeiro de Lara
	Carolina Alvez Speltz
Secretaria Municipal de Educação	Michele Fukuda Pedroso de Moraes
	Thaise Eliete Miranda
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	Idimar Machado do Nascimento
	Mery Terezinha do Carmo Nascimento
Conselho Municipal de Assistência Social	Sabrina Willrich de Oliveira
	Abel Furquim
Conselho Municipal de Saúde	Cheila Viviana das Neves
	Nadir Ferreira
Conselho de Educação	Dircelia Dorneles
	Sheila Ferreira de Melo Machado
Conselho Tutelar	Geovana Maria do Nascimento Straub dos Santos
	Rosilda Alves dos Santos Lara
Equipe de Apoio	Stefanie Salamon Schimmel



LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização e acessos de Itaperuçu	20
Figura 2: Núcleo Urbano Central da RMC em relação ao território de Itaperuçu	22
Figura 3: Vistas da Avenida Agrimensor Gildo Pinheiro (PR-800)	28
Figura 4: Gráfico do crescimento do PIB per Capita de Itaperuçu	33
Figura 5: Cobertura da atenção primária à saúde de 2021 a 2023	47
Figura 6: Cobertura da vacina infantil em 2023	47
Figura 7: Avaliação do Índice Geral dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de Itaperuçu.....	75
Figura 8: Avaliação da infraestrutura das Unidades de Educação Infantil.....	79
Figura 9: Avaliação sobre a adequação dos espaços para brincadeiras e atividades lúdicas nas Unidades de Educação Infantil.....	80
Figura 10: Avaliação sobre adequação do mobiliário nas Unidades de Educação Infantil	80
Figura 11: Avaliação sobre a suficiência e adequação de materiais e brinquedos pedagógicos nas Unidades de Educação Infantil	81
Figura 12: Avaliação sobre a acessibilidade da infraestrutura nas Unidades de Educação Infantil para crianças com deficiência	81
Figura 13: Avaliação do suporte oferecido pelas escolas para o atendimento de crianças neurodivergentes ou com deficiência	83
Figura 14: Fotos da Oficina Participativa com os Pais e Responsáveis	85
Figura 15: Resultado da atividade interativa por meio do <i>Mentimeter</i>	86
Figura 16: Gráfico do total de contribuições por categoria	88
Figura 17: Fotos da Atividade aplicada às crianças	95
Figura 18: Nuvem de palavras resultante da atividade com as crianças	97
Figura 19: Gráfico do resultado das atividades das crianças por eixo temático (frequência x diversidade)	98



LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Evolução populacional do município de Itaperuçu	30
Tabela 2: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e seus componentes em Itaperuçu, no período de 1996 a 2010	31
Tabela 3: IPDM de Itaperuçu	32
Tabela 4: IVS de Itaperuçu	33
Tabela 5: Número de Estabelecimentos e Empregos (RAIS) segundo as Atividades Econômicas de Itaperuçu - 2022	34
Tabela 6: Atendimentos durante pré-natal às gestantes	42
Tabela 7: Registros realizados na Gestação, Parto e Puerpério nos equipamentos de saúde em Itaperuçu - 2023	43
Tabela 8: Óbitos por faixa etária da falecida	43
Tabela 9: Óbitos por local de domicílio	44
Tabela 10: Óbitos por etnia	44
Tabela 11: Óbitos por estado civil	44
Tabela 12: Número de crianças até 6 anos por faixa etária em 2023	45
Tabela 13: Registro de morbidades em crianças até 6 anos em 2023	45
Tabela 14: Taxa de cobertura à saúde	48
Tabela 15: Números de unidades escolares em 2024	50
Tabela 16: Relação de unidades escolares públicas e privadas em 2024	50
Tabela 17: Índice de crianças da primeira infância na escola	54
Tabela 18: Números de matrículas na primeira infância nos anos de 2023 e 2024	57
Tabela 19: Quantitativo de alunos por turno, sexo e faixa etária no ensino público. ...	57
Tabela 20: Números de alunos com necessidades especiais	58
Tabela 21: Serviços nas unidades escolares em Itaperuçu - 2024	58
Tabela 22: Famílias cadastradas no Cadastro Único em 2024	61
Tabela 23: Número de acompanhamentos realizados no CRAS	63
Tabela 24: Número de atendimentos pelo CREAS	64
Tabela 25: Número de benefícios e beneficiários em relação à proteção social básica - 2024	65
Tabela 26: Quantitativo à proteção social especial	65
Tabela 27: Quantitativo de crianças usuárias do Acolhimento Institucional São Domingos de Sávio	66
Tabela 28: Registro do quantitativo de crianças violadas em 2024	67



Tabela 29: Registros de violação à convivência familiar e comunitária	67
Tabela 30: Total de domicílios em Itaperuçu	70

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Estratégia de Saúde Familiar em Itaperuçu	36
Quadro 2: Unidades Básicas de Saúde em Itaperuçu.....	37
Quadro 3: Campanhas pela Primeira Infância realizadas em Itaperuçu - 2024.....	48
Quadro 4: Ações institucionais voltadas à primeira infância	49
Quadro 5: Programas de educação voltados 'a Primeira Infância	59
Quadro 6: Composição da equipe do CRAS em 2024.....	63
Quadro 7: Composição da equipe do CRAS em 2024.....	64
Quadro 8: Composição da equipe do Acolhimento Institucional São Domingos de Sávio em 2024.....	67
Quadro 9: Potencialidades e Deficiências por eixo temático.....	89
Quadro 10: Potencialidades e Deficiências por eixo temático.....	93
Quadro 11: Diretrizes para o Eixo 1 - Meio ambiente.....	102
Quadro 12: Diretrizes para o Eixo 2 - Saúde.....	103
Quadro 13: Diretrizes para o Eixo 3 – Educação infantil	104
Quadro 14: Diretrizes para o Eixo 4 – Assistência social	106
Quadro 15: Diretrizes para o Eixo 5 – Cultura, esporte e lazer	106
Quadro 16: Diretrizes para o Eixo 6 - Habitação	108
Quadro 17: Diretrizes para o Eixo 7 - Institucional.....	108



LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização das unidades de saúde na área urbana	39
Mapa 2: Localização das unidades de saúde na área rural	40
Mapa 3: Localização das Escolas da Primeira Infância na área urbana.....	52
Mapa 4: Localização das Escolas da Primeira Infância na área rural	53
Mapa 5: Rotas de Transporte Escolar na área urbana	55
Mapa 6: Rotas de Transporte Escolar na área rural	56
Mapa 7: Concentração de Famílias com crianças da primeira infância assistidas pelo Bolsa Família	62
Mapa 8: Localização dos equipamentos relacionados à Assistência Social	69
Mapa 9: Localização dos Equipamentos de Lazer e Esportes	73



SUMÁRIO

EQUIPE TÉCNICA DA CONSULTORIA	2
COMITÊ MUNICIPAL DE GESTÃO INTERSETORIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA	3
LISTA DE FIGURAS	4
LISTA DE TABELAS	5
LISTA DE QUADROS	6
LISTA DE MAPAS	7
SUMÁRIO	8
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	11
APRESENTAÇÃO	14
1 METODOLOGIA GERAL	15
2 MARCO LEGAL	16
3 CONTEXTO REGIONAL E MUNICIPAL	19
3.1 CONTEXTO REGIONAL	19
3.1.1 LOCALIZAÇÃO E ACESSOS	19
3.1.2 REGIÃO GEOGRÁFICA INTERMEDIÁRIA E REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA ARRANJOS REGIONAIS OU METROPOLITANOS	20
3.1.3 REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA	21
3.1.4 RELAÇÕES INTERMUNICIPAIS	22
3.2 CONTEXTO MUNICIPAL	25
3.2.1 CARACTERÍSTICAS DO MEIO FÍSICO-NATURAL	25
3.2.2 PRINCIPAIS INFRAESTRUTURAS PÚBLICAS	27
3.2.3 DINÂMICA DEMOGRÁFICA	30
3.2.4 CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS	33
4 MARCO SITUACIONAL - SITUAÇÃO DA PRIMEIRA INFÂNCIA	35
4.1 ATENÇÃO À SAÚDE NA PRIMEIRA INFÂNCIA	36
4.1.1 ESTRATÉGIA DE SAÚDE FAMILIAR (ESF)	36
4.1.2 UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (UBS)	37
4.1.3 OUTRAS UNIDADES DE SAÚDE	41



4.1.4	INDICADORES DE SAÚDE	42
4.1.5	GESTÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE	46
4.2	ATENÇÃO À EDUCAÇÃO NA PRIMEIRA INFÂNCIA	49
4.2.1	QUANTIDADE DE UNIDADES ESCOLARES EM 2024	50
4.2.2	DADOS DA REDE ESCOLAR EM 2024	50
4.2.3	TRANSPORTE ESCOLAR	54
4.2.4	QUANTIDADE DE ALUNOS MATRICULADOS EM 2023 E 2024	57
4.2.5	QUANTIDADE DE ALUNOS POR FAIXA ETÁRIA, GÊNERO E TURNO	57
4.2.6	QUANTIDADE DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS MATRICULADOS EM 2023 E 2024	58
4.2.7	SERVIÇOS NAS UNIDADES ESCOLARES EM 2024	58
4.2.8	VAGAS SOLICITADAS E NÃO ATENDIDAS EM CRECHES / CMEIS E ESTIMATIVA DE DÉFICIT DE VAGAS POR UNIDADE ESCOLAR/ BAIRROS OU REGIÕES DO MUNICÍPIO.	59
4.2.9	PROGRAMAS ESPECÍFICOS PARA CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS	59
4.3	ATENÇÃO À PROTEÇÃO SOCIAL NA PRIMEIRA INFÂNCIA	60
4.3.1	CADASTRO ÚNICO 2024	60
4.3.2	CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)	63
4.3.3	CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS)	64
4.3.4	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	65
4.3.5	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	65
4.3.6	CENTRO DE CONVIVÊNCIA	66
4.3.7	CASA LAR OU SIMILIAR	66
4.3.8	VIOLAÇÕES	67
4.3.9	CONSELHOS EXISTENTES	68
4.4	OUTROS INDICADORES	70
4.4.1	INFRAESTRUTURA	70
4.4.2	HABITAÇÃO	70
4.4.3	EQUIPAMENTOS DE LAZER	72
5	IMPACTO DA PANDEMIA NAS CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS	74
6	OS ODS E AS AÇÕES DA REDE DA PRIMEIRA INFÂNCIA	74
7	METAS E OBJETIVOS	77
7.1	RESULTADOS DAS ATIVIDADES PARTICIPATIVAS	78
7.1.1	QUESTIONÁRIO COM AS PROFESSORAS	78
7.1.2	OFICINA PARTICIPATIVA COM OS PAIS E RESPONSÁVEIS: DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES	85
7.1.3	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS COM AS CRIANÇAS	94
7.1.4	SÍNTESE DAS ATIVIDADES PARTICIPATIVAS	100
7.2	EIXOS PRIORITÁRIOS	101
7.2.1	MEIO AMBIENTE	101
7.2.2	SAÚDE	102
7.2.3	EDUCAÇÃO INFANTIL	103
7.2.4	ASSISTÊNCIA SOCIAL	105
7.2.5	CULTURA, ESPORTE E LAZER	106
7.2.6	HABITAÇÃO	107
7.2.7	INSTITUCIONAL	108
7.3	PROGRAMAS E PROJETOS	109
7.3.1	DEFINIÇÃO DOS PROGRAMAS E PROJETOS	109



8	<u>PLANO DE AÇÃO</u>	<u>114</u>
9	<u>FONTES DE RECURSOS</u>	<u>148</u>
10	<u>DISPOSIÇÕES FINAIS</u>	<u>149</u>
	<u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>	<u>151</u>



LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

SIGLA	DESCRIÇÃO
ACRAI	Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Amigos de Itaperuçu
ACS	Agentes Comunitários de Saúde
AEN	Agência Estadual de Notícias
AMEP	Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná
AISP	Áreas Integradas de Segurança Pública
APMI	Associação de Proteção à Maternidade e Infância
BCB	Banco Central do Brasil
BCG	Bacilo de Calmette e Guérin
BGV	Benefício Variável para Gestante
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BPC	Benefício de Prestação Continuada
BPI	Benefício Primeira Infância
BPM	Batalhão de Polícia Militar
BPGD	Batalhão de Polícia de Guarda
BVN	Benefício Variável Nutriz
BVFC	Benefício Variável Familiar Criança
CER	Centro Especializado em Reabilitação
Cfb	Clima Temperado
CACS FUNDEB	Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
CadÚnico	Cadastro Único
CAE	Conselho Municipal de Alimentação Escolar
CER	Centro Especializado em Reabilitação
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CMDCA	Conselho Municipal da Criança e do Adolescente
CMDPD	Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência
CME	Conselho Municipal de Educação
CMEI	Centros Municipais de Educação Infantil
COIN-GM	Consórcio Intermunicipal das Guardas Municipais da Região Metropolitana de Curitiba
COMEC	Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba
COMESP	Consórcio Metropolitano de Serviços do Paraná
CONRESOL	Consórcio Intermunicipal para Gestão de Resíduos Sólidos
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRPM	Comando Regional de Polícia Militar



SIGLA	DESCRIÇÃO
DRMetro	Divisão de Polícia Metropolitana
DTP	Difteria, tétano e pertussis
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ESF	Estratégia de Saúde Familiar
eSF	Equipes de Saúde da Família
eSB	Equipe de Saúde Bucal
ETE	Estação de Tratamento de
FJP	Fundação João Pinheiro
FMCSV	Fundação Maria Cecília Souto Vidigal
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FPICs	Funções Públicas de Interesse Comum
FOM	Floresta Ombrófila Mista
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
HepB	Hepatite B
Hib	Haemophilus influenzae tipo b
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHm	IDH Municipal
IDSC	Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPDM	Índice Ipardes de Desempenho Municipal
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITCG	Instituto de Terras Cartografia e Geociências
IVS	Índice de Vulnerabilidade Social
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MDS	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação
MINEROPAR	Minerais do Paraná
NCPi	Núcleo Ciência pela Infância
NRE	Núcleo Regional de Educação
NUC	Núcleo Urbano Central
NUCA	Núcleo de Cidadania de Adolescentes
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde



SIGLA	DESCRIÇÃO
PAEFI	Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PAIF	Proteção e atendimento integral à família
PIB	Produto Interno Bruto
PMI	Prefeitura Municipal de Itaperuçu
PMPI	Plano Municipal da Primeira Infância
PNAISC	Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança
PNATE	Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar
PNE	Plano Nacional de Educação
PNPI	Política Nacional pela Primeira Infância
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual
PSE	Programa Saúde na Escola
PSF	Programa de Saúde Família
RALF	Reator Anaeróbio de Leito Fixo
RGI	Regiões Geográficas Intermediárias
RGIIm	Regiões Geográficas Imediatas
RIT/M	Rede Integrada de Transporte
RMC	Região Metropolitana de Curitiba
RNPI	Rede Nacional Primeira Infância
RS	Regionais de Saúde
RSD	Resíduos Sólidos Domiciliares
SAA	Sistema de Abastecimento de Água
SANEPAR	Companhia de Saneamento do Paraná
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SECULT	Secretaria Municipal de Cultura
SEDUC	Secretaria Municipal de Educação
SEHAB	Secretaria Municipal de Habitação
SEMA	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SEPLAG	Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão
SESPOR	Secretaria Municipal de Esporte
SESAU	Secretaria Municipal de Saúde
SMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância



APRESENTAÇÃO

O presente documento corresponde à versão final do **Plano Municipal para a Primeira Infância de Itaperuçu**, elaborado no âmbito do Processo Administrativo nº 226/2024, firmado entre a empresa Ecotécnica Tecnologia e Consultoria Ltda. e a Prefeitura Municipal de Itaperuçu, em conformidade com o Termo de Referência constante do Edital de Pregão Eletrônico nº 02/2025.

O Plano Municipal para a Primeira Infância (PMPI) de Itaperuçu constitui-se em um instrumento fundamental para a promoção do desenvolvimento integral das crianças de 0 a 6 anos, período determinante para a formação humana e, por isso, reconhecido como prioridade absoluta na formulação e implementação de políticas públicas.



1 METODOLOGIA GERAL

A elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância de Itaperuçu constitui-se como um processo técnico e participativo que estrutura a política pública municipal voltada ao atendimento integral das crianças de 0 a 6 anos. O plano tem como fundamento a compreensão da primeira infância como um período decisivo para o desenvolvimento humano, orientando a atuação do poder público municipal a partir de evidências sobre a realidade social, econômica, territorial e cultural do município. Sua formulação segue as diretrizes previstas no Plano Nacional pela Primeira Infância e na legislação federal, estadual e municipal, que reconhecem as crianças como sujeitos de direitos e determinam a prioridade absoluta às suas necessidades.

A metodologia adotada articulou duas grandes frentes. A primeira consistiu na elaboração de um diagnóstico situacional amplo, integrando análises demográficas, sociais, econômicas, territoriais e de infraestrutura, incluindo dados de saúde, educação, assistência social, habitação e lazer, entre outros, com vistas a identificar potencialidades e fragilidades do município no atendimento à primeira infância. A segunda frente correspondeu a um processo participativo, construído a partir da mobilização intersetorial do poder público e da escuta ativa da sociedade. Foram realizados encontros técnicos com representantes das secretarias municipais, aplicação de questionário junto às professoras da rede de educação infantil, oficinas participativas com pais e responsáveis, e atividades lúdicas com as crianças, garantindo que suas percepções fossem incorporadas às diretrizes do plano.

As informações sistematizadas a partir desses levantamentos orientaram a definição de diretrizes e ações específicas, assegurando que o PMPI seja um instrumento legítimo e aderente à realidade local, capaz de nortear políticas públicas continuadas para o desenvolvimento integral das crianças de Itaperuçu.



2 MARCO LEGAL

No **Brasil**, os marcos legais para benefício da primeira infância constam na:

- **Constituição Federal de 1988**, Título II dos Direitos e Garantias Fundamentais, no Capítulo II - Dos Direitos Sociais à educação, à saúde, à alimentação, ao trabalho, à moradia, ao transporte, ao lazer, à segurança, à previdência social, à proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados; no Título III da Organização do Estado, Capítulo I, art.24: compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre a proteção à infância e à juventude.
- **Estatuto da Criança e do Adolescente** (Lei nº 8.069 de 1990), nas disposições finais e transitórias, no artigo 260 cita que:

as prioridades a serem atendidas com os recursos captados pelos fundos nacional, estaduais e municipais dos direitos da criança e do adolescente serão consideradas as disposições do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária e as do Plano Nacional pela Primeira Infância. (BRASIL, 1990)

Ainda no mesmo Estatuto, no mesmo artigo, atenta-se a questão da importância da instituição do Conselho Municipal, pois este que fixará critérios de utilização das dotações subsidiadas e demais receitas, por meio do Plano Municipal pela Primeira Infância entre outros planos de aplicação.

- **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (LDB nº 9.294/1996) em que a educação infantil (crianças até 5 anos de idade) faz parte da educação escolar, como direito da gratuidade e vagas próximas a sua residência. No Título V, Capítulo II da Educação Básica, Seção II, especifica o objetivo da Educação Infantil como:

a primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (BRASIL, 1996).

- **Marco Legal pela Primeira Infância** (Lei nº 13.257/2016), o qual estabelece princípios e diretrizes para a formulação e implementação de políticas públicas para a primeira infância. Os pontos principais de atuação nas ações e políticas públicas estão no Art. 4º:

Art. 4º. As políticas públicas voltadas ao atendimento dos direitos da criança na primeira infância serão elaboradas e executadas de forma a:

I - **atender ao interesse superior da criança** e à sua condição de sujeito de direitos e de cidadão;

II - **incluir a participação da criança** na definição das ações que lhe digam respeito, em conformidade com suas características etárias e de desenvolvimento;

III - **respeitar a individualidade** e os ritmos de desenvolvimento das crianças e valorizar a diversidade da infância brasileira, assim como as diferenças entre as crianças em seus contextos sociais e culturais;

IV - **reduzir as desigualdades no acesso** aos bens e serviços que atendam aos direitos da criança na primeira infância, **priorizando o investimento público na promoção da justiça social, da equidade e da inclusão sem discriminação da criança**;



V - **articular as dimensões ética, humanista e política da criança cidadã** com as evidências científicas e a prática profissional no atendimento da primeira infância;

VI - **adotar abordagem participativa**, envolvendo a **sociedade**, por meio de suas organizações representativas, **os profissionais, os pais e as crianças**, no aprimoramento da qualidade das ações e na garantia da oferta dos serviços;

VII - **articular as ações setoriais** com vistas ao atendimento integral e integrado;

VIII - **descentralizar as ações** entre os entes da Federação;

IX - **promover a formação da cultura de proteção e promoção da criança**, com apoio dos meios de comunicação social.

- **Constituição do Estado do Paraná** (Publicado no Diário Oficial no. 3116 de 5 de Outubro de 1989), estabelece sua competência de proteção e assistência social à infância e à adolescência, em seu artigo 13 e 173 respectivamente.
- **Lei Orgânica de Itaperuçu** complementa a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e às pessoas da terceira idade mediante articulação com os órgãos federais e estaduais.

Desta maneira, o Plano Municipal pela Primeira Infância de Itaperuçu se baseará nas legislações citadas para garantir a qualidade, e desenvolver articulações políticas e administrativas para que as ações sejam realmente praticadas a favor das crianças de 0 a 6 anos, principalmente as mais vulneráveis.

DIAGNÓSTICO DO MUNICÍPIO





3 CONTEXTO REGIONAL E MUNICIPAL

Este capítulo tem como objetivo contribuir para a compreensão do contexto do território municipal de Itaperuçu, seja em relação à sua própria área, ou à relação desta com a região em que está inserido, com ênfase na sua inserção na Região Metropolitana de Curitiba. O conteúdo abordado aqui é essencial para a compreensão dos capítulos subsequentes deste documento, pois oferece um entendimento mais claro das questões que serão discutidas a seguir, ao apresentar características territoriais, demográficas, sociais e econômicas de forma abrangente. Assim sendo, perfaz a função de referência para os capítulos posteriores, cujos temas adentram em questões mais específicas do objeto do plano municipal pela Primeira Infância de Itaperuçu.

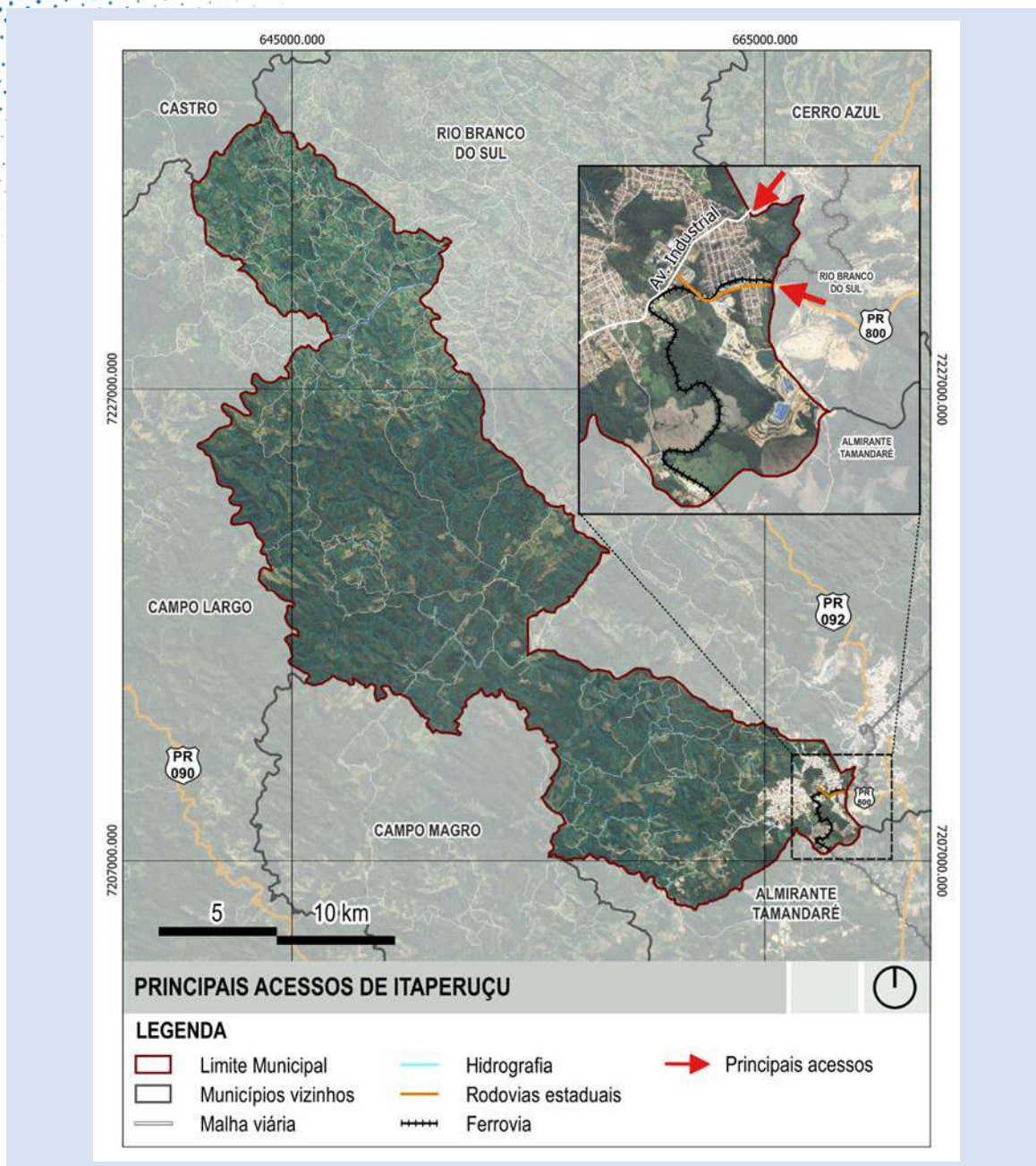
3.1 Contexto Regional

3.1.1 Localização e Acessos

O município de Itaperuçu está situado no leste do território paranaense, disposto ao redor das coordenadas 25° 12' 52", latitude Sul, e 49° 20' 34", longitude Oeste, a uma altitude média de 988 metros acima do nível do mar. Seus municípios limítrofes são: Castro, ao norte, Rio Branco do Sul, a leste, Almirante Tamandaré e Campo Magro, ao sul, e Campo Largo, a oeste (Figura 1). Sua distância até o centro da capital do estado, Curitiba, é de aproximadamente 30 km.

Os acessos ao município ocorrem pela rodovia PR-800 (principal) e pela via Av. Industrial (secundário), que liga Itaperuçu ao município de Rio Branco do Sul. Estas vias derivam da rodovia PR-092, também conhecida como Rodovia dos Minérios ou Rodovia Governador Parigot de Sousa, que possui aproximadamente 383 km de extensão e liga o município de Curitiba até a divisa com o Estado de São Paulo, nas imediações do município de Palmital/SP (Figura 1). Há outras estradas, vicinais, que adentram Itaperuçu a partir dos municípios limítrofes, no entanto, realizam ligações entre áreas rurais e bairros itaperuçuenses menos populosos, de ocupação mais rarefeita, ou ainda entre as áreas rurais de algum dos municípios vizinhos e de Itaperuçu. O município conta ainda com um trecho de ferrovia da Estrada de Ferro Norte Paraná, ramal Curitiba – Rio Branco do Sul.

Figura 1: Localização e acessos de Itaperuçu



Fonte: ECOTÉCNICA, 2024.

3.1.2 Região Geográfica Intermediária e Região Geográfica Imediata Arranjos Regionais ou Metropolitanos

As Regiões Geográficas Intermediárias (RGI) e Regiões Geográficas Imediatas (RGIIm) foram publicadas em 2017 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com o objetivo de substituir, respectivamente, os recortes geográficos das Mesorregiões e Microrregiões, que por muitos anos foram utilizados como base para a identificação e interpretação de agrupamentos de municípios com similaridades. Essa redefinição não se limitou a apenas alterar a nomenclatura utilizada para as regiões,



mas também reagrupou os municípios em novos recortes condizentes com as semelhanças econômicas e sociais atualizadas ao contexto da década de 2010.

De acordo com a publicação que definiu as RGI e RGIm para todo o Brasil, o município de Itaperuçu permaneceu sob a mesma relação de influência de Curitiba, anteriormente inserido na Mesorregião de Curitiba, que contava com 37 municípios da Região Metropolitana de Curitiba (RMC) e litoral paranaense, e agora integrante da Região Geográfica Intermediária de Curitiba, que, com a reclassificação, passou a abranger 45 municípios.

Com relação à RGIm, o município de Itaperuçu, anteriormente inserido na Microrregião de Curitiba, que contava com 19 dos 29 municípios da RMC, passou a figurar na Região Geográfica Imediata de Curitiba, que, com a reclassificação, passou a abranger todos os integrantes da RMC, reforçando esse recorte espacial como definidor de dinâmicas intermunicipais.

3.1.3 Região Metropolitana de Curitiba

A institucionalização das Regiões Metropolitanas, com vistas ao acelerado processo de urbanização das cidades brasileiras, nas décadas de 1950 e 1960, surgiu como um projeto do governo federal que objetivava o desenvolvimento de debates e propostas comuns aos municípios que, independentemente de sua vinculação administrativa, integravam uma mesma unidade socioeconômica.

Por meio da Lei Complementar Federal nº 14, de 8 de junho de 1973, estabeleceu-se as regiões metropolitanas brasileiras: São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. (COMEC, 2006).

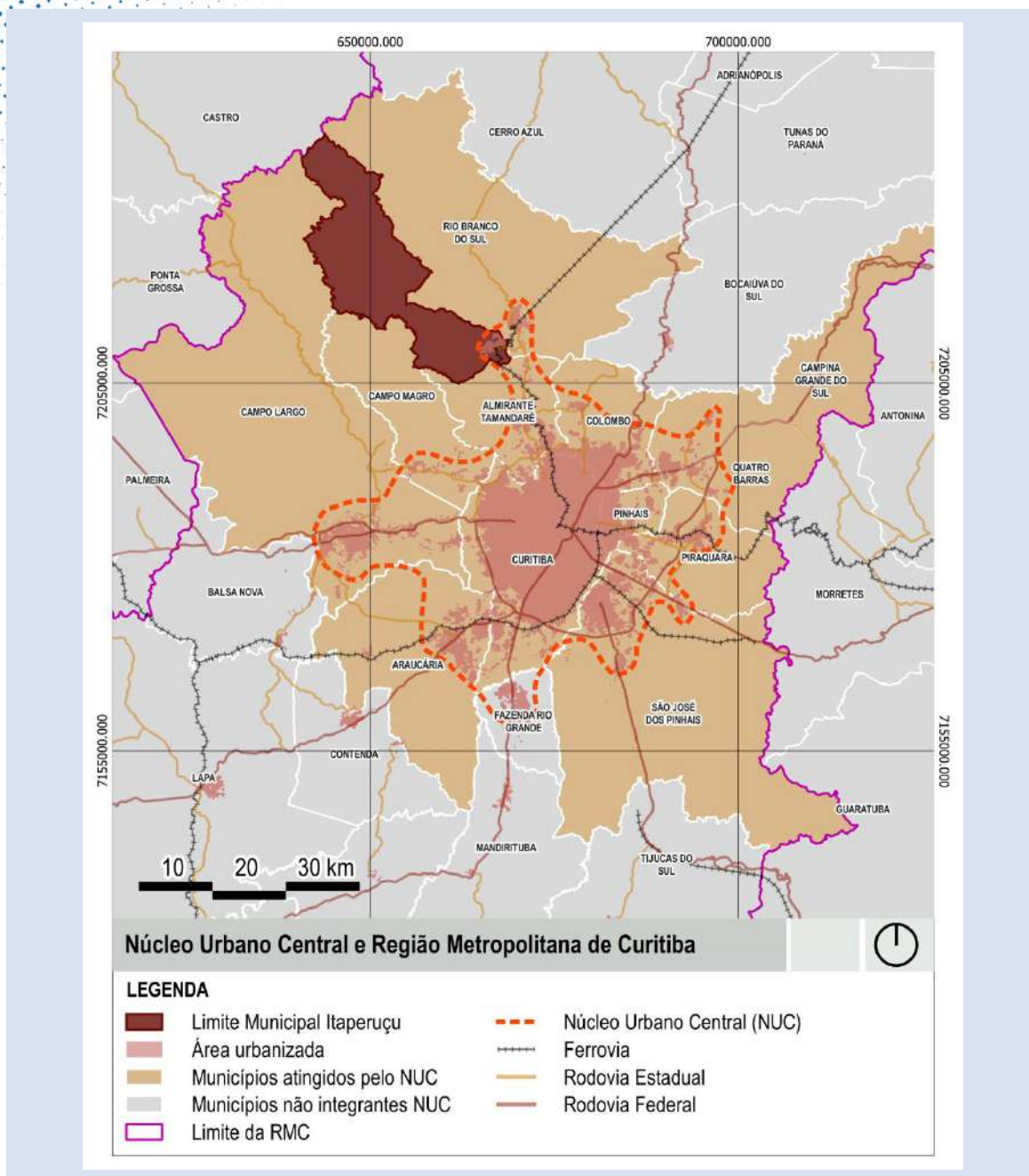
Em instância estadual, criou-se a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC), através da Lei Estadual nº 6.517/1974, a qual competia a formulação e execução de políticas públicas de interesse metropolitano. Em 2023, foi criada a Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná (AMEP), através da Lei Estadual nº 21.353, que tem por objetivo coordenar as Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs), nas Regiões Metropolitanas e Aglomerações Urbanas legalmente instituídas no Estado do Paraná.

Atualmente a RMC é composta por 29 municípios, sendo eles: Curitiba, Adrianópolis, Agudos do Sul, Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo do Tenente, Campo Largo, Campo Magro, Cerro Azul, Colombo, Contenda, Doutor Ulysses, Fazenda Rio Grande, **Itaperuçu**, Lapa, Mandirituba, Piên, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul, Rio Negro, São José dos Pinhais, Quitandinha, Tijucas do Sul e Tunas do Paraná (AMEP, 2024a). A RMC situa-se na porção leste do estado do Paraná, quase totalmente no Primeiro Planalto paranaense, fazendo limite, ao norte, com o estado de São Paulo e, ao sul, com Santa Catarina.

Os municípios integrantes da RMC somam em área 16.581,21 km², o que representa 8,27% do território estadual. Atualmente é a oitava região metropolitana mais populosa do Brasil, com 3.560.258 habitantes (IBGE, 2022), e concentra 31,6% da população do Estado.

Como pode ser visto na Figura 2 a seguir, o município de Itaperuçu compõe ainda o Núcleo Urbano Central (NUC) de Curitiba, que corresponde ao conjunto de municípios que formam a área central e mais densamente povoada da RMC.

Figura 2: Núcleo Urbano Central da RMC em relação ao território de Itaperuçu



Fonte: Elaborado por ECOTÉCNICA, 2024; com base em COMEC, 2013.

3.1.4 Relações Intermunicipais

As relações intermunicipais de Itaperuçu, descritas a seguir, referem-se aos diversos recortes territoriais, administrativos e socioeconômicos nos quais o território de Itaperuçu encontra-se inserido em conjunto com outros municípios de sua região. O objetivo da exposição e análise desses recortes consiste em identificar as relações já estabelecidas entre o município e seus vizinhos, ressaltando, assim, possibilidades de



integração regional e formulação de políticas compartilhadas para a resolução de questões comuns a mais de um ente municipal ou cuja manifestação se dá em escalas extramunicipais.

Itaperuçu, por estar localizado na RMC, destaca-se pela sua condição metropolitana, que é crucial para entender suas relações intermunicipais. Sua proximidade imediata com o polo central da metrópole, Curitiba, influencia todas as suas dimensões administrativas e setoriais. Isso inclui diversas Funções Públicas de Interesse Comum, reconhecidas como essenciais para o planejamento urbano e regional deste município. Além das diretrizes estaduais de regionalização, os municípios metropolitanos colaboram por meio de parcerias, entidades e consórcios intermunicipais, dedicados à integração de políticas públicas em nível metropolitano.

3.1.4.1 Resíduos Sólidos

Itaperuçu integra o Consórcio Intermunicipal para Gestão de Resíduos Sólidos (CONRESOL), com o qual, destina os resíduos sólidos de origem domiciliar em aterro sanitário pertencente à Fazenda Rio Grande. Este consórcio é responsável pela gestão integrada dos resíduos sólidos na Região Metropolitana de Curitiba. A participação no CONRESOL permite a Itaperuçu beneficiar-se de uma abordagem colaborativa para a disposição final de resíduos, compartilhamento de recursos e tecnologias, além da melhoria na capacidade técnica e financeira para a gestão de resíduos sólidos. De acordo com o Plano Municipal de Saneamento Básico do Município (2015), os serviços de transporte e destinação em aterro são remunerados ao CONRESOL a um valor por tonelada transportada e destinada em aterro sanitário. Esse mecanismo de consórcio é compatível com as orientações estabelecidas nas Leis Federais nº 11.445/2007 e nº 12.305/2010, as quais estimulam a gestão compartilhada e o consorciamento.

3.1.4.2 Saúde

A administração estadual do Paraná utiliza a regionalização da saúde para descentralizar suas atividades. A Secretaria Estadual da Saúde do Paraná (SESA-PR) conta com 22 Regionais de Saúde (RS). Essas regionais são instâncias administrativas e de serviços ligadas às suas superintendências, focando em três áreas principais: atenção e gestão em saúde, vigilância em saúde e administração. Itaperuçu está na 2ª RS – Metropolitana, que abrange 29 municípios da Região Metropolitana de Curitiba (RMC).

O Consórcio Metropolitano de Serviços do Paraná (COMESP), fundado em 2005, é constituído sob a forma jurídica de direito público, formado pelos 29 Municípios da Região Metropolitana de Curitiba, Pontal do Paraná, Guaratuba e Matinhos no litoral do Paraná e tem como objetivo principal melhorar a qualidade da assistência da Atenção Especializada dos municípios consorciados. Amparado por lei, o COMESP permite que municípios com demandas comuns ofereçam serviços à população a preços acessíveis. Além disso, através do COMESP, Itaperuçu garante acesso a procedimentos médicos e hospitalares de maior complexidade, antes indisponíveis na rede pública municipal (COMESP, 2024).

Itaperuçu também se uniu a outros 398 municípios paranaenses no Consórcio Paraná Saúde para garantir o acesso a medicamentos básicos a preços mais baixos. Através da compra conjunta em grandes quantidades, o consórcio negocia melhores



preços com os fornecedores e garante um fornecimento regular para os municípios consorciados.

3.1.4.3 Educação

Na área da Educação, a regionalização definida pelo governo estadual insere Itaperuçu no Núcleo Regional de Educação (NRE) da Área Metropolitana Norte. Assim, o município em questão está no mesmo grupo que outros seis municípios localizados na Região Metropolitana de Curitiba, sendo eles: Almirante Tamandaré, Bocaiúva do Sul, Colombo, Rio Branco do Sul, Cerro Azul e Adrianópolis.

As responsabilidades dos Núcleos Regionais de Educação (NRE) são definidas pelo Regulamento da Secretaria da Educação e do Esporte (SEED) do Paraná, conforme estipulado no Decreto Estadual nº 1.396/2007. Essas incluem a coordenação, orientação, controle, adoção, aplicação, acompanhamento e avaliação das medidas para manter e aprimorar o funcionamento do ensino fundamental, médio, educação de jovens e adultos, e ensino especial nas escolas das redes estadual, municipal e particular, alinhadas com as políticas da Secretaria (PARANÁ, 2007). Além disso, os NREs têm a responsabilidade de coletar informações regionais para avaliação e controle programático da Secretaria, fortalecer os contatos governamentais com as regiões do estado, elaborar perfis socioeconômicos da população sob uma perspectiva regional, e executar outras atividades correlatas.

3.1.4.4 Assistência Social

Na área da Assistência Social, o estado do Paraná adota uma estratégia de regionalização para os atendimentos, onde Itaperuçu está integrado ao Escritório Regional de Curitiba, abrangendo toda a RMC. Conforme o Plano Estadual de Assistência Social do Paraná, essa regionalização foca na oferta de serviços de proteção especial de média e alta complexidade, visando assegurar o acesso universal a esses serviços para toda a população. O documento destaca que a territorialização proposta pela regionalização permite uma distribuição espacial diferenciada dos serviços, ajustando-se às diversas situações de vulnerabilidade e risco, que podem estar dispersas ou concentradas de forma desigual (PARANÁ, 2017). Essa abordagem busca adequar os serviços sociais às necessidades específicas de cada localidade, incluindo Itaperuçu dentro da RMC para essa finalidade.

3.1.4.5 Segurança Pública

Na área de Segurança Pública, as atividades das polícias militar e civil do Paraná são organizadas através das Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP), que coordenam as operações policiais em nível regional. Esse sistema descentraliza parte das operações de apoio à polícia da capital para núcleos localizados em cidades com influência regional. A divulgação de estatísticas detalhadas sobre crimes para as AISP é crucial para a análise e planejamento estratégico. Itaperuçu está integrado à 2ª AISP, cuja sede está localizada em Curitiba. Esta AISP abrange uma área que inclui unidades como a Divisão de Polícia Metropolitana (DPMetro) – 6º Comando Regional de Polícia Militar (6º CRPM), 17º Batalhão de Polícia Militar (17º BPM), 22º Batalhão de Polícia Militar (22º BPM) e o Batalhão de Polícia de Guarda (BPGD), conforme estabelecido pelo Decreto nº2.090/2015 (PARANÁ, 2015).



Além disso, Itaperuçu participa do Consórcio Intermunicipal das Guardas Municipais da Região Metropolitana de Curitiba (COIN-GM), junto com demais municípios da RMC. Este consórcio, ratificado em 2018, visa fortalecer a colaboração entre as Guardas Municipais, implementando programas integrados de segurança, modernizando a gestão administrativa, aprimorando iniciativas sociais de prevenção à violência, e promovendo a cooperação operacional e de inteligência entre os participantes.

3.1.4.6 Transporte

Itaperuçu, por estar inserido na RMC, tem seu sistema de transporte público gerido pela Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná (AMEP) e faz parte da Rede Integrada de Transporte (RIT/M). A AMEP coordena e integra os serviços de transporte público na RMC, garantindo a operação eficaz da rede de ônibus metropolitanos. Isso permite que os moradores de Itaperuçu tenham acesso a um sistema integrado de transporte, facilitando a mobilidade dentro da região metropolitana.

3.2 Contexto Municipal

3.2.1 Características do meio físico-natural

3.2.1.1 Clima

O município de Itaperuçu apresenta, conforme a classificação de Köppen-Geiger, o tipo climático predominantemente Cfb (Clima Temperado), com as seguintes características: verão ameno, mais úmido que o inverno. Chuvas abundantes e uniformemente distribuídas, sem estação seca, com precipitação de 1.100 a 2.000 mm. Geadas severas e frequentes, num período médio de ocorrência de 10 a 25 dias anualmente (ITCG, 2008).

3.2.1.2 Geologia

A Região Metropolitana de Curitiba (RMC), onde se insere Itaperuçu, é constituída pelo embasamento cristalino do período Arqueano e Proterozóico inferior e pelas rochas metassedimentadas do Grupo Açungui, do período Proterozóico, sendo que 11 dos municípios que a compõe estão sobre unidades litoestratigráficas. Estas contêm rochas carbonáticas onde são conhecidas diversas cavernas, onde há a predominância dos meta-calcários ou mármore nos Grupos Setuva e Açungui.

O município de Itaperuçu está inserido no Primeiro Planalto Paranaense e é constituído essencialmente de rochas cristalinas, metamórficas de alto e baixo grau, e subordinadamente de rochas sedimentares.

Na porção sudeste do território do município tem-se a presença do Aquífero Karst assentado geologicamente sobre a Formação Capiu do Grupo Açungui, composta por rochas de idade Proterozóica Superior. As rochas carbonáticas desta Formação são representadas por extensos pacotes de metacalcários dolomíticos, comumente com estruturas de dissolução química ao longo de suas fraturas, conferindo às mesmas a presença de dolinas, grutas, sumidouros e poljes, dentre outras, onde, muitas vezes, o relevo apresenta-se significativamente arrasado e aplainado, recoberto por espessas camadas de materiais inconsolidados – Zonas



Cársticas. Estas zonas apresentam uma fragilidade geotécnica elevada uma vez que há a presença destes vazios nas rochas carbonáticas, havendo possibilidades de colapsos de solos, subsidências de terrenos, recalques de fundações e contaminações das águas subterrâneas, impondo então restrições para o pleno uso e a ocupação do solo (AMEP, 2024b).

3.2.1.3 Geomorfologia

Itaperuçu está inserido em três compartimentos geomorfológicos segundo dados do Atlas Geomorfológico do Paraná - Folha de Curitiba (MINEROPAR, 2006).

De acordo com Itaperuçu (2014), a porção do extremo sudeste do município encontra-se na unidade morfoestrutural do Planalto Dissecado de Tunas do Paraná, ocupando uma área de 2.487,16 ha ou 6,90 % da área do município. Situa-se no Primeiro Planalto Paranaense e apresenta alta dissecação, com classes de declividade predominantes menores de 6% e seguida da classe de 12-30%.

Já a porção centro-sudeste do município encontra-se na unidade morfoestrutural denominada Planalto Dissecado de Rio Branco do Sul, com grande dissecação, e ocupa uma área de 8.575,07 ha ou 23,82% do território de Itaperuçu. As classes de declividades predominantes são em sequência as menores de 6%, seguida de 12-30% e por último entre 30-47% (ITAPERUÇU, 2014).

No restante do município – porção centro e noroeste – é encontrada a unidade morfoestrutural do Planalto Dissecado do Alto Ribeira, que apresenta dissecação alta e ocupa uma área de 24.488,36ha ou 68,02% da área municipal, com declividades predominantes nas classes de, menos de 6% e entre 12-30% (ITAPERUÇU, 2014).

3.2.1.4 Recursos Hídricos

O município de Itaperuçu está inserido na Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira, que apresenta área de 9.129 km² no Estado do Paraná, e possui uma vasta rede hídrica, onde os principais rios são: Rio Itaperuçu, Rio Açungui, e Rio Ribeirinha. Além desses, os principais cursos d'água são Ribeirões, Barra Mansa e Capivara.

O Rio Açungui, um dos mais importantes do município de Itaperuçu, intercepta seu território na porção centro-norte, e praticamente todos os corpos hídricos mencionados, possuem uso antrópico (agricultura, reflorestamento) ao longo de suas margens.

Com relação aos sistemas aquíferos do município, no contexto regional são identificados dois, denominados Cristalino e Karst. A Unidade Aquífera Pré-Cambriana (Cristalino), compreende as rochas gnáissico-migmatíticas do Embasamento Cristalino, nas quais o armazenamento de água subterrânea está condicionado ao maior ou menor desenvolvimento das fraturas ou sistemas de fraturas que afetaram essas rochas. Já a Unidade Aquífera Carste (Karst) está diretamente relacionada à existência de rochas carbonáticas, cujo poder de dissolução permite a formação de cavidades onde a água fica alojada e seu armazenamento é favorecido pela presença de limitantes impermeáveis como as rochas do embasamento cristalino e cristas de filitos e quartzitos. (ITAPERUÇU, 2014).



3.2.1.5 Cobertura Vegetal e áreas protegidas

O município de Itaperuçu apresenta em sua extensão a formação de Floresta Ombrófila Mista (FOM) em seus estágios inicial e intermediário, difundidas por todo o território do município (ITCG, 2009). Na maior parte do município a formação predominante é FOM no estágio inicial, porém, é possível observar uma concentração grande de FOM em sua fase intermediária na porção central do município (ITAPERUÇU, 2006).

Originalmente o território de Itaperuçu contava como cobertura vegetal a Floresta Subcaducifólia Subtropical com Araucaria angustifólia, porém, as formações da região perderam grande parte de sua extensão devido às atividades agrícolas (plantação de feijão, milho, batata), encontradas em sua maioria nas regiões sul e noroeste do município, e com as áreas de reflorestamento de Pinus e Bracatinga concentradas na região central do município (ITAPERUÇU, 2006).

O município de Itaperuçu não possui Unidades de Conservação -áreas voltadas à proteção e à manutenção da diversidade biológica, dos recursos naturais e culturais associados cadastradas e integrantes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), instituído pela Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000 (BRASIL, 2000).

3.2.2 Principais Infraestruturas Públicas

3.2.2.1 Mobilidade

A Lei Municipal nº 720, de 08 de setembro de 2021, consiste em regulamentar a mobilidade e o sistema viário de Itaperuçu, estabelecendo a hierarquização e o dimensionamento das vias públicas para aprimorar a circulação urbana e rural (ITAPERUÇU, 2021).

A referida legislação estabelece três categorias principais: As Estradas Municipais Principais, que são destinadas a facilitar a circulação dentro do município, conectando áreas rurais importantes e servindo como principais vias de tráfego para o escoamento agrícola e o transporte escolar. Em contraste, as Estradas Municipais Secundárias são utilizadas para deslocamentos locais, caracterizando-se por percursos mais curtos e velocidades mais baixas. Além disso, a lei define o conceito de Eixo Turístico, referindo-se a trechos viários rurais que possuem atrativos paisagísticos e turísticos significativos, como rios e cavernas, incentivando o desenvolvimento econômico sustentável dessas áreas.

No que diz respeito ao sistema viário metropolitano, a legislação reconhece a Via de Ligação Metropolitana, estabelecida pela Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC), atual AMEP, que atravessa o perímetro urbano de Itaperuçu. Este sistema viário metropolitano visa integrar e melhorar as conexões entre Itaperuçu e outros municípios da Região Metropolitana, facilitando o fluxo de pessoas e mercadorias de forma mais eficiente.

A referida lei também define a hierarquia das vias urbanas de Itaperuçu com o objetivo de organizar e melhorar a mobilidade dentro do Município. A Via da Ligação Metropolitana, conhecida como Avenida Agrimensor Gildo Pinheiro (PR-800), é tida como o principal acesso à cidade (Figura 3), seguindo diretrizes específicas da agência

metropolitana e garantindo sua integração regional. A Via de Ligação Avenida Crispim Furquim Siqueira atravessa a área urbana de leste a oeste, conectando pontos estratégicos como a zona industrial em direção a Campo Largo.

Figura 3: Vistas da Avenida Agrimensor Gildo Pinheiro (PR-800)



Fonte: Google Street View, 2024.



Fonte: Google Street View, 2024.

As Vias Setoriais, como a Avenida São Pedro e a Rua Itatiaia, desempenham papel essencial ao ligar o centro urbano a áreas periféricas e rurais, facilitando o fluxo de tráfego e promovendo o desenvolvimento local. As Vias Estruturantes, como a Rua Nilo Cairo e Avenida Benedito Guimarães, foram projetadas para suportar um tráfego mais intenso e rápido, conectando áreas centrais a zonas industriais e comerciais.

Já as Vias Coletoras distinguem-se em dois tipos: a Via Coletora 1, como a Avenida Anita Garibaldi e Rua Dom João VI, coleta o tráfego de diferentes velocidades e facilita o acesso a áreas comerciais e de serviços de pequeno e médio porte. Por outro lado, a Via Coletora 2, como a Rua Miguel Pedro de Moraes e Rua Itaperuçu, também coleta tráfego de velocidades variadas, mas conecta pontos importantes entre vias com hierarquia viária superior e demais vias locais.

As Vias Locais, de mão dupla e baixa velocidade, são essenciais para distribuir o tráfego dentro dos bairros, garantindo segurança e acessibilidade aos moradores. Por fim, a Via Periférica está projetada para desviar o tráfego pesado das áreas centrais, promovendo um fluxo mais eficiente e seguro para veículos industriais e de carga, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida urbana em Itaperuçu.

É importante destacar que a legislação de mobilidade e sistema viário do município é relativamente recente, ainda há no município uma série de vias com traçados irregulares e descontínuos, com dimensões bastante variáveis, sem obedecer a padrões preestabelecidos, e os passeios (calçadas de pedestres) existem somente em alguns trechos da área central, dificultando assim a mobilidade dos munícipes. Verificam-se também muitas vias implantadas precariamente, com poucas condições de acesso, sem sistema de drenagem, contenção de taludes e sem considerar as feições morfológicas do relevo, em locais de altas declividades, muito acima de 20% de inclinação e, portanto, sujeitas a risco de deslizamento e erosão (ITAPERUÇU, 2014).

A grande maioria das vias urbanas de Itaperuçu recebem pavimentação asfáltica, especialmente nas vias principais e centrais. Já as porções mais periféricas da sede não há pavimentação e nem passeios. De maneira geral as vias pavimentadas não estão em bom estado de conservação, que decorre da ausência ou ineficiência do



sistema de drenagem, ausência de canaletas ou bocas-de-lobo. Algumas vias com revestimento primário (saibro) também estão mal-conservadas devido às altas declividades e desencadeamento de processos erosivos (ITAPERUÇU, 2024a).

3.2.2.2 Saneamento

Os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário em Itaperuçu são prestados pela Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR) mediante Contrato de Concessão. Em 2022 o consumo médio per capita no município era de 93,3 litros por habitante por dia, abaixo da média estadual de 133 litros e da média nacional de 143 litros. O preço por metro cúbico de água era de R\$ 6,28, superior ao valor do estado de R\$ 5,89 e do país de R\$ 4,91. O prestador mediu o consumo de 100% das economias de água, ou seja, todos os estabelecimentos possuíam hidrômetros. No entanto, 54,97% da água captada era perdida na rede antes de chegar aos consumidores, um índice bem acima da média estadual de 26,41% e da média nacional de 32,51% (SNIS, 2022).

As unidades de captação do Sistema de Abastecimento de Água (SAA) em Itaperuçu incluem fontes subterrâneas e de manancial superficial, com uma produção total de 138.717 m³ por mês. A captação ocorre em quatro locais: duas unidades subterrâneas no bairro Butierinho, uma unidade subterrânea na região conhecida como Stochero, todas provenientes do aquífero Karst, e uma captação superficial da Mina Canha, situada na bacia hidrográfica do Ribeira, na região denominada Canha, na sede urbana do município (ITAPERUÇU, 2015).

De acordo com dados do SNIS (2022), 90,1% da população total de Itaperuçu tinha acesso aos serviços de abastecimento de água, comparado a 95,72% no estado do Paraná e 84,2% no país. Na zona urbana, a cobertura era de 100%, enquanto na zona rural era de 39,41%. No âmbito educacional, das 14 escolas urbanas, todas recebiam água da rede pública. Na área rural, três escolas eram abastecidas por poço artesiano e uma através da rede pública (INEP, 2023).

Em relação ao esgotamento sanitário em Itaperuçu, em 2022 o índice de coleta de esgoto indicava que 34,4% dos habitantes possuíam acesso ao serviço de esgoto tratado, e o índice de tratamento de esgoto era de 100% (SNIS, 2022).

Em alternativa à falta de sistema de coleta em diversas regiões do Município, seja pelo isolamento das residências ou inexistência de tratamento de esgotos, uma parcela não especificada da população utiliza fossas sépticas ou rudimentares. A limpeza das fossas é realizada por empresas locais e regionais, porém não há informações sobre o destino dos efluentes. A primeira fase da Estação de Tratamento de Esgotos (ETE), com capacidade para 133 m³/h, composta por um Reator Anaeróbio de Leito Fixo (RALF) e um filtro anaeróbio, já está concluída, com lançamento dos efluentes no Rio Buqueirinho (ITAPERUÇU, 2015).

Nas escolas urbanas, 13 estão ligadas à rede pública de esgoto, enquanto uma escola utiliza fossa séptica. Na zona rural, três escolas utilizam fossas sépticas e uma utiliza fossa comum para o esgotamento sanitário (INEP, 2023).

Em Itaperuçu, no ano de 2022, 94,94% da população total possuía acesso à coleta de Resíduos Sólidos Domiciliares (RSD). A cobertura era de 95,38% na área urbana e de 92,69% na área rural (SNIS, 2022). Os RSD são encaminhados para o



Aterro Sanitário da Fazenda Rio Grande, inaugurado em novembro de 2010, para substituir o aterro da Caximba, com capacidade para receber diariamente cerca de 2,5 mil toneladas de lixo classe IIA e IIB (urbano), provenientes de Curitiba e Região Metropolitana (ITAPERUÇU, 2015).

Quanto às escolas públicas, 14 unidades na área urbana e quatro na área rural têm serviço regular de coleta de resíduos sólidos (INEP, 2023).

Em Itaperuçu, a gestão de Resíduos Sólidos foi iniciada em 2024 e é realizada pela Prefeitura Municipal com o apoio da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Amigos de Itaperuçu (ACRAI) através de postos de coleta seletiva em bairros e ruas definidos através de calendário disponibilizado pelo município (ITAPERUÇU, 2024).

3.2.3 Dinâmica Demográfica

Segundo dados do IBGE, a população recenseada em Itaperuçu em 2022 foi de 31.217 pessoas (IBGE, 2022), demonstrando um aumento de 30.69% em comparação ao Censo de 2010, quando havia o total de 23.887 habitantes, e apresentando, em termos absolutos, o total de 7.330 habitantes a mais do que no ano de 2010.

A Tabela a seguir apresenta os dados da evolução populacional do município de Itaperuçu de 1996 a 2010, apresentando um panorama da dinâmica populacional das pessoas que residem na área urbana e na área rural do município. É válido ressaltar que até o momento não estão disponíveis tais dados do último Censo, de 2022.

Tabela 1: Evolução populacional do município de Itaperuçu

CENSO	POPULAÇÃO URBANA		POPULAÇÃO RURAL		POPULAÇÃO TOTAL
Contagem da População - 1996	9.008	51,2%	8.595	48,8%	17.603
Censo 2000	16.234	83,9%	3.110	16,1%	19.344
Censo 2010	19.956	83,5%	3.931	16,5%	23.887

Fonte: ECOTÉCNICA, 2024 a partir de IBGE, Contagem da População, 1996; Censo Demográfico, 2000; Censo Demográfico 2010.

Os dados apresentados demonstram que entre 1996 e 2000 a população absoluta cresceu 9,9%, havendo uma grande variação de caráter migratório no município, com considerável crescimento da população urbana e decréscimo da população rural. Em um período de quatro anos, a população urbana que antes representava 51,2% da população absoluta, no ano de 2000 passou a representar 83,9% do total de residentes. Entre os anos de 2000 e 2010 o crescimento da população foi de 23,5%, apresentando um pequeno decréscimo da proporção da população urbana.

De acordo com o IBGE (2022), o território municipal de Itaperuçu possui 322,991km² com população total de 31.217 pessoas, dessa forma, a densidade demográfica calculada no Censo de 2022 foi de 96,65 hab/km². Comparativamente, o estado do Paraná apresentava densidade igual a 57,42 hab/km².

3.2.3.1 Indicadores Sociais

Os indicadores sociais são números que medem e expressam a qualidade de vida da população de um determinado local em alguns aspectos como renda,



educação, trabalho e moradia. Neste tópico, serão elucidados dados gerais acerca destes itens para o município de Itaperuçu.

Um dos principais índices utilizados é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), criado pela Organização das Nações Unidas (ONU) com o objetivo de mensurar diversos aspectos que incidem sobre a qualidade da vida humana. Em 2013, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) junto com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Fundação João Pinheiro (FJP) adaptaram a metodologia do IDH global para calcular o IDH Municipal (IDHM) dos municípios brasileiros a partir de dados do Censo Demográfico.

O índice utiliza três indicadores para a sua composição: educação (alfabetização e taxa de matrícula); longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (Produto Interno Bruto - PIB per capita). Os números que medem o Índice variam de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total), sendo que de zero a 0,499 o desenvolvimento humano é considerado muito baixo; entre 0,500 e 0,599 é considerado de baixo desenvolvimento humano; de 0,600 a 0,699 médio, entre 0,700 e 0,799 alto e com IDH maior que 0,800 o desenvolvimento humano é considerado muito alto.

A tabela a seguir demonstra os dados detalhados a respeito do IDHM do município de Itaperuçu. Os dados demonstram que o município teve melhora nos índices em todos os componentes, sendo que o IDHM passou de muito baixo (0,348) em 1991 para médio (0,637) em 2010, ou seja, um aumento de 0,289 pontos. O índice de educação passou de 0,275 em 2000 para 0,507 em 2010, subindo da categoria “muito baixo” para “baixo”. Já o índice de longevidade passou, de 2000 para 2010, de médio para alto, com índices de 0,685 e 0,779, respectivamente. No mesmo período, o índice de renda passou de 0,565 (baixo) para 0,654 (médio).

Tabela 2: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e seus componentes em Itaperuçu, no período de 1996 a 2010

INDICADORES	1991	2000	2010
IDHM	0,348	0,474	0,637
IDHM Educação		0,275	0,507
% de 18 anos ou mais de idade com ensino fundamental completo	-	18,53	36,50
% de 4 a 5 anos na escola	-	19,41	65,28
% de 11 a 13 anos de idade nos anos finais do ensino fundamental ou com ensino fundamental completo	-	54,64	82,45
% de 15 a 17 anos de idade com ensino fundamental completo	-	34,21	46,23
% de 18 a 20 anos de idade com ensino médio completo	-	11,75	27,49
IDHM Longevidade	-	0,685	0,779
Esperança de vida ao nascer	-	66,08	71,72
IDHM Renda	-	0,565	0,654
Renda per capita	-	268,62	468,04

Fonte: ECOTÉCNICA, 2024 a partir de Atlas Brasil, 2024.

Outro índice que pode ser verificado é o Índice Iparades de Desempenho Municipal (IPDM), que mede o desempenho de todos os municípios do Estado do Paraná considerando três dimensões: 1) renda, emprego e produção agropecuária; 2)



saúde e 3) educação. Sua elaboração se baseia em diferentes estatísticas de natureza administrativa, disponibilizadas por entidades públicas. Destaca-se que a escolha dos indicadores foi feita considerando-se aspectos importantes para o desenvolvimento local, o que permite subsidiar ações conjuntas das três esferas de governo e do empresariado.

No período analisado o IPDM total do município apresentou um crescimento de 10,38% no índice geral. Este resultado foi impulsionado pelos indicadores de educação e saúde que tiveram um aumento de 25,45% e 6,31% respectivamente, já o de renda influenciou negativamente devido ao decréscimo no período de 4,17%. Na tabela a seguir são apresentados os valores de cada índice para os cinco anos observados.

Tabela 3: IPDM de Itaperuçu

ANO	IPDM – REPA ¹	IPDM - EDUCAÇÃO	IPDM - SAÚDE	IPDM -TOTAL
2017	0,3641	0,5380	0,6882	0,5301
2018	0,4307	0,5530	0,7507	0,5781
2019	0,3466	0,6536	0,7383	0,5795
2020	0,3440	0,6817	0,7541	0,5933
2021	0,3489	0,6749	0,7316	0,5851

Nota ¹: REPA - Renda, emprego e produção agropecuária.

Fonte: ECOTÉCNICA, 2024 a partir de IPARDES, 2024.

O Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) também se constitui em importante ferramenta de análise das condições de vida da população, destacando que demonstram através de seus indicadores se a população possui acesso, ausência ou insuficiência a recursos e estruturas que indicam o padrão de vida das famílias, que vai além das questões de cunho econômico vinculadas aos recursos monetários. Esse índice possui três dimensões básicas: IVS Infraestrutura Urbana, que reflete o acesso da população e suas habitações a estruturas de saneamento básico e mobilidade urbana; IVS Capital Humano, que envolve basicamente o acesso à saúde e educação; e o IVS Renda e Trabalho, que se refere ao fluxo e insuficiência de renda, população ocupada ou não, entre outros aspectos econômicos. O índice possui uma escala entre 0 e 1, onde quanto mais perto de zero melhor a situação.

Conforme dados do IPEA, entre os anos de 2000 e 2010, o IVS de Itaperuçu apresentou uma redução significativa, passando de 0,596 em 2000 para 0,381 em 2010. Como consequência, todas as dimensões que compõe o IVS apresentaram reduções, sendo que a maior foi registrada para o IVS Capital Humano, passando de 0,763 em 2000 para 0,449 em 2010.



Tabela 4: IVS de Itaperuçu

ANO	IVS – INFRAESTRUTURA URBANA	IVS – CAPITAL HUMANO	IVS – RENDA E TRABALHO	IVS -TOTAL
2000	0,466	0,763	0,559	0,596
2010	0,422	0,449	0,272	0,381

Fonte: ECOTÉCNICA, 2024 a partir de IPEA, 2000; 2010.

3.2.4 Condições Socioeconômicas

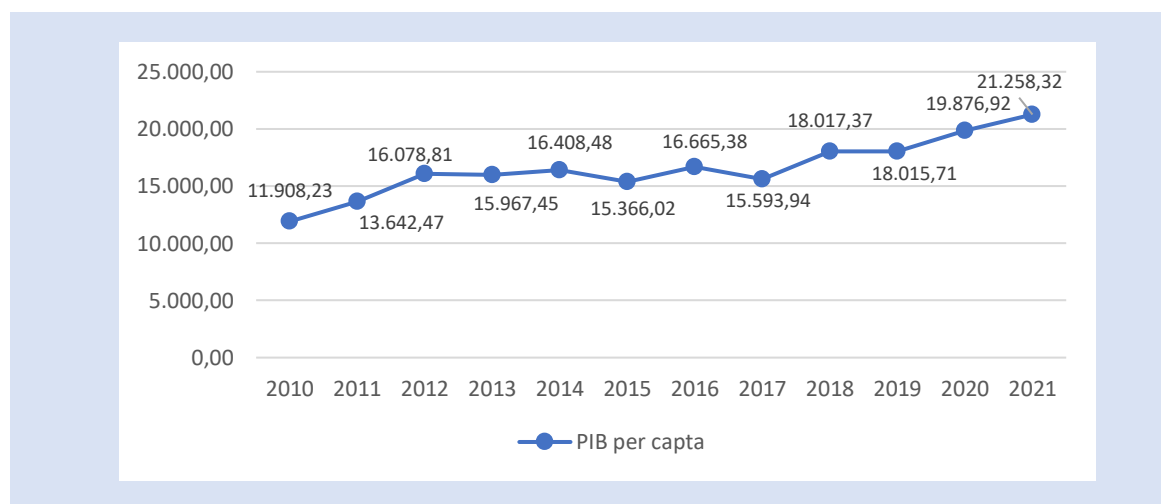
Neste item são analisadas as condições socioeconômicas municipais no que se refere a base econômica municipal e o emprego e renda dos habitantes de Itaperuçu.

3.2.4.1 Produto Interno Bruto (PIB)

O principal indicador econômico de um município é o Produto Interno Bruto (PIB), que também é avaliado pela população (*per capita*) e a preços correntes. O cálculo desse indicador é baseado na distribuição do valor adicionado bruto, a preços básicos, em valores correntes das atividades econômicas do município: agropecuária; indústria; serviços, além de administração, saúde, educação públicas, seguridade social e impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos, não considerando a inflação, calculada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que no ano de 2021 fechou em 10,06% (BCB, 2022).

O PIB per capita do município de Itaperuçu em 2021 era de R\$ 21.258,32, enquanto em 2010 era de R\$ 11.908,23, demonstrando um crescimento da economia de modo geral. Percebe-se, conforme ilustra o gráfico na Figura 4 a seguir, dois períodos de decrescimento, entre 2014 e 2015, e 2016 e 2017; um período de estagnação, entre 2018 e 2019; e quatro períodos de crescimento, entre 2010 e 2012, e 2015 e 2016, 2017 e 2018 e 2019 e 2021.

Figura 4: Gráfico do crescimento do PIB per Capita de Itaperuçu



Fonte: ECOTÉCNICA, 2024 a partir de IBGE, 2024.

De acordo com IPARDES (2024), o setor mais representativo em termos absolutos na composição a preços correntes segundo os ramos de atividades no



município é o PIB de Comércio e Serviços (247.642,112), seguido pelo de Administração Pública (133.089,342) e Indústria (128.699,130).

3.2.4.2 Emprego e Renda

De acordo com dados do Ministério do Trabalho (2022), vistos na Tabela 5, os setores de atividade econômica com maior número de estabelecimentos no município de Itaperuçu são o Comércio, Serviços e Construção Civil, com 163, 119 e 108 estabelecimentos, respectivamente. Essas atividades apresentam também as maiores quantidade de empregos. Com relação ao total de empregos por estabelecimentos, as atividades que se destacam são a Administração pública, com 378 empregos por estabelecimento, seguida da Extração de Minerais, com 17,5, e Construção Civil, com 10,17. Desta forma, conclui-se que, atualmente, a Construção Civil é a atividade que mais gera empregos no município.

Tabela 5: Número de Estabelecimentos e Empregos (RAIS) segundo as Atividades Econômicas de Itaperuçu - 2022

ATIVIDADES ECONÔMICAS (SETORES DO IBGE)	ESTABELECIMENTOS	EMPREGOS	TOTAL DE EMPREGOS POR ESTABELECIMENTO
Extração de Minerais	2	35	17,5
Indústria de Transformação	81	596	7,36
Serviços Industriais de Utilidade Pública	1	4	4
Construção Civil	108	1.098	10,17
Comércio	163	999	6,13
Serviços	119	828	6,96
Administração Pública	2	756	378
Agropecuária	20	68	3,4
Atividade não Especificada ou Classificada	3	3	3
TOTAL	499	4.387	-

Fonte: ECOTÉCNICA, 2024 a partir de MTE, 2022.

Em 2021, o salário médio mensal apurado em Itaperuçu era de 1,8 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas (4.190) em relação à população total era de 14,21% (IBGE, 2024).



4 MARCO SITUACIONAL - SITUAÇÃO DA PRIMEIRA INFÂNCIA

Os direitos das crianças na primeira infância são objetivos comuns de todos os entes da Federação, segundo as respectivas competências constitucionais e legais citadas no capítulo 1 do METODOLOGIA GERAL

A elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância de Itaperuçu constitui-se como um processo técnico e participativo que estrutura a política pública municipal voltada ao atendimento integral das crianças de 0 a 6 anos. O plano tem como fundamento a compreensão da primeira infância como um período decisivo para o desenvolvimento humano, orientando a atuação do poder público municipal a partir de evidências sobre a realidade social, econômica, territorial e cultural do município. Sua formulação segue as diretrizes previstas no Plano Nacional pela Primeira Infância e na legislação federal, estadual e municipal, que reconhecem as crianças como sujeitos de direitos e determinam a prioridade absoluta às suas necessidades.

A metodologia adotada articulou duas grandes frentes. A primeira consistiu na elaboração de um diagnóstico situacional amplo, integrando análises demográficas, sociais, econômicas, territoriais e de infraestrutura, incluindo dados de saúde, educação, assistência social, habitação e lazer, entre outros, com vistas a identificar potencialidades e fragilidades do município no atendimento à primeira infância. A segunda frente correspondeu a um processo participativo, construído a partir da mobilização intersetorial do poder público e da escuta ativa da sociedade. Foram realizados encontros técnicos com representantes das secretarias municipais, aplicação de questionário junto às professoras da rede de educação infantil, oficinas participativas com pais e responsáveis, e atividades lúdicas com as crianças, garantindo que suas percepções fossem incorporadas às diretrizes do plano.

As informações sistematizadas a partir desses levantamentos orientaram a definição de diretrizes e ações específicas, assegurando que o PMPI seja um instrumento legítimo e aderente à realidade local, capaz de nortear políticas públicas continuadas para o desenvolvimento integral das crianças de Itaperuçu.



MARCO LEGAL, em atividades colaborativas entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

O diagnóstico do marco situacional abrange a área urbana e rural adotada por Itaperuçu, de acordo com planejamento territorial do Plano Diretor Municipal. Setores como da: saúde e nutrição, educação, assistência social à família da criança, a cultura e o lazer (brincar), o espaço e o meio ambiente, proteção contra toda forma de violência, bem como a importância de entender como é a convivência familiar e comunitária, são prioridades para identificar a situação da primeira infância.

Nesse capítulo, a contribuição realizada pela Comissão Municipal de Elaboração e implementação do PMPI de Itaperuçu com a disponibilização de dados detalhados e obtidos nos sistemas de informação oficiais e bancos de dados municipais são de extrema relevância para desenvolver programas e ações específicos e focados nos desafios de Itaperuçu.

4.1 Atenção à saúde na primeira infância

A saúde é um direito de cidadania de todas as pessoas, principalmente das crianças da primeira infância e cabe ao Estado assegurar este direito, sendo que o acesso às ações e serviços devem ser garantidos a todas as pessoas, independentemente de sexo, raça, ocupação ou outras características sociais ou pessoais.

4.1.1 Estratégia de Saúde Familiar (ESF)

A Estratégia de Saúde Familiar (ESF) é uma tática de expansão, qualificação e consolidação da atenção básica, ampliando a resolutividade e impacto na situação de saúde da população em geral, inclusive na questão custo-efetividade (Governo do Estado do Paraná, 2024).

O município de Itaperuçu conta com seis ESF com equipes multiprofissionais, em que atualmente, 90% das equipes possuem a seguinte composição:

- médico generalista, ou especialista em Saúde da Família, ou médico de Família e Comunidade;
- enfermeiro generalista ou especialista em Saúde da Família;
- auxiliar ou técnico de enfermagem;
- agentes comunitários de saúde.

Ressalta-se que, devido ao número inferior de aprovados em concurso público, resultou na necessidade de mais Agentes Comunitários de Saúde (ACS), por isso algumas áreas constam sem auxílio dos ACS. Em questão da equipe de saúde bucal, Itaperuçu conta com dois dentistas e um auxiliar na área urbana. O Quadro 1 mostra os equipamentos de ESF de Itaperuçu.

Quadro 1: Estratégia de Saúde Familiar em Itaperuçu

ESTABELECIMENTO	ESF	ENDEREÇO	IDENTIFICADOR NACIONAL DE EQUIPE (INE)
Unidade Jardim Itaú	Capinzal	Avenida Industrial, s/n	0000387282
	Itaú	Avenida Industrial, s/n	0000387274



ESTABELECIMENTO	ESF	ENDEREÇO	IDENTIFICADOR NACIONAL DE EQUIPE (INE)
UPGFS	Norte	Rua Alcides Gomes da Silva, 616	
	Sul	Rua Alcides Gomes da Silva, 616	
Central Itaperuçu	Central Itaperuçu	Rua Anita Garibaldi	0000387266
São Domingos	São Domingos	Estrada Principal Canelão – área rural	000387290

Fonte: PMI, 2024.

Dados da Prefeitura Municipal (PMI, 2024), identificam 5.873 famílias cadastradas na ESF, dentre essas, 24,17% são famílias com crianças de 0 (zero) a 6 (seis) anos, em números absolutos são 1.420, dessas, 1.200 residem na área urbana e 220 na área rural.

A Secretaria Municipal de Saúde tem o cuidado de realizar todos os anos, no mínimo 3 (três) campanhas de vacinação para as crianças de 0 a 6 anos. As campanhas são realizadas aos sábados, onde as unidades da área urbana atendem das 8 às 17 horas; já as unidades da área rural realizam tanto no sábado quanto nos dias da semana. A campanha é conhecida como o **dia D da vacinação**, e cada campanha tem uma vacina em específico como: campanha da influenza, campanha contra poliomielite, campanha contra o sarampo, e além das vacinas em específico, as unidades aproveitam e atualizam a caderneta com as vacinas que porventura estiverem incompletas/atrasadas.

Em 2024, houve a iniciativa pela Prefeitura de efetuar a Estratégia de Vacinação nas Escolas, onde faz a abordagem sobre a importância da vacina, conferência da caderneta de vacinação, e por fim, a aplicação das vacinas pendentes, conforme autorização dos pais. Com esse mesmo objetivo, a Secretaria Municipal de Saúde atribuiu como medida de proteção, realizar plantões de vacinação nos dias de pesagem do Bolsa Família, disponibilizando profissionais para tal finalidade.

4.1.2 Unidades Básicas de Saúde (UBS)

As Unidades Básicas de Saúde (UBS) permitem que as equipes de Saúde da Família (eSF), de Saúde Bucal (eSB), de multiprofissionais (eMulti) e de Agentes Comunitários de Saúde (ACS) trabalhem de forma a prover acesso universal e cobertura da Atenção Primária no Sistema Único de Saúde (SUS) em todo município de Itaperuçu. Ao todo são 05 (cinco) UBS, como mostra o Quadro 2.

Quadro 2: Unidades Básicas de Saúde em Itaperuçu

ESTABELECIMENTO	ENDEREÇO	ESPECIALIDADES	CADASTRO NACIONAL
Central Itaperuçu	Rua Anita Garibaldi, s/n – área urbana	Médico, enfermeiro, técnico em enfermagem e Agente Comunitário de Saúde	0017639
PS Jardim Itau	Rua Jacob Lovato, s/n – área urbana	Médico, enfermeiro, técnico em enfermagem e Agente Comunitário de Saúde	2681471
UAPSF Itaperuçu	Rua Alcides Gomes da Silva – área urbana	Médico, enfermeiro, técnico em enfermagem e Agente Comunitário de Saúde	6767680
São Domingos	Estrada Principal	Médico, enfermeiro, técnico em	5520274



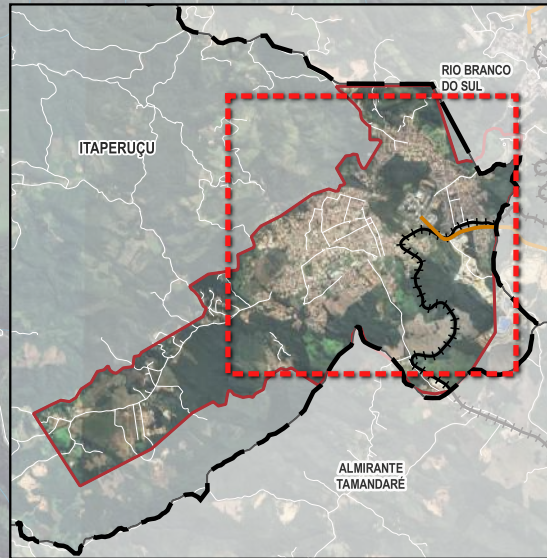
ESTABELECIMENTO	ENDEREÇO	ESPECIALIDADES	CADASTRO NACIONAL
	Canelão – área rural	enfermagem e Agente Comunitário de Saúde	
Canelão	Estrada Principal Canelão – área rural	Médico, enfermeiro, técnico em enfermagem e Agente Comunitário de Saúde	9007210

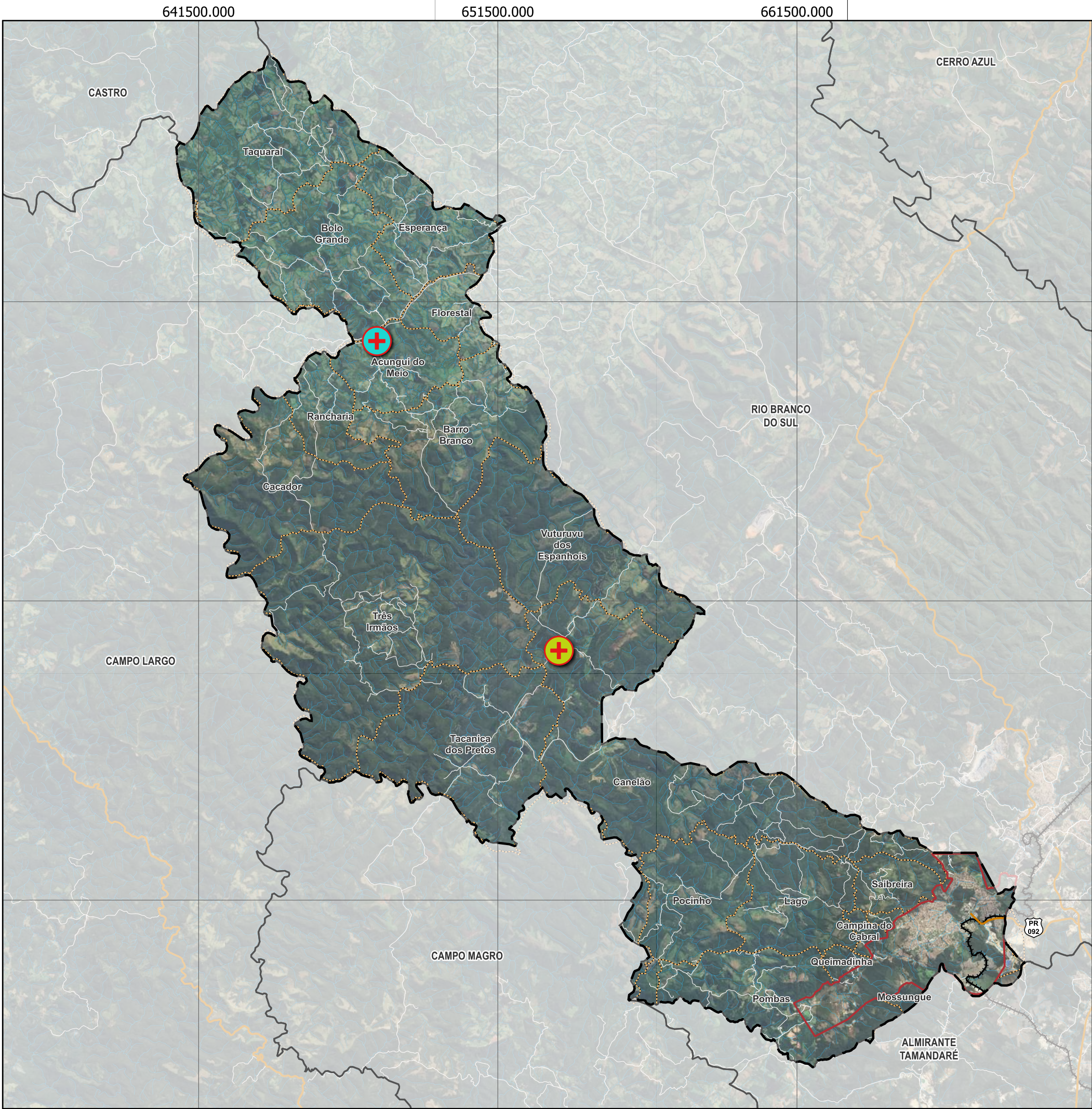
Fonte: CNES, 2024.

As cinco UBS atenderam aproximadamente 30 mil usuários em 2023, segunda a Secretária de Saúde, destes cerca de 2300 foram crianças de 0 a 6 anos (7,67%). As principais causas de consultas foram problemas respiratórios, obesidade, transtornos psicológicos, infecções pulmonares, infecção urinária, precariedade higiene pessoal incluindo bucal, seja para público em geral seja para o público infantil. Conforme a administração municipal, a unidade Canelão, que se encontra em área rural, atende à população do entorno, mesmo com equipe incompleta, entretanto, está em processo de contratação para sua regularização.

Os Mapa 1 apresenta a localização das unidades de saúde, em área urbana, os quais se concentram a leste do município, diferenciando os equipamentos com e sem ESF, e o Mapa 2 na área rural apresentam 2 unidades de saúde, sendo uma com ESF e a UBS de Canelão se organizando em questões burocráticas para ampliar as áreas de atendimento.

668500.000

2024
A3



LOCALIZAÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE NA ÁREA RURAL

LEGENDA

 UBS Canelão

 São Domingos

Equipamento de saúde com Estratégia da Saúde da Família (ESF)

Convenções Cartográficas

 Limite Municipal

 Municípios vizinhos

 Perímetro urbano

 Localidades

 Ferrovia

 Estradas rurais

 Rodovia estadual

 Hidrografia

Fonte de Dados

Unidades de saúde na área rural: Prefeitura Municipal de Itaperuçu, 2024.
Limites municipais: IBGE, 2022.
Perímetro urbano: Itaperuçu, 2018.
Localidades: Prefeitura Municipal de Itaperuçu, 2024.
Estradas rurais: OSM, 2024.
Rodovia estadual: DER/PR, 2019.
Linha férrea: Ministério dos Transportes, 2024.
Hidrografia: IAT, 2020.

Sistema de Projeção:

Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM) - Fuso 22S - Meridiano Central 51°W Referencial Planimétrico SIRGAS 2000

Data:

Agosto / 2024

Escala:

1 : 130.000

Escala Gráfica:

2.5

5

7.5 km



ITAPERUÇU
PREFEITURA MUNICIPAL
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO



ETC
Estratégia da Saúde da Família



2024
A3

PLANO MUNICIPAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA DE ITAPERUÇU-PR



4.1.3 Outras unidades de saúde

4.1.3.1 Centro de Atendimento Psicossocial

No quesito de atenção psicossocial, o município de Itaperuçu possui um centro de atendimento específico para tal finalidade com equipe composta por um médico, uma enfermeira, um psicólogo, um terapeuta ocupacional, um assistente social, um auxiliar de enfermagem, uma recepcionista, um auxiliar administrativo, uma cozinheira e uma pessoa para serviços gerais.

Em 2023, ao todo foram 4.799 pacientes cadastrados com transtornos mentais graves, uso de álcool e droga, entretanto, não há atendimento para crianças.

4.1.3.2 Centro Especializado em Reabilitação II (CER II)

O Centro Especializado em Reabilitação é o ponto de atenção ambulatorial especializado que realiza diagnóstico, tratamento, reabilitação, habilitação, concessão, adaptação e manutenção de tecnologia assistiva. O CER II em específico presta atendimentos de deficiência física e intelectual.

As solicitações são encaminhadas para a central de agendamento do município, via referência/contrarreferência, que deve estar especificado e justificado a necessidade do paciente para que o profissional que vai admitir o caso possa direcionar a reabilitação.

O encaminhamento dos pacientes que necessitam de atendimento na área de deficiência física deve ser para a especialidade de neurologia. Já os pacientes que necessitam atendimento na área de deficiência intelectual são encaminhados para especialidade de psicologia.

As vagas são liberadas mensalmente entre os dias 25 e 29 de cada mês.

O CER II é referência não somente para Itaperuçu, mas para outros municípios da região metropolitana de Curitiba (RMC).

4.1.3.3 Farmácias públicas

O município dispõe da farmácia municipal e farmácia especial municipal¹. O número de medicamentos dispensados em 2023 foi de aproximadamente 7.000 por mês, destes, destacam-se as medicações para tratamento de problemas respiratórios, ansiolíticos e analgésicos.

A população de Itaperuçu tem alta demanda também de pacientes crônicos (hipertensão arterial e diabetes melitos).

4.1.3.4 Centro Odontológico

O município não dispõe de Centro de Especialidades Odontológica até o momento.

¹ Atendimento de mais de 500 pacientes beneficiados com doenças crônicas (PMI, 2023).



4.1.4 Indicadores de saúde

Os indicadores de saúde são avaliados para verificar e prever o estado de saúde das crianças de 0 a 6 anos do município de Itaperuçu, mensurando os riscos e prognósticos dessa população, bem como na carga de morbidade (OPAS, 2014).

4.1.4.1 Pré-Natal

De acordo com os Cadernos de Saúde Pública (Tomasi E et al., 2017), notou-se que se houver maior atenção ao pré-natal, os exames e avaliações de profissionais nesta etapa são capazes de minimizar a morbidade e a mortalidade materno-infantil, pois permite a orientação e os encaminhamentos adequados em cada momento da gravidez.

De acordo com dados da Secretaria Municipal de Saúde de Itaperuçu, 485 gestantes foram atendidas no ano de 2023, sendo que mais de 82% estavam no seu primeiro trimestre de gravidez. Todas as pacientes atendidas naquele ano realizaram o teste anti-HIV e tiveram sua vacina contra tétano, como mostra a Tabela 6. Foi identificado que 26% das gestantes tinham menos de 19 anos, e cinco grávidas sofreram depressão ou violência, sendo todas acompanhadas por serviços especializados.

Tabela 6: Atendimentos durante pré-natal às gestantes

ATENDIMENTOS ÀS GESTANTES	2023
Número de gestantes atendidas	485
Número de gestantes com início do pré-natal no primeiro trimestre de gravidez	400
Número de gestantes que realizaram o Teste Anti-HIV e obtiveram o resultado antes do parto	485
Número de gestantes vacinadas com o tétano neonatal	485
Número de gestantes com idade entre 10 e 19 anos	127
Número de gestantes com sintomas de depressão ou vítimas de violência acompanhadas em serviços especializados	05

Fonte: PMI, 2024.

4.1.4.2 Gestação, Parto e Puerpério

A Tabela 7 mostra as unidades de saúde existentes que atendem as gestantes do município e das regiões próximas, totalizando 08 (oito) equipamentos de saúde, sendo 02 (duas) na rede privada e 06 (seis) na rede pública (05 UBS e um hospital).

Verifica-se que houve 485 recém-nascidos, ou seja, o mesmo número de gestantes no ano de 2023. Após o parto, o município dispõe de assistência a puericultura (PARANÁ, 2024)².

² Puericultura consiste em um acompanhamento periódico visando a promoção e proteção da saúde das crianças e adolescentes, por meio dela acompanha-se integralmente o ser humano de 0 a 19 anos, sendo possível identificar precocemente qualquer distúrbio de crescimento, desenvolvimento físico e mental, nutricional, dentre outros, compreendendo a criança e ao adolescente como um ser em desenvolvimento com suas particularidades.



Tabela 7: Registros realizados na Gestação, Parto e Puerpério nos equipamentos de saúde em Itaperuçu - 2023

NÚMERO DE REGISTROS	REDE PRIVADA	REDE PÚBLICA	TOTAL
Número de unidades de saúde com oferta de serviços obstétricos no município	02	05 Unidades Básica de Saúde 01 Hospital	08
Número de partos registrados no município	-	-	-
Número de partos naturais do total de partos registrados no município	-	-	-
Número de recém-nascidos	02	483	485
Número de recém-nascidos com agendamento de consultas de puericultura antes da alta de maternidade	-	150	150
Número de atendimentos de puericultura registrados	--	630	630
Número de gestantes com acompanhamento antes e durante o trabalho de parto e pós-parto		485	485
Número de puérperas que tiveram acesso ao alojamento conjunto com o recém-nascido, conforme a lei 1108/2005	-	485	485
Número de partos domiciliares registrados	-	0	0
Número de ocorrência de partos domiciliares articulado com os cuidados da equipe de Estratégia Saúde da Família (ESF)	-	0	0

Fonte: PMI, 2024.

4.1.4.3 Mortalidade materna

Segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, 2007), a mortalidade materna é vista pela morte de uma mulher durante a gestação ou até 42 dias após o término da gestação, independente da duração ou da localização da gravidez, devida a causa relacionada ou agravada pela gravidez ou por medidas em relação a ela, porém, não devida a causas acidentais ou incidentais.

De 2010 a 2022, não houve mortalidade materna em Itaperuçu, somente em 2023, ocorreu um registro, na faixa de 30 a 39 anos (Tabela 8), falecida na área urbana (Tabela 9), branca (Tabela 10) e casada (Tabela 11) (FMCSV, 2022),

Tabela 8: Óbitos por faixa etária da falecida

ÓBITOS POR FAIXA ETÁRIA DA FALECIDA	
FAIXA ETÁRIA	NÚMERO DE ÓBITOS
10 a 14 nos	0
15 a 19 anos	0
20 a 29 anos	0
30 a 39 anos	01
40 a 49 anos	0
50 ou mais	0
Idade Ignorada	0



ÓBITOS POR FAIXA ETÁRIA DA FALECIDA

Total	01
-------	----

Fonte: PMI, 2024.

Tabela 9: Óbitos por local de domicílio

POR LOCAL DE DOMICÍLIO DA FALECIDA

Local do Domicílio	Número de óbitos
Zona Urbana	01
Zona Rural	00
Total	01

Fonte: PMI, 2024.

Tabela 10: Óbitos por etnia

POR ETNIA DA FALECIDA

Etnia	Número de óbitos
Branca	01
Preta	00
Amarela	00
Parda	00
Indígena	00
Ignorado	00
Total	01

Fonte: PMI, 2024.

Tabela 11: Óbitos por estado civil

POR ESTADO CIVIL DA FALECIDA

Estado Civil	Número de óbitos
Solteira	00
Casada	01
Viúva	00
Separada	00
Ignorado	00
Total	01

Fonte: PMI, 2024.

4.1.4.4 Saúde das crianças até 6 anos

Segundo o Marco Legal (Lei nº 13.257 de 2016) em seu artigo 2º, o período que abrange os primeiros seis anos completos ou 72 meses de vida da criança designa-se como a Primeira Infância (Brasil, 2016). A Tabela 12 mostra, em números absolutos, o número de crianças cadastradas na Secretaria Municipal de Saúde de Itaperuçu, nessa faixa etária, em 2023.

Com base nos fundamentos biológicos (Cordelini E et.al, 2020), o desenvolvimento cerebral inicia-se no 18º (décimo oitavo) dia de gestação e intensificam até o terceiro ano de vida, fase essa crucial para o aprendizado e desenvolvimento do indivíduo.

A partir da tabela a seguir, pode-se identificar 738 crianças que necessitam desse cuidado especial nessa fase conhecida como primeiríssima infância (até 3 anos), do total de 3854 até 6 anos no ano de 2023. De acordo com a Fundação Maria Cecília



Souto Vidigal. (FMCSV, 2022), em 2022 eram 3401 crianças, ou seja, houve um acréscimo de mais de 12% no ano.

Tabela 12: Número de crianças até 6 anos por faixa etária em 2023

NÚMERO DE CRIANÇAS	
FAIXA ETÁRIA	NÚMERO DE CRIANÇAS
Até 4 meses	38
4 meses à 9 meses	75
1 ano à 1 ano e 11 meses	290
2 anos à 2 anos e 11 meses	335
3 anos à 3 anos e 11 meses	425
4 anos à 4 anos e 11 meses	440
5 anos à 5 anos e 11 meses	2351
Total	3854

Fonte: PMI, 2024.

Na Tabela 13, obtém-se o número de morbidades em crianças da primeira infância, além dos óbitos ocorridos no ano de 2023, cujos números absolutos foram de 03 (três) recém-nascidos prematuros e 06 (seis) de 0 até 6 anos.

Com relação às doenças, o maior número de casos é de crianças até 6 anos com deficiência, acompanhada em serviços especializados no município, mas que não chega a 0,02 % da população dessa faixa etária.

Tabela 13: Registro de morbidades em crianças até 6 anos em 2023

MORBIDADES EM CRIANÇAS ATÉ 6 ANOS				
Número de nascidos vivos	485			
Número de óbitos neonatais do total de nascidos vivos	3			
Taxa de mortalidade infantil	0,01			
Número de crianças até 4 meses com aleitamento materno exclusivo	15			
Número de crianças menores de 1 ano com vacina tetavalente	90% da população vacinada			
Número de crianças menores de 1 ano com vacina Hepatite B	485			
Número dos nascidos vivos que realizaram a triagem neonatal	Teste do pezinho	Teste do olhinho	Teste da orelhinha	
	485	485	485	
Número de crianças menores de 2 anos desnutridas	00			
Número de crianças até 6 anos com obesidade infantil	03			
Número de crianças até 6 anos com HIV/AIDS	02			
Número de crianças até 6 anos com diabetes	00			
Número de crianças até 6 anos com deficiência auditiva	03			
Número de crianças até 6 anos com deficiência visual	01			
Número de crianças até 6 anos com deficiência motora	07			
Número de crianças até 6 anos com deficiência mental	08			
Número de crianças até 6 anos com deficiência acompanhada em serviços especializados no município	48			
Número de óbitos de crianças menores de 01 ano por acidente	00			
Número de óbitos de crianças menores de 01 a 4 anos por acidente	01			



MORBIDADES EM CRIANÇAS ATÉ 6 ANOS

Número de óbitos de por acidente de transporte com 00
crianças de até 4 anos

Número de óbitos de crianças até 6 anos 06

Fonte: PMI, 2024.

4.1.5 Gestão dos serviços de saúde

A gestão dos serviços de saúde é fruto de ações intersetoriais, em que o Ministério da Saúde, como gestor federal do Sistema Único de Saúde (SUS), publicou a Portaria GM/MS nº 1.130, de 5 de agosto de 2015 (BRASIL, 2015), que instituiu a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC).

Dentro do âmbito municipal, envolve o planejamento, organização, direcionamento e controle dos recursos municipais para fornecer serviços públicos eficientes e responder prontamente às necessidades da comunidade local. A saúde está sob comando da Secretaria Municipal de Saúde (ITAPERUÇU, 2018) tem como atribuições:

- I – Planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços públicos de saúde, na área da assistência médica e odontológica, bem como gerir e executar os serviços de saúde do Município;
- II – Promover serviços de assistência médica e odontológica à população, integrado ao Sistema Único de Saúde (SUS) verificando o cumprimento das normas do SUS, bem como serviços complementares de saúde pública;
- III – Operacionalizar ações de proteção, promoção e recuperação da saúde da população, com a realização integrada de atividades preventivas e assistenciais, realizando ações de epidemiologia, vigilância em saúde e fiscalização sanitária;
- IV – Promover campanhas de esclarecimento, objetivando a preservação da saúde da população;
- V – Fiscalizar as posturas municipais relativas à higiene e à saúde pública;
- VI – Realizar estudos da situação populacional em relação à saúde coletiva, planejando e implantando ações corretivas;
- VII – Coordenar, orientar e acompanhar a elaboração e a execução do Plano Municipal de Saúde, consoante à legislação e às diretrizes do Serviço Único de Saúde (SUS);
- VIII – Articular-se com as instituições de pesquisa científica e tecnológica e de prestação de serviços técnico-científicos no âmbito da saúde pública, objetivando a promoção e a difusão do conhecimento de interesse, para a melhoria das condições de saúde da população;
- IX – Administrar o funcionamento, manutenção e a qualidade da infraestrutura física das unidades que compõem a rede de atenção à saúde do Município;
- X – Coordenar a execução de programas municipais de saúde, decorrentes de contratos e convênios com órgãos estaduais e federais que desenvolvam políticas voltadas para a saúde da população;
- XI – Propor, no âmbito do Município, contratos, parcerias e convênios com entidades prestadoras da rede privada de saúde, bem como controlar e avaliar sua execução;
- XII – Controlar e fiscalizar os procedimentos dos serviços privados de saúde no âmbito municipal;
- XIII – Desenvolver ações dirigidas ao controle e ao combate dos diversos tipos de zoonoses no Município e de vetores e roedores, em colaboração com organismos federais e estaduais;
- XIV – Coordenar a execução de suas atividades administrativas e financeiras



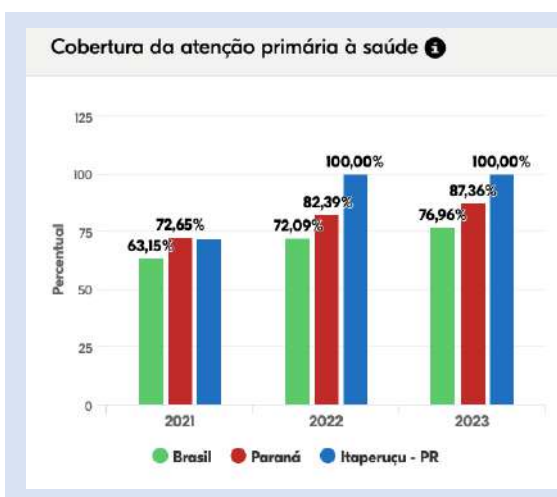
e orçamentárias;
XV – Desenvolver outras atividades destinadas à consecução de seus objetivos e finalidades;
XVI – Desempenhar outras atividades afins, sempre por determinação do Chefe do Executivo Municipal.

4.1.5.1 Taxa de cobertura à saúde

De acordo com a Secretaria Municipal de Saúde, em 2023 e 2024, o Programa de Saúde Família (PSF) vem atendendo quase 100% da população, tanto em área urbana quanto rural. Confirmado pelos dados da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, em que mostra a evolução de 2021 a 2023, da taxa de cobertura à saúde comparando os índices de Itaperuçu, com o Paraná e Brasil (Figura 5). Este indicador é crucial, pois demonstra que a população está sendo assistida pelas equipes municipais, que podem colaborar em várias políticas públicas ao mesmo tempo: alerta para risco de violência contra crianças, incentivo à matrícula na creche e aleitamento materno, cuidados contra obesidade.

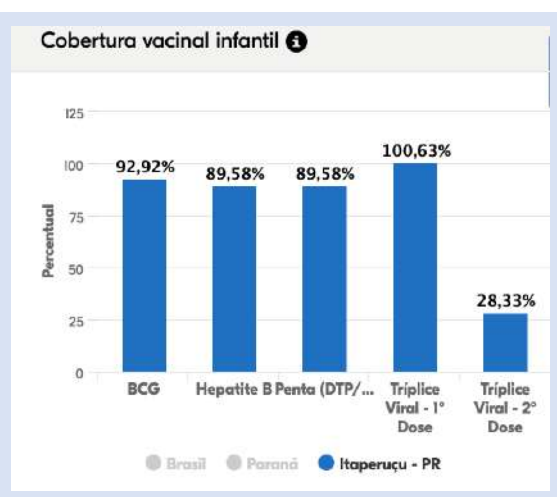
A Figura 6 mostra o indicador de cobertura vacinal para as 05 (cinco) vacinas infantis do calendário nacional de vacinação, visto que cerca de 90% da população infantil, em contrapartida a segunda dose da tríplice viral indicada para 15 a 18 meses cai drasticamente para 28,33%. A BCG (Bacilo de Calmette e Guérin) é indicada para proteção dos pulmões, ao nascer junto com a vacina da Hepatite B, para proteção do fígado. Com 2 meses é indicado a vacina Penta (DTP/HepB/Hib), sendo reaplicado nos 4 e 6 meses de vida, principalmente para prevenção das vias respiratórias e a tríplice viral para crianças de 1 ano de idade.

Figura 5: Cobertura da atenção primária à saúde de 2021 a 2023



Fonte: FMCSV, 2023.

Figura 6: Cobertura da vacina infantil em 2023



Fonte: FMCSV, 2023.

Apesar de todas as unidades de saúde do Município disponibilizarem a caderneta de saúde para as crianças, apenas 854 (tabela 14) das 3.854 (Tabela 12) crianças fazem esse acompanhamento com as equipes de saúde de Itaperuçu.



Tabela 14: Taxa de cobertura à saúde

	REDE PÚBLICA		TOTAL	
	2023	2024	2023	2024
Taxa de cobertura do Programa Saúde da Família (PSF)	95%	95%	95%	95%
Número de crianças de até 6 anos com caderneta de saúde em acompanhamento pelas equipes de saúde	729	854	729	854
Percentual de unidades de saúde que disponibilizam a caderneta de saúde da criança			100%	100%

Fonte: PMI, 2024.

4.1.5.2 Campanhas para a primeira infância em 2024

Segundo a Secretaria Municipal de Saúde, em parceria com as demais, realizam eventos para incentivar a medicina preventiva, por meio de orientações de rotinas saudáveis, prática de exercícios físicos, conscientizando as famílias e rede de apoio que envolvem a primeira infância, da importância da participação nas consultas de puericultura. O Quadro 3 especifica as campanhas existentes no município em 2024.

Quadro 3: Campanhas pela Primeira Infância realizadas em Itaperuçu - 2024

TIPO DA CAMPANHA	NOME DA CAMPANHA	PÚBLICO ALCANÇADO
De incentivo ao pré-natal	Grupo e oficina de gestantes	Gestantes e familiares
De incentivo ao parto natural	Grupo e oficina de gestante e visita da maternidade referência do parto no último trimestre de gestação	Gestante e familiares
De incentivo ao aleitamento materno	Grupo e oficina de gestante a cada trimestre	Gestante e familiares
Visando a redução da mortalidade materna	Ações educativas sobre o cuidado pós-natal	Gestante e familiares
Visando a redução da mortalidade infantil	Incentivar a participação nas consultas da puericultura	Gestantes e familiares
Visando a redução da desnutrição infantil	Incentivo do aleitamento materno e fases da alimentação conforme a idade da criança	Gestantes e familiares
Visando a redução da obesidade infantil	Incentivo da alimentação adequada com redução de alimentos industrializados	Pais, mães ou responsáveis pela criança
De preservação de pais visando a paternidade/ maternidade responsável	Incentivo da participação do parceiro durante o pré-natal	Pais, mães ou responsáveis pela criança
De promoção de ações de saúde auditiva na primeira infância	Ações educativas demonstrando como pode ser identificado conforme a faixa etária	Pais, mães ou responsáveis pela criança
De promoção de ações de saúde ocular na primeira infância	Ações educativas demonstrando como pode ser identificado conforme a faixa etária	Pais, mães ou responsáveis pela criança
De promoção de ações de saúde bucal na primeira infância	Incentivar a higiene desde a fase da amamentação	Pais, mães ou responsáveis pela criança
De detecção da diabetes na primeira infância		
De atenção à saúde mental na		



TIPO DA CAMPANHA	NOME DA CAMPANHA	PÚBLICO ALCANÇADO
primeira infância		

Fonte: PMI, 2024.

4.1.5.3 Ações intersetoriais e de articulação

A integração intersetorial e interfederativa é de grande valia e efetividade para cumprir com os princípios e diretrizes a serem considerados na elaboração do PMPI de Itaperuçu e das ações de saúde voltados para as crianças.

O Quadro 4 apresenta as ações desenvolvidas com as demais secretarias em prol da primeira infância de Itaperuçu, principalmente na área ambiental e a prevenção de violências. Verifica-se a necessidade de parcerias entre os âmbitos estaduais e federais no município, que poderiam auxiliar no desenvolvimento de estudos, pesquisas, formação de profissionais da área de saúde e assistência social voltadas à primeira infância.

Quadro 4: Ações institucionais voltadas à primeira infância

AÇÕES	SIM	NÃO	ESPECIFICAR
O município participa da Rede Estadual pela Primeira Infância (REPI) ou da Rede Nacional pela Primeira Infância (RNPI)? ³			
O município desenvolve ações de x educação ambiental voltados à primeira infância?			Sim no programa saúde nas escolas
O município desenvolve ações de x prevenção à violência na primeira infância?			Sim em parceria com outras pastas como assistência social e educação
O município desenvolve estudos e pesquisas na área da primeira infância?		x	
A formação de profissionais de saúde, educação e assistência social incorpora a temática da primeira infância?			
Existem leis municipais direcionadas à primeira infância? Exemplo: Lei que institui a semana do bebê.		x	
O município desenvolve campanhas relacionadas à exposição indevida de crianças na mídia			A Secretaria de Saúde auxilia nas ações da assistência social e educação
O município já realizou a semana do X bebê			Realizadas ações educativas nas unidades de saúde em parceria com o SESC

Fonte: PMI, 2024.

4.2 Atenção à educação na primeira infância

De acordo com Cordelini E et.al (2020), além da atenção à saúde desenvolvida no item 4.1, no viés econômico considera a educação como parte primordial oferecendo interações sociais, redução da evasão escolar e melhoria da escolaridade ao longo do tempo, proporcionando oportunidades futuras de trabalho e renda. Importante destacar que os benefícios educacionais de qualidade, sendo direcionados

³ Não foi informado pelo município.



corretamente na primeira infância vão além da questão econômica, refletem para resultados na saúde, minimizando morbidades ao longo da vida; convívio comunitário harmonioso e segurança reduzindo as chances de cometer crimes.

4.2.1 Quantidade de unidades escolares em 2024

Segundo a Secretaria Municipal da Educação, em 2024, identificam-se 11 (onze) instituições de ensino para a primeira infância, sendo 03 (três) creches/Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI), 04 (quatro) escolas públicas na área urbana, 02 (duas) na área rural, 01 (uma) exclusiva para crianças com deficiência, totalizando 10 (dez) estabelecimentos públicos, e 01 (uma) escola particular (Tabela 15). Todas as unidades encontram-se em conformidade com os parâmetros curriculares de educação infantil estabelecidos pelo Ministério da Educação (MEC).

Tabela 15: Números de unidades escolares em 2024

NÚMERO DE UNIDADES ESCOLARES	PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL
Número de creches / Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) no município	3		3
Número de estabelecimentos de educação com salas destinadas ao atendimento de crianças com até 6 anos	7	1	8
Número de escolas com salas de educação infantil	10	1	11

Fonte: PMI, 2024.

4.2.2 Dados da rede escolar em 2024

A Tabela 16 detalha as 11 (onze) unidades escolares perante sua localização, competência, quantidade de alunos, faixa etária atendida e quantitativo de docentes atuantes. Em CMEIs são matriculados 587 alunos de 0 a 5 anos com 67 professores atuantes, sendo uma média de 8 alunos por professor. Nas escolas públicas que atendem exclusivamente crianças de 4 e 5 anos, totalizam 669 matrículas para 47 docentes (não foram contabilizados os alunos da Escola Lição de Vida, pois totalizam 167 alunos de 0 a 60 anos), o que aumenta a média para 14 alunos por professor.

Tabela 16: Relação de unidades escolares públicas e privadas em 2024

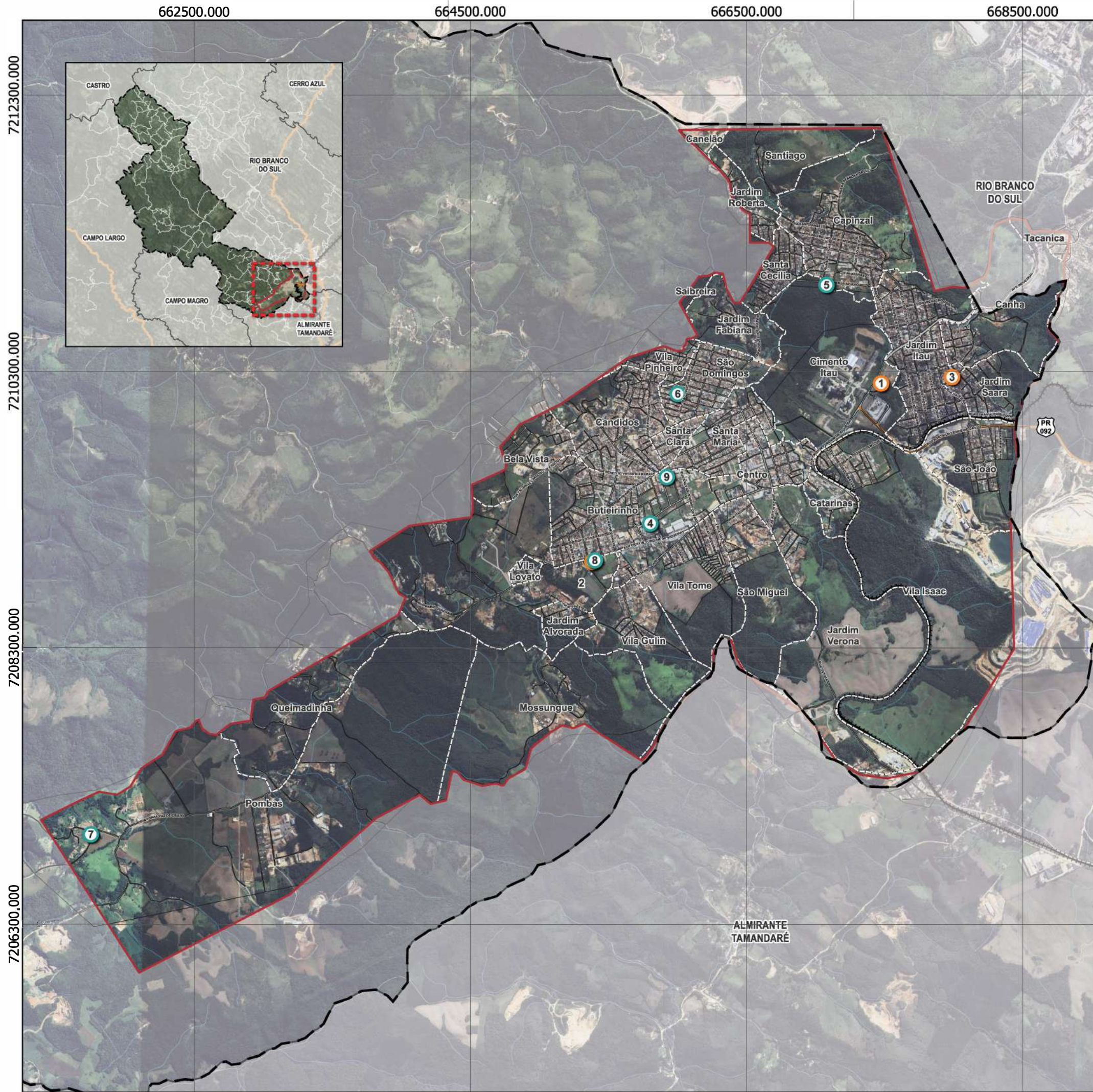
MODALIDADE	NOME DA ESCOLA	ENDEREÇO	URBANA /RURAL	PÚBLICA /PRIVADA	QUANTIDADE DE ALUNOS	FAIXA ETÁRIA (ANOS)	NÚMERO DE PROFESSORES E ASSISTENTES
Creches / Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) no município	CMEI Joana	Avenida Industrial Sn, Bairro: Jardim Itaú	Urbana	Pública	165	até 3	25
	CMEI Cindinha	Rua: Jonas Vaz De Cristo S/N Bairro: Butieirinho	Urbana	Pública	209	até 3	31
	CMEI Pingo de Gente	Rua Anadir Dos Santos Faria Bairro: Jd. Itaú	Urbana	Pública	213	4 e 5	11
Estabelecimentos de educação pública	Escola Profª Dalzira Brandt Santana	Rua Setembrino Santana Da Silva S/N	Urbana	Pública	429	4 e 5	29



MODALIDADE	NOME DA ESCOLA	ENDEREÇO	URBANA /RURAL	PÚBLICA /PRIVADA	QUANTIDADE DE ALUNOS	FAIXA ETÁRIA (ANOS)	NÚMERO DE PROFESSORES E ASSISTENTES
	Escola Frei Barnabe Tenani, El Ef	Bairro: Butieirinho Rua São Marcos, Sn.	Urbana	Pública	117	4 e 5	6
	Escola Municipal Antonio Himercido Cavalcante	Bairro: Capinzal Rua Ernesto Curadassi, 100	Urbana	Pública	19	5	3
	Escola Lucia Sandri Benato, El Ef	Bairro: São Domingos Estrada Principal De Pombas	Urbana	Pública	25	4 e 5	3
	Escola Municipal do Campo Bolo Grande	Bairro: Pombas Estrada Principal Do Bolo Grande S/N	Rural	Pública	16	4 e 5	2
	Escola Municipal do Campo Paulo Artigas de Cristo	Bairro: Bolo Grande Estrada Principal Do Canelão S/N	Rural	Pública	63	4 e 5	4
	Escola Lição de Vida na Modalidade de Educação Especial	Bairro: Canelão Rua Crispim Furquim De Siqueira, 1000	Urbana	Pública	167		Dados não fornecidos até o momento
Estabelecimento de educação privado	Colégio Monte Horebe	Bairro: Butieirinho Rua Benedito Vieira Guimarães, 2500	Urbana	Privada	115		Dados não fornecidos até o momento

Fonte: PMI, 2024.

Os Mapa 3 e Mapa 4 ilustram a localização das unidades escolares na área urbana e rural, respectivamente.



LOCALIZAÇÃO DAS ESCOLAS DA PRIMEIRA INFÂNCIA NA ÁREA URBANA

LEGENDA

- 1 CMEI Joana de Cristo Portes
- 2 CMEI Cidinha
- 3 CMEI Pingo de Gente
- 4 Escola Professora Dalzira Brandt Santana
- 5 Escola Frei Barnabé Tenani EI EF
- 6 Escola Municipal Antônio Himercido Cavalcante
- 7 Escola Lúcia Sandri Benato EI EF
- 8 Escola Lição de Vida na Modalidade de Educação Especial
- 9 Colégio Monte Horebe

Convenções Cartográficas

- Limites Municipais
- Municípios vizinhos
- Perímetro urbano
- Bairros
- Lotes cadastrais
- Quadras
- Ferrovia
- Malha viária
- Rodovia estadual
- Hidrografia

Fonte de Dados

Localização das escolas da primeira infância na área urbana: Prefeitura Municipal de Itaperuçu, 2024.
Limites municipais: IBGE, 2022.
Perímetro urbano: Itaperuçu, 2018.
Bairros, lotes cadastrais, quadras e malha viária: Prefeitura Municipal de Itaperuçu, 2024.
Rodovia estadual: DER/PR, 2019.
Linha férrea: Ministério dos Transportes, 2024.
Hidrografia: IAT, 2020.

Sistema de Projeção: Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM) - Fuso 22S - Meridiano Central 51°W Referencial Planimétrico SIRGAS 2000

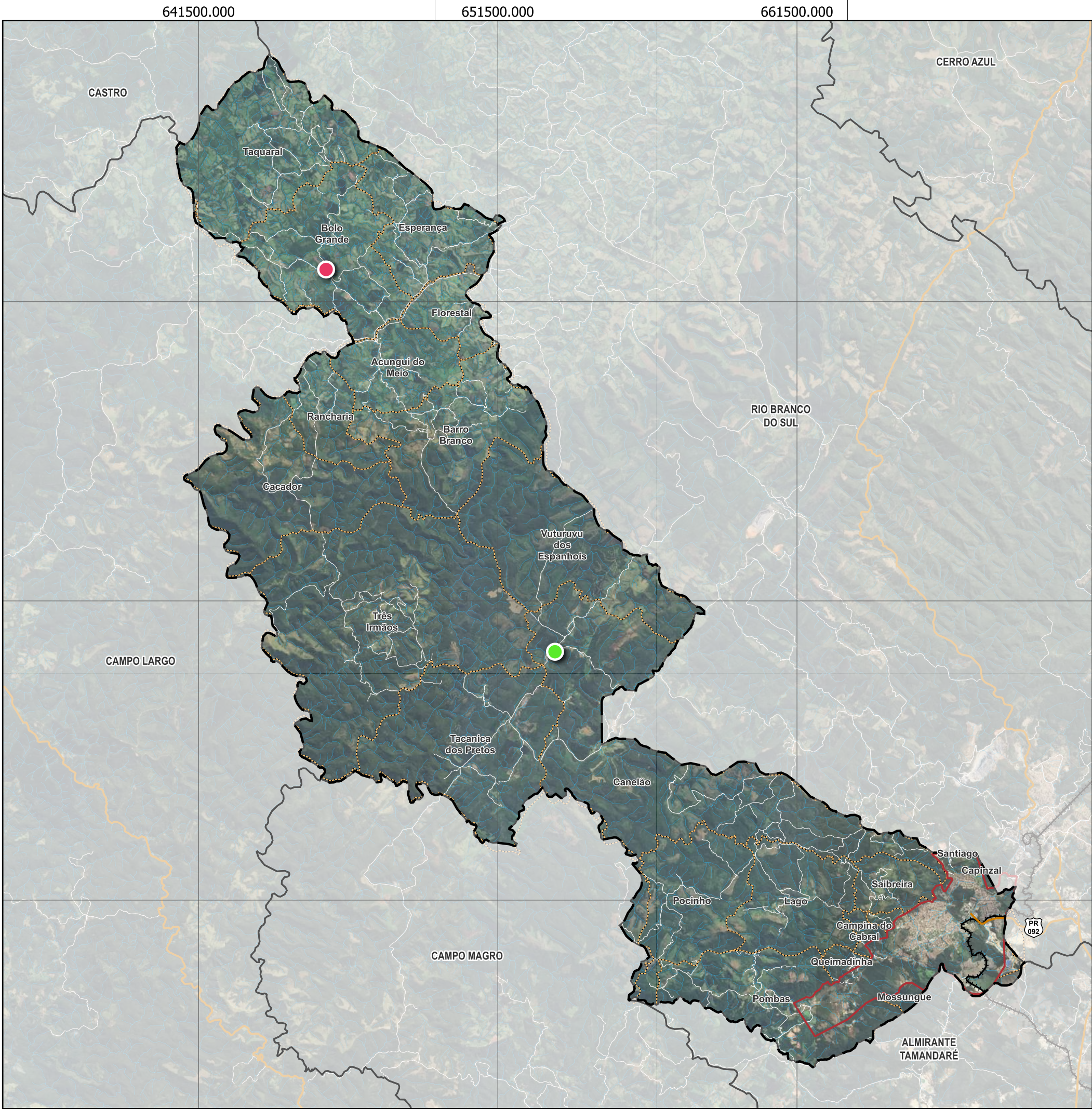
Data: Agosto / 2024

Escala: 1 : 28.000

Escala Gráfica:

500 1,000 m





LOCALIZAÇÃO DAS ESCOLAS DA PRIMEIRA INFÂNCIA NA ÁREA RURAL

LEGENDA

- Escola Municipal Paulo Artigas de Cristo
- Escola Municipal Bolo Grande

Convenções Cartográficas

- Limite Municipal
- Municípios vizinhos
- Perímetro urbano
- Localidades
- Ferrovia
- Estradas rurais
- Rodovia estadual
- Hidrografia

Fonte de Dados

Escolas da primeira infância na área rural: Prefeitura Municipal de Itaperuçu, 2024.
Limites municipais: IBGE, 2022.
Perímetro urbano: Itaperuçu, 2018.
Localidades: Prefeitura Municipal de Itaperuçu, 2024.
Estradas rurais: OSM, 2024.
Rodovia estadual: DER/PR, 2019.
Linha férrea: Ministério dos Transportes, 2024.
Hidrografia: IAT, 2020.

Sistema de Projeção:

Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM) - Fuso 22S - Meridiano Central 51°W Referencial Planimétrico SIRGAS 2000

Data:

Julho / 2024

Escala:

1 : 130.000

Escala Gráfica:

2.5 5 7.5 km

2024 A3

PLANO MUNICIPAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA DE ITAPERUÇU-PR



De acordo com os dados da Tabela 12 de crianças e a Tabela 16, em que mostra o quantitativo de crianças matriculadas por faixa etária, verifica-se um baixo índice de crianças nas escolas, tanto na primeiríssima infância (até 3 anos) cujo desenvolvimento cerebral é mais plástico, influenciam a formação da personalidade, desenvolvem a capacidade de aprender, de se relacionar; quanto para crianças de 4 e 5 anos, demonstrado na Tabela 17. Dados a se observar para o cumprimento do Plano Nacional de Educação (PNE) de atingir pelo menos 50% de matrículas em creches, para crianças de 0 a 3 anos, até o ano de 2024, e 100% para matriculados na pré-escola, pois se trata da primeira etapa obrigatória da educação básica.

Tabela 17: Índice de crianças da primeira infância na escola

NÚMERO DE CRIANÇAS NA ESCOLA			
FAIXA ETÁRIA	NÚMERO DE CRIANÇAS	MATRICULADAS	TAXA DE CRIANÇAS NA ESCOLA (%)
Até 3 anos	1163	374	32,15
4 e 5 anos e 11 meses	2791	882	31,60
Total	3854	1256	32,58

Fonte: PMI, 2024.

Os estabelecimentos de ensino, públicos ou privados, oportunizam uma vida plena de oportunidades e relações sociais fortalecidas, de acordo com Cordelini et al (2020), após 2020 houve aumento de 07 (sete) vezes o número de publicações para primeira infância e 10 (dez) vezes mais investimentos por parte do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e do Banco Mundial, o que resultam em crianças com mais sucesso na alfabetização e desenvolvimento de habilidades que as ajudarão a enfrentar os desafios do futuro. Segundo Zilda Arns Neumann, em sua Última Conferência, Haiti, 2010, ressalta: “As crianças, quando bem-cuidadas, são uma semente de paz e esperança” (BRASIL, 2018).

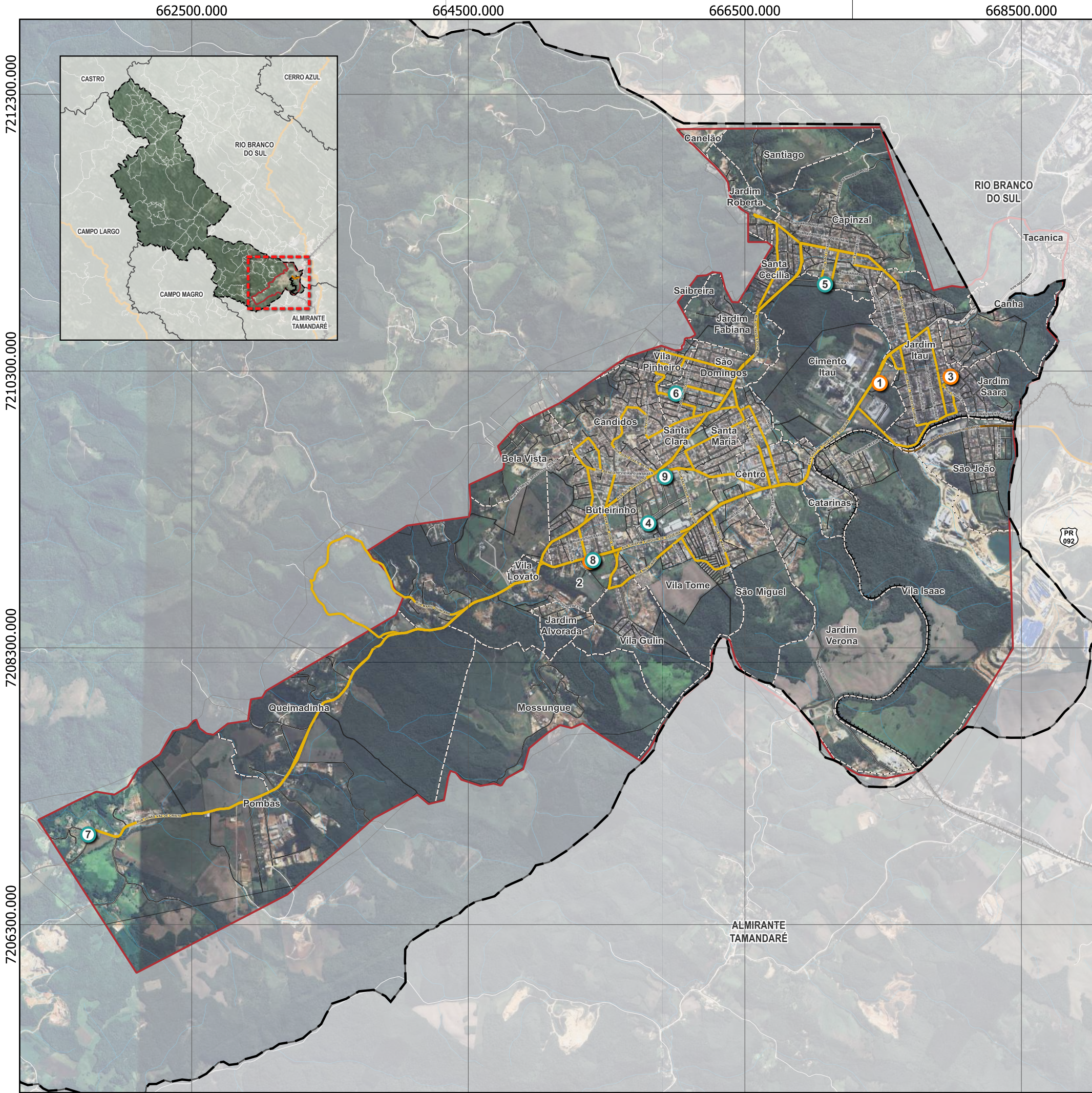
4.2.3 Transporte escolar

Cabe destacar que a Constituição Federal (BRASIL, 1988), em seu artigo 205, assegura o direito à educação, que é considerado direito público subjetivo, como dever do Estado e da família, e mais adiante no artigo 208, inciso VII prevê o transporte escolar para os estudantes:

Atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

A Prefeitura Municipal de Itaperiçu oferece transporte escolar terceirizado com monitores para a educação infantil de 4 e 5 anos nos dois turnos: manhã e tarde. Em se tratando da faixa etária de 0 até 3 anos, o município realizará um estudo detalhado quanto às rotas e números de alunos para verificar a possibilidade de contratação de transporte especializado.

O Mapa 5 e Mapa 6 transcreve as rotas de transporte realizadas por duas empresas terceirizadas, percorrendo a área urbana com a Prestadora de Serviços em Transporte e Conservação Eireli, inclusive a rural para atender as duas escolas com a Empresa Roktur Transportes Ltda.



ROTA DE TRANSPORTE ESCOLAR NA ÁREA URBANA

LEGENDA

— Rota de Transporte Escolar

Escolas

- 1 CMEI Joana de Cristo Portes
- 2 CMEI Cidinha
- 3 CMEI Pingo de Gente
- 4 Escola Porfessora Dalzira Brandt Santana
- 5 Escola Frei Barnabé Tenani EI EF
- 6 Escola Municipal Antônio Himercido Cavalcante
- 7 Escola Lúcia Sandri Benato EI EF
- 8 Escola Lição de Vida na Modalidade de Educação Especial
- 9 Colégio Monte Horebe

Convenções Cartográficas

- Limite Municipal
- Municípios vizinhos
- Perímetro urbano
- Bairros
- Lotes cadastrais
- Quadras
- Ferrovia
- Malha viária
- Rodovia estadual
- Hidrografia

Fonte de Dados

Rota de transporte escolar na área urbana: Prefeitura Municipal de Itaperuçu, 2024.
Limites municipais: IBGE, 2022.
Perímetro urbano: Itaperuçu, 2018.
Bairros, lotes cadastrais, quadras e malha viária: Prefeitura Municipal de Itaperuçu, 2024.
Rodovia estadual: DER/PR, 2019.
Linha férrea: Ministério dos Transportes, 2024.
Hidrografia: IAT, 2020.

Sistema de Projeção: Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM) - Fuso 22S - Meridiano Central 51°W Referencial Planimétrico SIRGAS 2000

Data: Agosto / 2024

Escala: 1 : 28.000

Escala Gráfica:

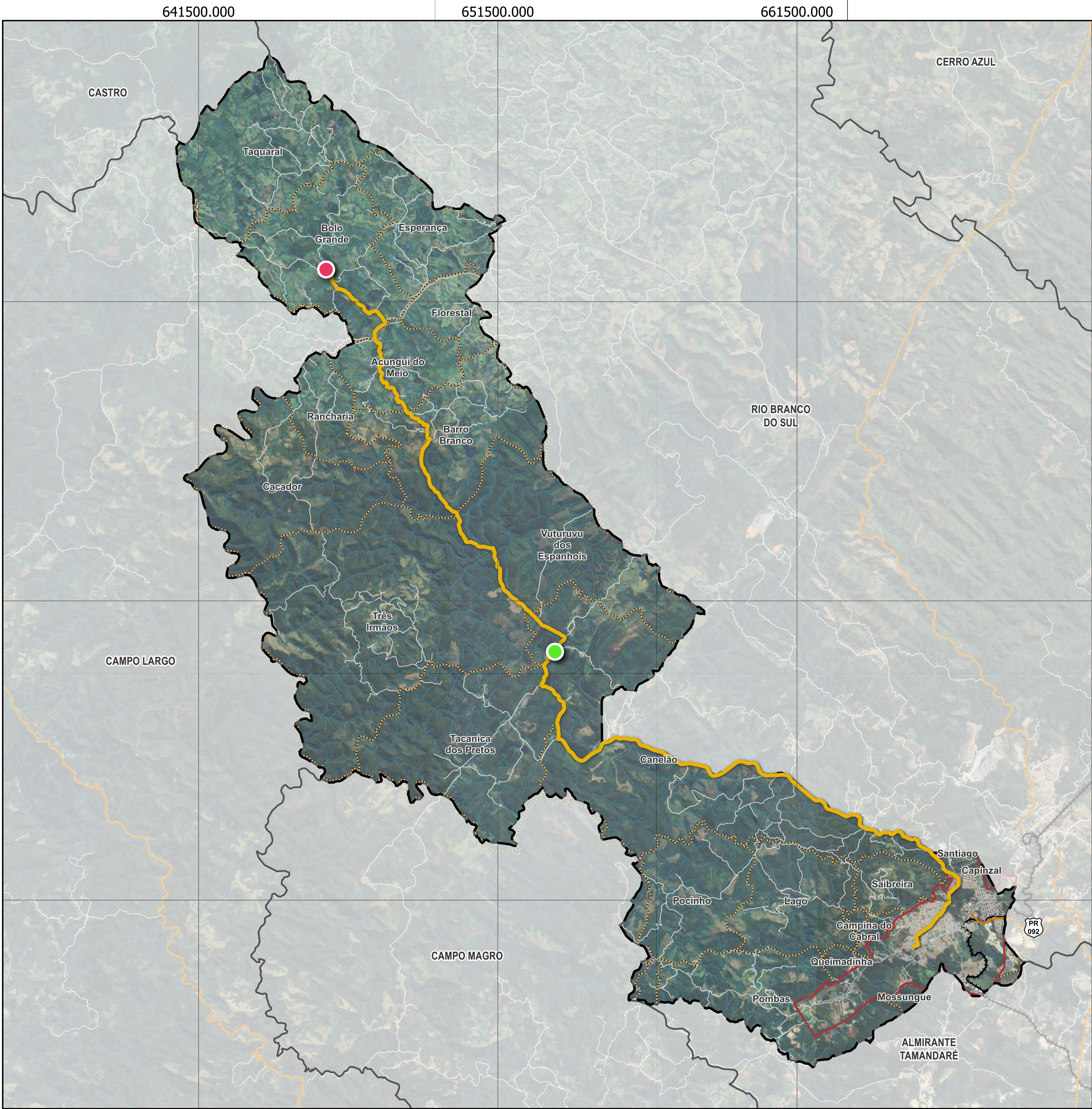
500

1,000 m



2024
A3

PLANO MUNICIPAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA DE ITAPERUÇU-PR



ROTA DE TRANSPORTE ESCOLAR NA ÁREA RURAL

LEGENDA

Rota de Transporte Escolar Rural

Escolas Rurais

Escola Municipal Bolo Grande

Escola Municipal Paulo Artigas de Cristo

Convenções Cartográficas

Limite Municipal

Municípios vizinhos

Perímetro urbano

Localidades

Ferrovia

Estradas rurais

Rodovia estadual

Hidrografia

Fonte de Dados

Rota de transporte escolar na área rural: Prefeitura Municipal de Itaperuçu, 2024.
Limites municipais: IBGE, 2022.
Perímetro urbano: Itaperuçu, 2018.
Localidades: Prefeitura Municipal de Itaperuçu, 2024.
Estradas rurais: OSM, 2024.
Rodovia estadual: DER/PR, 2019.
Linha férrea: Ministério dos Transportes, 2024.
Hidrografia: IAT, 2020.

Sistema de Projeção:

Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM) - Fuso 22S - Meridiano Central 51°W Referencial Planimétrico SIRGAS 2000

Data:

Julho / 2024

Escala:

1 : 130.000

Escala Gráfica:

2.5

5

7.5 km

 **ITAPERUÇU**
PREFEITURA MUNICIPAL
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO



2024

A3

PLANO MUNICIPAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA DE ITAPERUÇU-PR



4.2.4 Quantidade de alunos matriculados em 2023 e 2024

A Tabela 18 quantifica as matrículas de 2023 e 2024 para a primeiríssima e primeira infância, ora na área urbana ora na rural, cuja abrangência não se verifica para crianças até 3 anos. Observa-se que em 2024, houve menos matriculados que no ano anterior no caso de crianças de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos e 11 meses de idade, isso ocorre porque alunos saem da educação infantil ou são transferidos ou migram de uma cidade a outra, ou seja, não há evasão escolar. Em contrapartida houve um acréscimo no número de matrículas com crianças até 3 (três) anos de idade.

Tabela 18: Números de matrículas na primeira infância nos anos de 2023 e 2024

NÚMERO DE MATRÍCULAS	ÁREA URBANA		ÁREA RURAL		TOTAL	
	2023	2024	2023	2024	2023	2024
Número de matrículas de crianças até 3 anos	317	374	-	-	317	374
Número de matrículas de crianças de 4 e 5 anos e 11 meses na educação infantil	788	759	84	104	872	882
Total	1.105	1.133	84	104	1.189	1.256

Fonte: PMI, 2024.

4.2.5 Quantidade de alunos por faixa etária, gênero e turno

Na Tabela 17 anterior, verificou-se que a taxa de cobertura escolar está em torno de 31% tanto na primeiríssima quanto na primeira infância. A Tabela 19, a seguir, detalha o quantitativo de alunos por turno, sexo e faixa etária, verificando que a uma equidade de ensino tanto para meninos e meninas.

Tabela 19: Quantitativo de alunos por turno, sexo e faixa etária no ensino público.

UNIDADE ESCOLAR MUNICIPAL	TURNO	MASC.	FEM.	FAIXA (ANOS)
CMEI Joana	Manhã	31	27	2 a 3
	Tarde	41	34	2 a 3
	Integral	15	17	0 a 1
CMEI Cindinha	Manhã	46	30	2 a 3
	Tarde	41	37	3 a 4
	Integral	23	32	0 a 2
CMEI Pingo de Gente	Manhã	8	7	4
		53	57	5
	Tarde	37	51	4
Escola Profª Dalzira Brandt Santana	Manhã	52	54	4
		57	57	5
	Tarde	50	49	4
		59	51	5
Escola Frei Barnabe Tenani, EI EF.	Manhã	24	34	5
	Tarde	28	31	4
Escola Antonio Himercido Cavalcante	Manhã	11	08	19
Escola Lucia Sandri Benato, EI EF.	Manhã	8	6	5
	Tarde	6	5	4
Escola Municipal do Campo Bolo Grande	Tarde	3	3	4
		4	6	5
Escola Municipal do Campo Paulo Artigas de Cristo	Tarde	21	11	4
		20	11	5
TOTAL		638	618	

Fonte: PMI, 2024.



4.2.6 Quantidade de alunos com necessidades especiais matriculados em 2023 e 2024

Segundo a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, e no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) asseguram o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

A Tabela 20 demonstra que o município de Itaperuçu assiste à primeira infância com educação especializada por meio da Escola Lição de Vida na Modalidade de Educação Especial, atendendo em 2023, 57 alunos, e no ano de 2024 são 75 crianças especiais, concentradas na área urbana.

Tabela 20: Números de alunos com necessidades especiais

NÚMERO DE ALUNOS	ÁREA URBANA		ÁREA RURAL		TOTAL	
	2023	2024	2023	2024	2023	2024
Número de alunos até 5 anos e 11 meses com necessidades educacionais especiais inseridos na educação infantil.	50	60	7	15	57	75
Número de alunos até 5 anos e 11 meses inseridos em programa de atendimento especializado para crianças com necessidades educacionais especiais	50	60	7	15	57	75

Fonte: PMI, 2024.

Em setembro de 2023, o Ministério da Educação (MEC) participou de audiência pública das Comissões de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, a fim de assegurar acessibilidade e educação especial para a primeira infância com deficiência. Na oportunidade, foi apontado a importância de investir em um conjunto de ações, desde espaços físicos com salas de recurso multifuncionais, de tecnologia assistiva, desenvolvidos especificamente para a infância até na educação com especializados. (BRASIL, 2023).

4.2.7 Serviços nas unidades escolares em 2024

A Tabela 21 identifica os serviços ofertados para a Primeira Infância como de direito à alimentação e à educação ambiental, segundo a Constituição Federal, Estatuto da Criança e do Adolescente e reforçado pelo Marco Geral para Primeira Infância.

Tabela 21: Serviços nas unidades escolares em Itaperuçu - 2024

UNIDADES ESCOLARES	PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL
Número de instituições de educação infantil com oferta diária de merenda escolar	10	1	11
Número de instituições de educação infantil de atendimento integral para crianças de 4 e 5 anos e 11 meses	0		0
Número de instituições de educação infantil que têm representação de pais de alunos no conselho escolar	9		9



UNIDADES ESCOLARES	PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL
Percentual de instituições de educação infantil que contemplam em seus projetos pedagógicos temáticas e desenvolvem atividades de educação ambiental	10	1	11
Número de instituições de educação infantil que contemplam em suas propostas pedagógicas, currículos e materiais didáticos referentes a diversidade étnico-racial com vista a promoção da igualdade	10	1	11
Número de instituições de educação infantil que dispõem de brinquedos e jogos expressivos da diversidade étnico-racial	10	1	11
Número de instituições de educação infantil com cantinas com alguma restrição de venda de alimentos potencialmente prejudiciais à saúde da criança	0		

Fonte: PMI, 2024.

4.2.8 Vagas solicitadas e não atendidas em creches / CMEIs e estimativa de déficit de vagas por unidade escolar/ bairros ou regiões do município.

Segundo a Secretaria Municipal de Educação, há uma única lista de espera para o município, em que, atualmente, se aponta a carência de 06 (seis) vagas para o berçário e 16 vagas para educação infantil.

4.2.9 Programas específicos para crianças de 0 a 6 anos

Com relação aos programas específicos para a Primeira Infância, a Secretaria Municipal de Educação de Itaperuçu propõe e implementa projetos de formação e voltados diretamente às crianças, como mostra o Quadro 5.

Quadro 5: Programas de educação voltados à Primeira Infância

BENEFICIÁRIO	PROJETO	ANO
Educadores	Autismo e a Educação Especial	2022
	Plano de Atendimento Individualizado	2023
	Educação para o futuro – mídias digitais	2024
Crianças	A hora da História	2023/2024
	Desafiando a Mente	2024
	Valores e Virtudes	2024
	Florescer – Prevenção à violência e abuso sexual	2024

Fonte: PMI, 2024.



4.2.10 Conselhos Existentes

Os conselhos de políticas setoriais voltados para a garantia dos direitos relacionados à criança no município de Itaperuçu são:

- Conselho Municipal de Educação (CME);
- Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CAE);
- Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (CACCS FUNDEB).

4.2.11 ONG ou universidade apoiadora

Dentre as ONGs Nacionais existentes apoiadoras da Primeira Infância, tem-se a **Rede Nacional Primeira Infância (RNPI)**, que atua na articulação e mobilização de instituições e pessoas que defendem os direitos das crianças nessa faixa etária, sendo sua contribuição:

...elaboração e o acompanhamento da implementação do Plano Nacional pela Primeira Infância e do Observa – Observatório do Marco Legal da Primeira Infância. Nos últimos anos, a RNPI também tem atuado no sentido de sensibilizar os municípios brasileiros para a elaboração dos seus Planos Municipais pela Primeira Infância. Para isso, oferece aos gestores municipais ferramentas como o Guia para elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância. (RNPI, 2024).

A Fundação Maria Cecília Souto Vidigal foi fundada para incentivar a pesquisa no campo da hematologia, mas em 2007, focou na causa da Primeira Infância, onde disponibiliza dados de todos os municípios com mais de 30 indicadores.

Em âmbito municipal, existe a Associação de Proteção à Maternidade e Infância. A Escola Lição de Vida que atende crianças com Deficiência intelectual e múltiplas e o CER – Centro Especializado em Reabilitação – atende 13 municípios no tratamento de reabilitação, adaptação e manutenção de tecnologia assistiva. Além do Polo Universitário Unicesumar.

4.3 Atenção à proteção social na primeira infância

O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) comenta sobre o médico epidemiologista brasileiro e cientista Cesar Victora, precursor dos estudos sobre o desenvolvimento humano, cuja pesquisa perfez 11 mil pessoas desde o útero até a vida adulta, em que se concluiu a importância dos primeiros mil dias de vida para a articulação de cada competência do ser humano, ou seja, o crescimento saudável depende de todas as áreas: saúde, educação, econômica. (BRASIL, 2024a).

4.3.1 Cadastro único 2024

O Cadastro Único para Programas Sociais ou CadÚnico é uma ferramenta para identificar todas as famílias de baixa renda existentes no município para fins de inclusão em programas de assistência social e redistribuição de renda.



4.3.1.1 Famílias do Cadastro Único 2023 e 2024

A Tabela 22 aponta os registros de fevereiro de 2024, sendo 6.862 famílias cadastradas no CadÚnico, dessas, 3.184 (quase 50%) recebem o Programa Bolsa Família, sendo 1.361 famílias com crianças da Primeira Infância.

Tabela 22: Famílias cadastradas no Cadastro Único em 2024

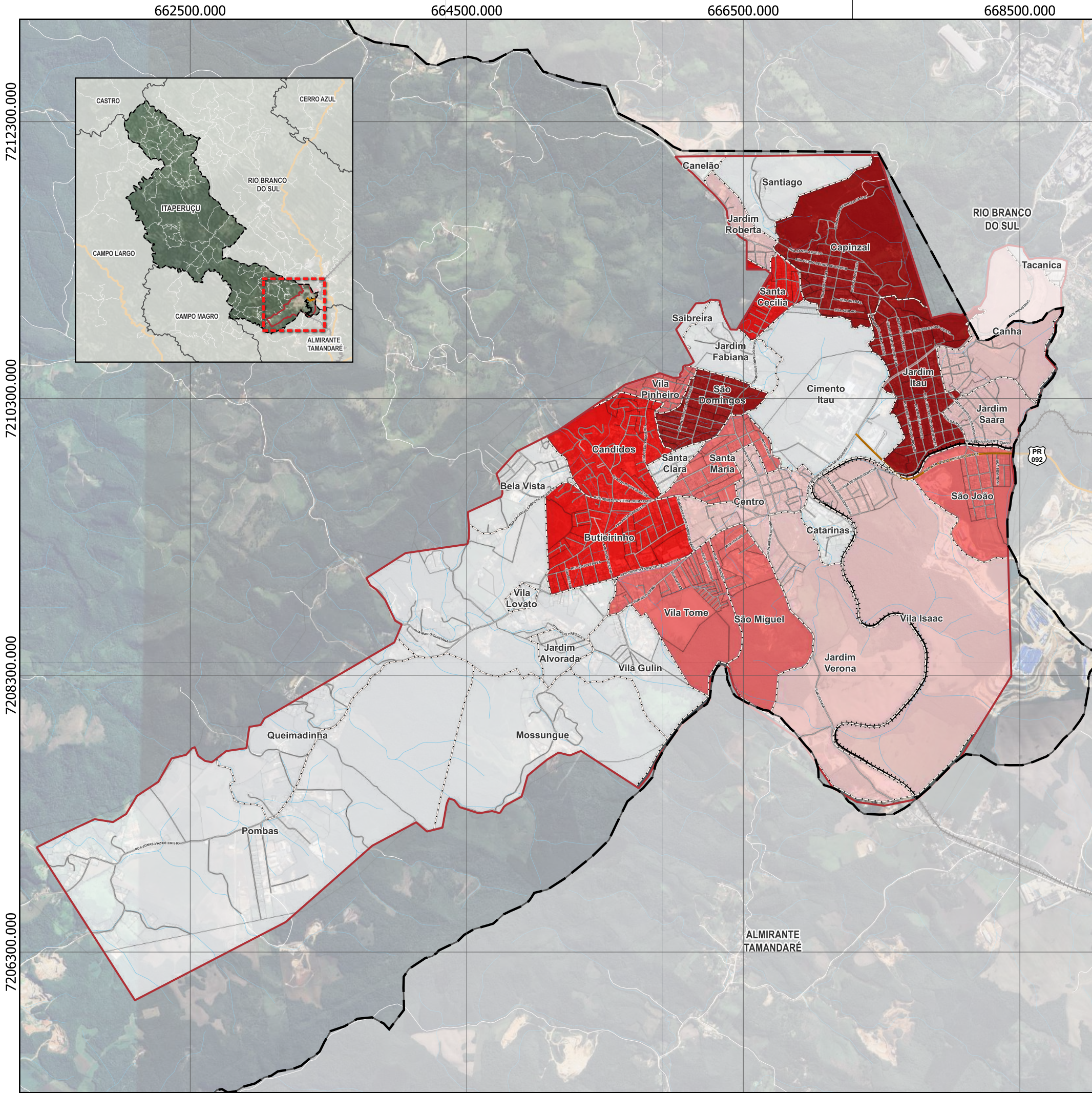
FAMÍLIAS CADASTRADAS	FEVEREIRO 2024
Número de famílias cadastradas	6862
Número de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família	3184
Número de famílias com crianças de 0 a 6 anos	1361
Número de crianças	Cadúnico não consegue levantar os dados.

Fonte: BRASIL, 2024b

Das famílias cadastradas no CadÚnico tem-se 18.327 pessoas cadastradas (58% da população), 9.327 recebem o Bolsa família com benefício médio de R\$681,87 mensais por família.

Segundo dados do MDS ao total foram 17.089 benefícios do Bolsa Família em maio de 2024 para os munícipes de Itaperiçu (BRASIL, 2024b), sendo que 1.997 foram destinados ao Benefício Primeira Infância (BPI), em que é adicionado o valor de R\$ 150 para cada criança de zero a sete anos, entre outros benefícios para famílias com crianças/gestante como o Benefício Variável para Gestante (BGV), Benefício Variável Nutriz (BVN) e Benefício Variável Familiar Criança (BVFC).

O Mapa 7 registra a concentração das famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, cuja composição familiar existe criança na faixa etária da primeira infância. Verifica-se que a concentração, ou seja, bairros com mais de 30 famílias cadastradas e que ganham o BPI são: Capinzal, Jardim Itau e São Domingos. Os bairros de Butieirinho, Cândidos e Santa Cecília possuem entre 15 a 30 famílias beneficiadas.



CONCENTRAÇÃO DE FAMÍLIAS COM CRIANÇAS DA PRIMEIRA INFÂNCIA ASSISTIDAS PELO BOLSA FAMÍLIA

LEGENDA

Concentração de famílias com crianças da primeira infância por bairros

- Concentração (número de famílias)
- 0 - 2
 - 2 - 8
 - 8 - 15
 - 15 - 30
 - 30 - 40

Convenções Cartográficas

- Limite Municipal
- Municípios vizinhos
- Perímetro urbano
- Bairros
- Lotes cadastrais
- Quadras
- Ferrovia
- Malha viária
- Rodovia estadual
- Hidrografia

Fonte de Dados

Famílias com crianças da primeira infância assistidas pelo Bolsa Família: Prefeitura Municipal de Itaperuçu, 2024.
Limites municipais: IBGE, 2022.
Perímetro urbano: Itaperuçu, 2018.
Bairros, lotes cadastrais, quadras e malha viária: Prefeitura Municipal de Itaperuçu, 2024.
Rodovia estadual: DER/PR, 2019.
Linha férrea: Ministério dos Transportes, 2024.
Hidrografia: IAT, 2020.

Sistema de Projeção: Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM) - Fuso 22S - Meridiano Central 51°W Referencial Planimétrico SIRGAS 2000

Data: Agosto / 2024

Escala: 1 : 28.000
Escala Gráfica:





4.3.2 Centro de Referência da Assistência Social (CRAS)

De acordo com o MDS (BRASIL, 2009), o objetivo do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) é:

prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania.

O CRAS Itaperuçu localiza-se na Avenida Nilo Cairo, 248 na Vila Residencial Avelino Tomé, onde a população pode buscar atendimento desde a assistência social, apoio psicológico e jurídico. Segundo a Agência Estadual de Notícias (AEN), o município em questão receberá uma nova unidade do CRAS no Jardim Fabiana, cuja área abrangerá 206 metros quadrados para salas de atendimento, sala da administração/ coordenação, sala multiuso, área de serviços, espaços de convivência para atender 3500 famílias (PARANÁ, 2023).

A unidade do CRAS Itaperuçu desenvolve programas como: Criança Feliz e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. No Programa Criança Feliz encontra-se em período de reformulação pelo Governo Federal, e no momento está atendendo 14 gestantes e 119 crianças de 0 a 36 meses (primeiríssima infância).

De acordo com a Secretaria Municipal de Assistência Social, de 2023 a 2024 mantiveram o número de famílias em acompanhamento no CRAS, conforme a Tabela 23.

Tabela 23: Número de acompanhamentos realizados no CRAS

NÚMERO DE ACOMPANHAMENTOS	2023	2024
Número de famílias em acompanhamento	150	150
Número de crianças de 0 a 6 anos em acompanhamento	186	186

Fonte: PMI, 2024.

A equipe do CRAS é composta de 01 (uma) coordenadora, 01 (uma) psicóloga, 03 (três) assistentes sociais, 06 (seis) administradores, 03 (três) estagiárias, 01 (um) motorista e 02 (dois) servidores gerais, como mostra o Quadro 6.

Quadro 6: Composição da equipe do CRAS em 2024

CARGO	NOME
Coordenação Geral e do Criança Feliz	Jéssica Gomes Castro
Psicóloga	Neriane Balmant de Cristo Leite Oliveira
Assistente Social	Eli Matilde Ribas
	Bianca de Fatima Gabriel Schiebelbein
	Shirlei Ferreira de Melo
Administradora Gestor Cadastro Único	Patrícia de Fátima Pinheiro
Administradora - Cadúnico	Maria Mazur de Freitas
Administrador - Cadúnico/ Cadastro Programa Leite das Crianças	Valter Alexandre dos Santos
Administradora - Grupos SCFV	Monique Mayara de Souza Cardoso
Administradora - Cadúnico localidade Rural	Amanda Rafaeli Silva Stresser
Administradora	Ana Luiza França de Faria
Estagiária nível superior Cadúnico localidade Caçador	Crislaine Stresser Machado



CARGO	NOME
Estagiária nível superior Criança Feliz	Keila Maria Ribas Martins
Estagiária nível superior Criança Feliz	Joelma dos Santos
Motorista	José Maria Costa
Servidoras Gerais	Dalila Lara Carneiro
	Janete Rosa da Silva

Fonte: PMI, 2024.

De acordo com os dados levantados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, o maior problema identificado são as crianças com os direitos violados, por situações de negligência e abandono de incapaz.

4.3.3 Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS)

Segundo o MDS (BRASIL, 2024c), o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) é uma unidade pública da política de Assistência Social onde são atendidas famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados, sendo obrigatoriamente ofertado o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI).

O CREAS Itaperiçu situa-se na Rua: Francisco Adelino dos Santos, 104, Centro, com atendimentos voltados à abordagem social, à proteção e atendimento integral à família (PAIF), aos serviços para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias e aos serviços de proteção social e adolescentes.

Diante dos números obtidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social, o número de atendimentos de 2024 caiu cerca de 60% em relação a 2023, conforme aponta a Tabela 24. O

Quadro 7 mostra a composição da equipe do CRAS.

Tabela 24: Número de atendimentos pelo CREAS

NÚMERO DE ATENDIMENTOS	2023	2024
Número de famílias em acompanhamento	média 394	média 246
Número de crianças de 0 a 6 anos em acompanhamento	Dados nunca coletados	Dados nunca coletados

Fonte: PMI, 2024.

Quadro 7: Composição da equipe do CRAS em 2024

CARGO	NOME
Coordenação	Mara Lucia Piassa
Psicóloga	Elaise Fernanda Bueno
Advogada	Maria Karoline Lapola
Assistente Social	Kely de Christo Paulo
	Idimar Machado
Administradora - Grupos	Ingrid Aline Camargo
Administradora	Larissa Fernanda De Bomfim
Estagiário nível superior	André Luiz Alves da Silva
Motorista	Eliane Artigas de Moura
Servidora Geral	Faustina França de Jesus Lima

Fonte: PMI, 2024.

Identificou-se, segunda a única unidade do CREAS, os maiores casos contra mulheres vítimas de violência, abuso sexual infantil, idoso em situação de abandono e direitos violados, pessoa em situação de rua, uso abusivo de álcool e drogas.



A fim de modernizar e agilizar os atendimentos do CRAS, CREAS, Conselho Tutelar, Secretaria Executiva dos Conselhos, Abrigo Institucional e o Programa de Acolhimento Familiar em Família Acolhedora, a Prefeitura Municipal implantou dentro o Sistema IDS Social. Esse sistema tem a função de gerenciar todos os órgãos relacionados a vulnerabilidade social (ITAPERUÇU, 2024b).

4.3.4 Proteção Social Básica

Os serviços de proteção social básica têm como objetivo apoiar as famílias e os munícipes na ampliação de sua proteção social, acessando a seus direitos e contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida. Os serviços atendem o conjunto da população em situação de vulnerabilidade, incluindo pessoas inseridas no Cadastro Único, beneficiários do Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Diante dos dados obtidos pela Secretaria Municipal de Itaperuçu (Tabela 25), são 15 gestantes acompanhadas pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e 22 crianças recebem o Benefício de Prestação continuada, sendo 02 (duas) na zona rural.

Tabela 25: Número de benefícios e beneficiários em relação à proteção social básica - 2024

BENEFÍCIO	BENEFICIÁRIOS
Número de grupos de gestantes acompanhados pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	15
Número de crianças até 6 anos acompanhadas pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos	não temos essa informação.
Número de crianças de até 6 anos recebendo Benefício de Prestação continuada	22
Número de famílias inseridas no Programa Bolsa Família com crianças até 6 anos por local de moradia rural/urbana	Cadúnico relatou não ter como mensurar essa informação.
Número de benefícios eventuais (auxílio natalidade) concedidos	O auxílio natalidade não está previsto na Lei Municipal.

Fonte: PMI, 2024.

4.3.5 Proteção Social Especial

Os casos que necessitam dos serviços de proteção social especial são focados para famílias e pessoas que tiveram seus direitos violados, portanto além de acompanhamento a esses indivíduos, também são oferecidas orientação jurídica, apoio à família, apoio no acesso à documentação pessoal e estímulo à mobilização comunitária. Quando necessário, pode ser acionado o Poder Judiciário, o Ministério Público e outros órgãos correlacionados, pois esse serviço tem estreita ligação com o Sistema de Garantia dos Direitos (BRASIL, 2024d).

A Tabela 26 mostra que houve redução de casos contra gestantes e violência contra a Primeira Infância de 2023 para 2024 no município de Itaperuçu.

Tabela 26: Quantitativo à proteção social especial

AÇÕES	2023	2024
Número de gestantes Acompanhadas pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI	3	1
Número de ações de prevenção contra todos os	4 Ações	1 Ação



AÇÕES	2023	2024
-------	------	------

tipos de violência⁴ relacionadas à primeira infância realizadas

Fonte: PMI, 2024.

4.3.6 Centro de Convivência

O município não disponibiliza desse serviço.

4.3.7 Casa Lar ou Similar

O município de Itaperuçu dispõe de um estabelecimento de acolhimento destinada a acolher crianças e adolescentes de ambos os sexos, de 0 (zero) a 18 (dezoito) anos de idade incompletos, que se encontram em situação de risco pessoal e /ou social.

A casa lar é o **Acolhimento Institucional São Domingos de Sávio** é uma instituição governamental de caráter excepcional e provisório. Trata-se de uma instituição transitória, não substituindo as funções familiares. O objetivo geral é proporcionar atendimento e moradia temporária a crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, garantindo sua integridade física, psicológica e moral, de forma que venha suprir suas necessidades básicas de formação sócios educacionais e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, até que os mesmos possam ser reinseridos na família natural, extensa ou em última instância em família substituta.

De acordo com a Secretaria Municipal de Assistência Social totalizam-se 09 (nove) casos, onde se encontra principalmente o abandono pelos pais ou responsáveis, diante de conflito no ambiente familiar, abuso sexual/suspeita de abuso sexual, negligência.

A Tabela 27 identifica o número de crianças da Primeira Infância que estão acolhidas na casa lar do município.

Tabela 27: Quantitativo de crianças usuárias do Acolhimento Institucional São Domingos de Sávio

NÚMERO DE CRIANÇAS	2023	2024
Número de crianças de até 6 anos inseridas em Serviço de Acolhimento Institucional	3	2
Número de crianças até 6 anos inseridas em famílias acolhedoras	0	0
Número de crianças até 6 anos inseridas no cadastro nacional de adoção	Não divulgado	Não divulgado

Fonte: PMI, 2024.

A equipe de referência do Acolhimento Institucional São Domingos de Sávio é composta de 01 (uma) coordenadora, 01 (uma) psicóloga, 08 (oito) educadores sociais, 01 (uma) motorista, 03 (três) servidoras gerais e 02 (dois) guardiões, conforme mostra o Quadro 8.

⁴ Nota explicativa: Em relação aos tipos de violação: violência física, violência psicológica e violência sexual deve-se considerar no preenchimento que quando a violação for praticada por um agente fora do âmbito familiar, considera-se violação do direito à Liberdade, Respeito e Dignidade, ao passo em que se o agente violador é um membro familiar, considera-se violação do direito à convivência familiar e comunitária. (PMI, 2024).



Quadro 8: Composição da equipe do Acolhimento Institucional São Domingos de Sávio em 2024

CARGO	NOME
Coordenação	Janine Isabelle de Assumpção
Psicóloga	Solange Loureiro
Educadora Social	Santina Machado de Araújo Camargo
	Diomara de Rocio de Lara Almeida
	André Paiva Santos
	Juliana Maiara de Souza
	Andressa Keler de Lima
	Ana Paula Faria da Silva
	Adélia Rutz de Faria
	Thiago Elias Gomes da Silva
	Beatriz do Rocio Silva
Motorista	Vanilza Aparecida Miranda
Servidoras Gerais	Daiane Queron Santos Loer
	Sônia Mara de Cristo
	Antônio Portes de Barros
Guardiões	Sebastião de Cristo

Fonte: PMI, 2024.

4.3.8 Violações

De acordo com orientações da Lei nº 13.010, de 26 de junho de 2014 (BRASIL, 2014), que altera a Lei nº 8069/1990 (BRASIL, 1990) que estabelece o direito da criança e do adolescente, enfatiza a educação e cuidados sem o uso de castigos físicos, além de outras menções como a necessidade da formação sobre maternidade e paternidade responsáveis, aleitamento materno, alimentação complementar saudável, crescimento e desenvolvimento infantil integral, prevenção de acidentes e educação sem uso de castigos físicos, com o intuito de favorecer a formação e a consolidação de vínculos afetivos e estimular o desenvolvimento integral na primeira infância.

Segundo a Secretaria Municipal de Assistência Social, houve registros de violação à proteção com relação à vida e saúde, liberdade, respeito e dignidade da criança conforme a Tabela 28 identifica o quantitativo de cada caso, tanto na área urbana quanto na rural.

Tabela 28: Registro do quantitativo de crianças violadas em 2024

VIOLAÇÃO	URBANA		RURAL		TOTAL
	MASCULINO	FEMININO	MASCULINO	FEMININO	
Prejuízos por ação ou omissão de agentes externos	5	3	3	4	15
Violência Física	2	1	0	0	3
Violência Psicológica	1	2	0	0	3
Violência Sexual	1	1	0	0	2

Fonte: PMI, 2024.

No que se trata da convivência familiar e comunitária, tiveram casos de abandono, negligência e inadequação do convívio familiar, identificados somente na área urbana pela Secretaria Municipal de Assistência Social (Tabela 29).

Tabela 29: Registros de violação à convivência familiar e comunitária

VIOLAÇÃO	URBANA		RURAL		TOTAL
	MASCULINO	FEMININO	MASCULINO	FEMININO	
Abandono (ausência de	1	2	0	0	3



VIOLAÇÃO	URBANA		RURAL		TOTAL
convívio familiar)					
Negligência	1	1	0	0	2
Inadequação do convívio familiar	3	3	0	0	6

Fonte: PMI, 2024.

4.3.9 Conselhos existentes

De acordo com a Secretaria Municipal de Assistência Social os conselhos de políticas setoriais voltados para a garantia dos direitos relacionados à criança são: Conselho de Assistência Social, Conselho Municipal de Educação, Conselho de Alimentação Escolar, Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas Deficientes; Conselho Municipal Defesa dos Direitos da Mulher e Diversidade Humana.

Os Conselhos que têm relação com o tema da Primeira Infância existentes no município são: Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA), Segurança Alimentar, Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência (CMDPD) e o Conselho Tutelar.

Existe no município a Associação de Proteção à Maternidade e Infância (APMI) e Monte Horebe que são instituições que apoiam a Primeira Infância. A APMI é uma Organização da Sociedade Civil que mantém a Escola Lição de Vida e o CER II em Itaperuçu. Já a Monte Horebe é uma associação sem fins lucrativos e de base cristã que atua na área de desenvolvimento comunitário.

O Mapa 8 localiza os equipamentos relacionados à assistência social como o CRAS, CREAS, conselhos relacionados à Primeira Infância, incluindo o conselho tutelar, a Associação de Proteção a Maternidade e a Infância (APMI) e o Abrigo Institucional e Acolhimento em Família Acolhedora.

664500.000

666500.000

668500.000

7210500.000

7208500.000



LOCALIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS RELACIONADOS À ASSISTÊNCIA SOCIAL

LEGENDA

- 1 Centro de Referência de Assistência Social - CRAS
- 2 Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS
- 3 Associação de Proteção a Maternidade e a Infância (APMI)
- 4 Conselho Tutelar
- 5 Conselhos (Prefeitura)
- 6 Abrigo Institucional e Acolhimento em Família Acolhedora

Convenções Cartográficas

- Limites Municipais
- Municípios vizinhos
- Perímetro urbano
- Bairros
- Lotes cadastrais
- Quadras
- Ferrovia
- Malha viária
- Rodovia estadual
- Hidrografia

Fonte de Dados

Equipamentos relacionados à assistência social:
Prefeitura Municipal de Itaperuçu, 2024.
Limites municipais: IBGE, 2022.
Perímetro urbano: Itaperuçu, 2018.
Bairros, lotes cadastrais, quadras e malha viária:
Prefeitura Municipal de Itaperuçu, 2024.
Rodovia estadual: DER/PR, 2019.
Linha férrea: Ministério dos Transportes, 2024.
Hidrografia: IAT, 2020.

Sistema de Projeção: Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM) - Fuso 22S - Meridiano Central 51°W Referencial Planimétrico SIRGAS 2000

Data: Agosto / 2024

Escala: 1 : 15.500

Escala Gráfica:

500

1,000 m



2024
A3

PLANO MUNICIPAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA DE ITAPERUÇU-PR



4.4 Outros indicadores

4.4.1 Infraestrutura

O município de Itaperuçu conta com o Plano Municipal de Saneamento, cujos dados verifica-se que 90,1% da população é atendida com abastecimento de água. Em um montante de 31.217 pessoas (IBGE, 2022), 2.921 habitantes não têm acesso à água; 35,84% da população é atendida com esgotamento sanitário, sendo que 18.923 habitantes não são atendidos com o mesmo serviço pela SANEPAR.

Os resíduos sólidos são coletados pela Prefeitura Municipal de Itaperuçu, onde 94,94% da população tem suas coletas de resíduos domiciliares. Com relação a drenagem de águas pluviais realizado pela Secretaria de Obras, Viação e Urbanismo, 71,1% é servido com tal serviço. Ressalta-se que foram identificados dois pontos de alagamento na Rua Itaoca no bairro Centro e a área do Bairro dos Cândidos, sem infraestrutura favorecendo alagamentos e uma área de deslizamentos no bairro Jardim Itaú, onde se encontra em desnível os quais requerem cuidados especiais para coibir o uso e ocupação do solo.

4.4.2 Habitação

Entre 2010 e 2022, o número total de domicílios em Itaperuçu passou de 7.280 para 11.861, um crescimento de 63%. Esse aumento foi mais intenso na área rural, que praticamente dobrou de 1.261 para 2.486 domicílios (97,1%), enquanto a área urbana cresceu 55,8%, passando de 6.019 para 9.375.

Por outro lado, chama atenção o crescimento expressivo dos domicílios não ocupados, que mais que triplicaram no período, passando de 397 para 1.342 unidades (238%), com destaque para a área rural, onde o número saltou de 136 para 672 (394%). Esse aumento pode estar associado à produção recente de moradias, imóveis destinados a uso eventual ou processos de valorização imobiliária. A presença de domicílios coletivos deixou de ser registrada. Esses dados indicam que o município vem passando por um processo de expansão habitacional acelerada, o que implica maior pressão sobre serviços e políticas públicas. Os dados podem ser observados na Tabela 30.

Tabela 30: Total de domicílios em Itaperuçu

DOMICÍLIO	URBANA (2010)	RURAL (2010)	TOTAL (2010)	URBANA (2022)	RURAL (2022)	TOTAL (2022)
PARTICULAR						
Ocupado	5.757	1.261	7.018	8.705	1.814	10.519
Não ocupado	261	136	397	670	672	1.342
COLETIVO	1	0	1	0	0	0
TOTAL	6.019	1.261	7.280	9.375	2.486	11.861

Fonte: IBGE, 2010, 2022.

A situação habitacional de Itaperuçu revela múltiplas vulnerabilidades que afetam diretamente as crianças. Os dados mais recentes, provenientes do Censo Demográfico do IBGE de 2022, são organizados nas faixas etárias de 0 a 4 anos e de 5 a 9 anos; por isso, nesta análise, foi adotado o recorte de crianças de **0 a 9 anos**, abrangendo a totalidade dessa população infantil.



Embora a maioria das crianças viva em domicílios com coleta regular de lixo (92%), ainda há 8% que não contam com esse serviço essencial. Em números absolutos, 382 crianças vivem em residências onde o lixo é queimado na própria propriedade, uma prática inadequada que gera poluição ambiental e riscos à saúde, especialmente respiratória.

As condições de saneamento também são precárias. Cerca de 7 crianças vivem em casas sem banheiro ou sanitário, e 74 crianças utilizam banheiros de uso comum entre mais de um domicílio, o que compromete a higiene e aumenta a exposição a doenças. No abastecimento de água, 15% das crianças estão em residências não conectadas à rede geral, dependendo de fontes alternativas frequentemente inseguras. A situação do esgotamento sanitário é igualmente preocupante: apenas 55% das crianças vivem em casas conectadas à rede de esgoto, enquanto os 45% restantes utilizam soluções individuais, muitas vezes inadequadas. Dentre essas, 15% recorrem a fossas rudimentares ou buracos, ampliando o risco de contaminação do solo, das águas e de transmissão de doenças infecciosas.

O quadro se agrava ao considerar a realidade das ocupações precárias. De acordo com a COHAPAR (2019), Itaperuçu possui nove favelas⁵, somando 802 domicílios. É importante destacar que uma mesma favela pode apresentar simultaneamente diversas situações de risco, por isso os dados a seguir, embora listados separadamente, podem incidir sobre as mesmas localidades. Assim, as condições adversas não se somam necessariamente a nove favelas distintas, mas expressam a multiplicidade de riscos sobrepostas nas mesmas áreas.

Dessas nove favelas, três, totalizando 272 domicílios, estão localizadas sobre ou margeando leitos de cursos d'água, o que eleva o risco de inundações e contaminação hídrica. Outras três favelas, com 210 domicílios, situam-se sobre ou próximas a faixas de domínio de sistemas ferroviário ou rodoviário, sujeitas a riscos de acidentes, poluição sonora e atmosférica. Além disso, duas favelas, abrigando 250 domicílios, estão situadas em áreas de cavas, pântanos ou sistemas de lagos, ambientes insalubres e instáveis. Cinco favelas, com 342 domicílios, encontram-se sobre encostas íngremes, configurando um risco acentuado de escorregamentos e deslizamentos.

Em relação aos desastres naturais, duas favelas estão sob áreas com alto risco de inundação, e quatro sob áreas classificadas com alto risco de deslizamento, o que reforça a urgência de intervenções preventivas e ações de mitigação. Além desses riscos geotécnicos e ambientais, sete das nove favelas apresentam condições que tornam seus moradores suscetíveis a doenças respiratórias, situação agravada pela proximidade com as atividades extrativas e industriais de pedreiras e fábricas de cimento e calcário, que impactam negativamente a qualidade do ar, especialmente prejudicando a saúde infantil.

Por fim, seis favelas registram alto índice de exposição a animais selvagens ou peçonhentos, o que representa risco adicional à segurança e ao bem-estar das

⁵ Área entendida como um conjunto de no mínimo 10 domicílios (casas, barracos, etc.) em que a edificação antecede a definição dos lotes, ocupando terreno de propriedade alheia (pública ou particular), dispostas, em geral, de forma desordenada e densa. Em sua maioria são carentes de serviços públicos essenciais e apresenta sistema viário exíguo e com traçado irregular, lotes indefinidos ou irregulares, configurados pelo desordenamento de edificações autoconstruídas (COHAPAR, 2019).



crianças. A precariedade se aprofunda quando se observa o acesso a equipamentos públicos: apenas três das nove favelas possuem centro de educação infantil ou escola a uma distância de até 1.000 metros, limitando severamente o acesso das crianças a direitos básicos como a educação e a socialização, além de contribuir para a reprodução do ciclo da vulnerabilidade.

Na área urbana, em região central, próximo do bairro Butierinho, apresenta moradias em boas condições de habitabilidade, em contrapartida, nas porções periféricas como o Bairro Jardim Itaú e Bairro Vila Pinheiro existem habitações em condições irregulares e falta de saneamento. Em território rural, as casas são distribuídas ao longo das estradas rurais, identificando uma concentração maior de residências nas localidades do Açungui do Meio e Esperança (ECOTÉCNICA, 2014).

O panorama da situação habitacional em Itaperuçu evidencia a sobreposição de riscos e vulnerabilidades que incidem sobre as famílias residentes em áreas com falta de infraestrutura e alta vulnerabilidade social, especialmente sobre as crianças, exigindo políticas públicas urgentes e integradas que combinem ações de regularização fundiária, qualificação da infraestrutura urbana, prevenção de riscos, proteção ambiental e garantia de direitos sociais básicos, com foco especial na Primeira Infância.

4.4.3 Equipamentos de Lazer

O município tem investido na área esportiva, participando de projetos de base para as crianças, sediando eventos esportivos do Estado e incentivando participação das crianças e adolescentes em competições como Taça das Favelas Paraná, além de entregar materiais esportivos nas escolas em parceria com o Paraná Esportes.

Além do Ginásio de Esportes, Estádio Municipal Gardel Fontoura da Costa na área urbana, foi inaugurado em 2024, uma quadra poliesportiva Henrique Roque de França, na área rural na localidade do Barro Branco. O Mapa 9 identifica as quadras de esportes, as praças onde existem parques infantis no município de Itaperuçu.

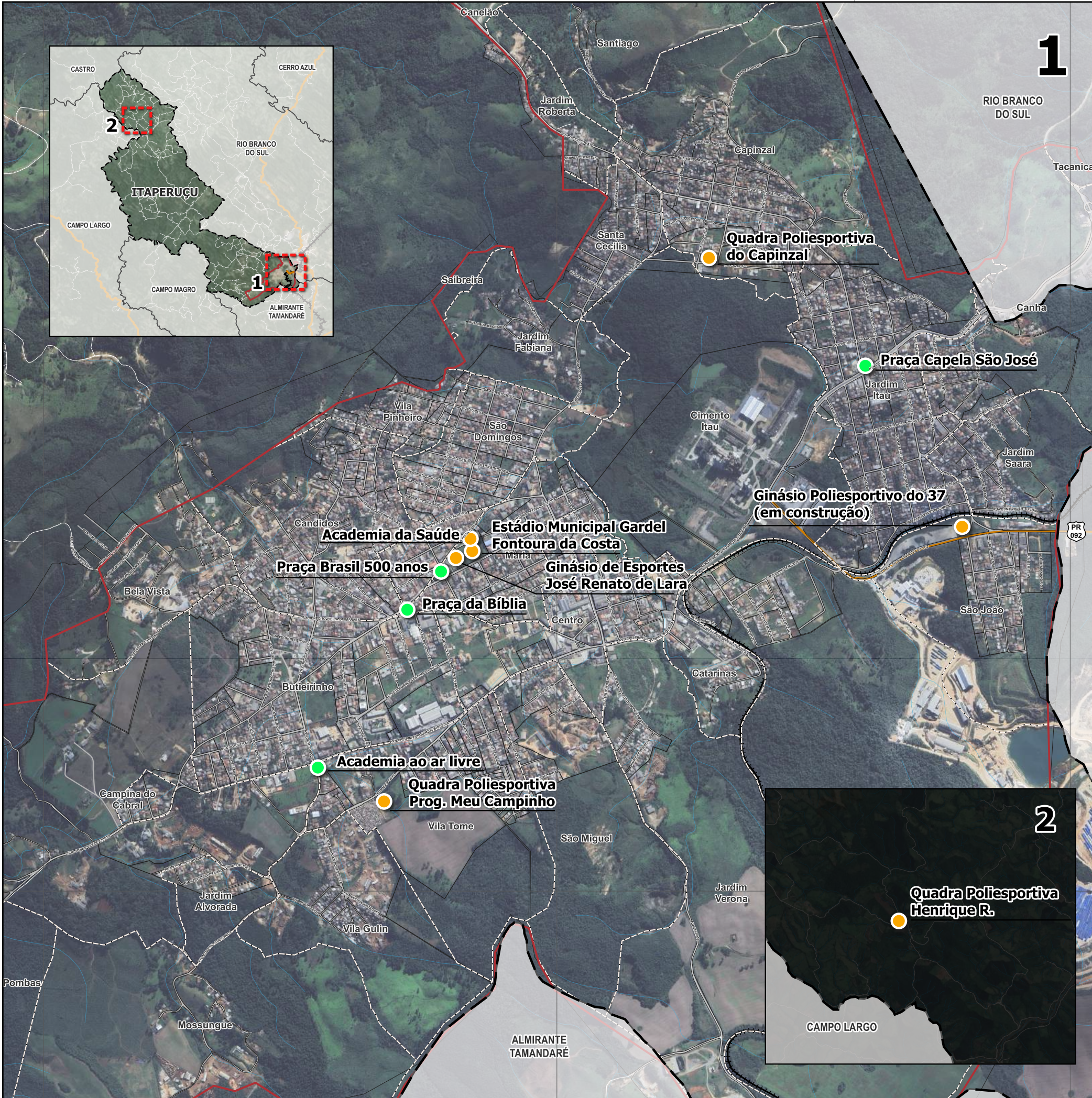
664500.000

666500.000

668500.000

7210500.000

7208500.000



LOCALIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE ESPORTE E LAZER

LEGENDA

- Equipamento de Esportes/Lazer
- Praças

Convenções Cartográficas

- Limite Municipal
- Municípios vizinhos
- Perímetro urbano
- Bairros
- Lotes cadastrais
- Quadras
- Ferrovia
- Malha viária
- Rodovia estadual
- Hidrografia

Fonte de Dados

Equipamentos de esportes e lazer: Prefeitura Municipal de Itaperuçu, 2024.
Limites municipais: IBGE, 2022.
Perímetro urbano: Itaperuçu, 2018.
Bairros, lotes cadastrais, quadras e malha viária: Prefeitura Municipal de Itaperuçu, 2024.
Rodovia estadual: DER/PR, 2019.
Linha férrea: Ministério dos Transportes, 2024.
Hidrografia: IAT, 2020.

Sistema de Projeção:

Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM) - Fuso 22S - Meridiano Central 51°W Referencial Planimétrico SIRGAS 2000

Data: Agosto / 2024

Escala: 1 : 15.500

Escala Gráfica:

500

1,000 m



2024
A3

PLANO MUNICIPAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA DE ITAPERUÇU-PR



5 IMPACTO DA PANDEMIA NAS CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS

O estresse naturalmente é visto como presença de risco que pode impactar negativamente o desenvolvimento da criança causado por situações de pobreza, insegurança alimentar, violência, falta de acesso a serviços de saúde e educação e problemas de saúde física e mental no ambiente familiar. Segundo a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV, 2022), em pesquisa realizada visando verificar as desigualdades e impactos da COVID-19 na atenção à primeira infância afirma que amplificou esses fatores de risco com impactos imediatos na primeira infância e que podem gerar consequências nos médio e longo prazos. É evidente que o contexto social e econômico foi transformado com a presença desse vírus, restringindo o convívio entre pessoas, e para as crianças da primeira infância agora, mais de um terço da sua existência se passou sob a influência e as restrições do período pandêmico, incluindo cerca de dois anos sem poder frequentar uma creche ou pré-escola.

De acordo com a mesma pesquisa é interessante notar que:

a pandemia afetou desproporcionalmente as crianças de alguns grupos, sendo as mais prejudicadas aquelas que vivem em situações de vulnerabilidade, como baixo nível socioeconômico, as que foram historicamente submetidas a desigualdades estruturais baseadas em cor/raça e as de países de baixa e média renda como o Brasil...No quesito de vacinação, especialmente vacina Covid temos preocupação com o público de crianças e gestantes, temos a vacina, fazemos a oferta e ultimamente observamos a negação por parte do público. (FMCSV, 2022)

Diante da pandemia, o município de Itaperuçu teve sobrecarga, principalmente na área da saúde, por conta de afastamento de funcionários nas equipes de saúde, por outro lado, teve redução nos atendimentos ora por falta de efetivo e por consequência menos horários de agendamento, ora pelo absenteísmo da população pelo receio de contaminação ao COVID.

Em relação à educação, foram realizadas aulas online e entregas de atividades quinzenais, na volta às aulas, houve uma queda no retorno dos alunos de 0 a 3 anos, visto que o início se deu no segundo semestre, ao contrário da pré-escola que houve poucos que não retomaram às escolas.

6 OS ODS E AS AÇÕES DA REDE DA PRIMEIRA INFÂNCIA

A Organização das Nações Unidas (ONU), dentre muitos outros atos, estabeleceu em 2015 os “17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS” para seguir uma agenda até 2030, tendo como base os avanços e aprendizados com os “8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio”, entre 2000 e 2015.

De acordo com Cordelini et al (2020), todos os objetivos estão correlacionados com a Primeira Infância, entretanto, alguns estão mais direto e urgentemente associados como: 1 e 2 (erradicação da pobreza e da fome); 3 e 4 (saúde e educação de qualidade); 6 (água potável e saneamento); 10 (redução das desigualdades); 11 (cidades e comunidades sustentáveis) e 17 (parcerias para a implementação dos objetivos). Já para a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (2022), o que difere na prioridade é: ao invés do item 6, o item 5 de igualdade de gênero, e inclui o item 8 de



trabalho decente e crescimento econômico ao invés de parcerias para a implementação dos objetivos.

O município de Itaperuçu através do Centro de Treinamento Monte Horebe, recebeu da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP, 2015) o Selo ODM, que certifica organizações e empresas que trabalharam em prol do atingimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), rumo ao atingimento dos novos objetivos lançados, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Diante dos dados do índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC, 2023), a Figura 7 apresenta os resultados obtidos para Itaperuçu, visto sua pontuação geral de 43,81 de 100, se comparado com a média geral dos municípios de 46,8, encontra-se em boa colocação, todavia, se for comparar com São Caetano do Sul, no ABC paulista, que atingiu a maior pontuação do índice de 63,4 pontos, o município de Itaperuçu tem potencial de evolução.

Em se tratando dos ODS voltados para a Primeira Infância, pode-se observar que as questões de assistência social, saúde, infraestrutura urbana e desigualdade social estão equilibradas, ou seja, mais próximas a conquistar o objetivo. Em compensação, a erradicação à fome, educação, igualdade de gênero, cidades e comunidades sustentáveis e parcerias para implementação dos ODS necessitam de uma atenção.

Figura 7: Avaliação do Índice Geral dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de Itaperuçu



Fonte: IDSC, 2023

METAS E OBJETIVOS





7 METAS E OBJETIVOS

A Etapa – Metas e Objetivos foi construída com base em uma escuta ativa e qualificada da comunidade, envolvendo diferentes entes públicos e metodologias participativas. Foram aplicados questionários às professoras da educação infantil, que trouxeram importantes percepções sobre a infraestrutura escolar, os desafios pedagógicos e o atendimento às crianças. Também foram realizadas oficinas com pais, mães e responsáveis, nas quais foram discutidos temas como acesso a serviços, convivência familiar e comunitária, e expectativas em relação ao cuidado com a infância. As próprias crianças de 0 a 6 anos também participaram por meio de atividades lúdicas planejadas especialmente para garantir a expressão de suas vivências e desejos. Esse processo assegurou que as propostas contidas no plano refletissem tanto os dados objetivos do diagnóstico quanto as experiências subjetivas de quem vive o cotidiano da primeira infância em Itaperuçu.

O capítulo organiza suas proposições em sete eixos temáticos: (1) Meio Ambiente; (2) Saúde; (3) Educação Infantil; (4) Assistência social; (5) Cultura, esporte e lazer; (6) Habitação, e (7) Institucional. Cada eixo apresenta diretrizes específicas, que se desdobram em ações concretas, metas, prazos estimados (curto, médio e longo prazo), indicadores de acompanhamento e relação com os ODS. As ações específicas constam no Capítulo 8 – Plano de Ação.

A fim de tornar o planejamento mais efetivo e direcionado, o plano também apresenta um conjunto de programas e projetos que funcionam como dispositivos de organização da ação pública. Esses programas não apenas sintetizam os principais desafios identificados no diagnóstico e nas escutas realizadas, mas também traduzem os compromissos do município em propostas integradas. Cada programa reúne projetos que indicam caminhos concretos para a implementação das diretrizes do plano, possibilitando uma atuação intersetorial mais coordenada e centrada nas necessidades reais das crianças e de suas famílias. Importa destacar que esses programas e projetos têm caráter propositivo: são sugestões orientadoras que podem — e devem — ser adaptadas conforme as condições institucionais, operacionais e orçamentárias do município ao longo do tempo.



7.1 RESULTADOS DAS ATIVIDADES PARTICIPATIVAS

7.1.1 Questionário com as professoras

Como parte do processo participativo de construção do Plano Municipal pela Primeira Infância de Itaperuçu, foi aplicado um questionário às professoras da rede pública municipal de educação infantil, com o objetivo de compreender de forma mais aprofundada as condições estruturais das escolas, o perfil dos alunos atendidos e as experiências cotidianas vivenciadas pelas educadoras.

O questionário foi elaborado e distribuído por meio da plataforma *Google Forms*, sendo encaminhado às professoras atuantes nas unidades de educação infantil do município. As perguntas foram organizadas em três blocos temáticos principais. O primeiro bloco, “Infraestrutura da sua escola”, buscou levantar informações sobre as condições físicas e materiais das unidades escolares, incluindo espaços para brincar, mobiliário, segurança e acessibilidade. O segundo bloco, “Sobre os alunos”, teve como foco identificar o perfil das crianças atendidas, incluindo aspectos como faixa etária, presença de deficiências ou condições específicas, além de questões relacionadas ao bem-estar e à convivência. Já o terceiro bloco, “Vivência dos professores”, abordou a rotina de trabalho das educadoras, os desafios enfrentados, o apoio institucional recebido e o envolvimento com as famílias.

A escuta das professoras se mostra especialmente relevante neste contexto, ainda que represente um único segmento da política pública. A educação infantil é, para muitas crianças, o primeiro espaço coletivo de convívio fora do ambiente familiar e aquele em que permanecem por mais tempo ao longo do dia. A escola é, portanto, um ambiente fundamental para o desenvolvimento integral, não apenas cognitivo, mas também afetivo, social e motor. As professoras, por sua vez, estão em contato direto com as crianças diariamente, acompanhando suas rotinas, necessidades e processos de aprendizagem, o que as torna observadoras qualificadas e sensíveis às condições que favorecem ou limitam esse desenvolvimento.

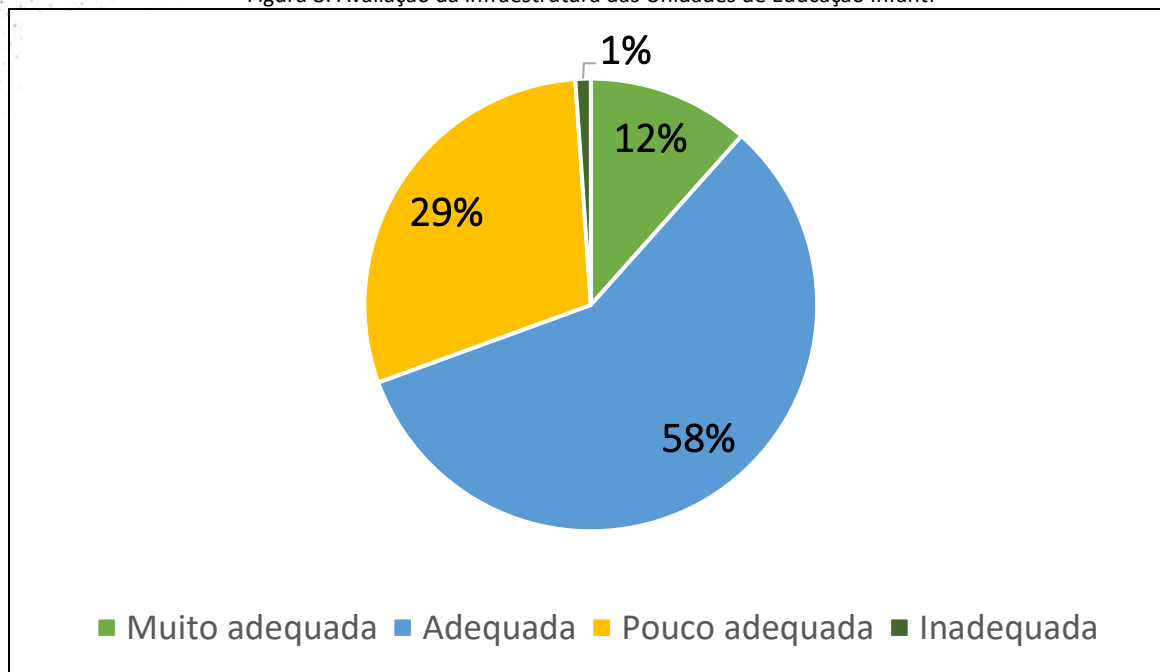
Assim, compreender a percepção das educadoras sobre a realidade vivida nas escolas permite ao plano captar demandas concretas e estruturais, mas também aspectos subjetivos e relacionais que muitas vezes não são visíveis em diagnósticos quantitativos. Essa análise contribui para orientar políticas mais aderentes à realidade do município, garantindo que as ações propostas estejam alinhadas às necessidades reais no âmbito escolar.



Infraestrutura da sua escola

No que se refere à infraestrutura escolar, foram aplicadas cinco perguntas, as quais, serão apresentadas na sequência, com seus respectivos resultados e análises. A Figura 8, apresenta o resultado da seguinte questão: “Como você avalia a infraestrutura da escola para atender crianças de 0 a 6 anos?”.

Figura 8: Avaliação da infraestrutura das Unidades de Educação Infantil



Fonte: Ecotécnica, 2025.

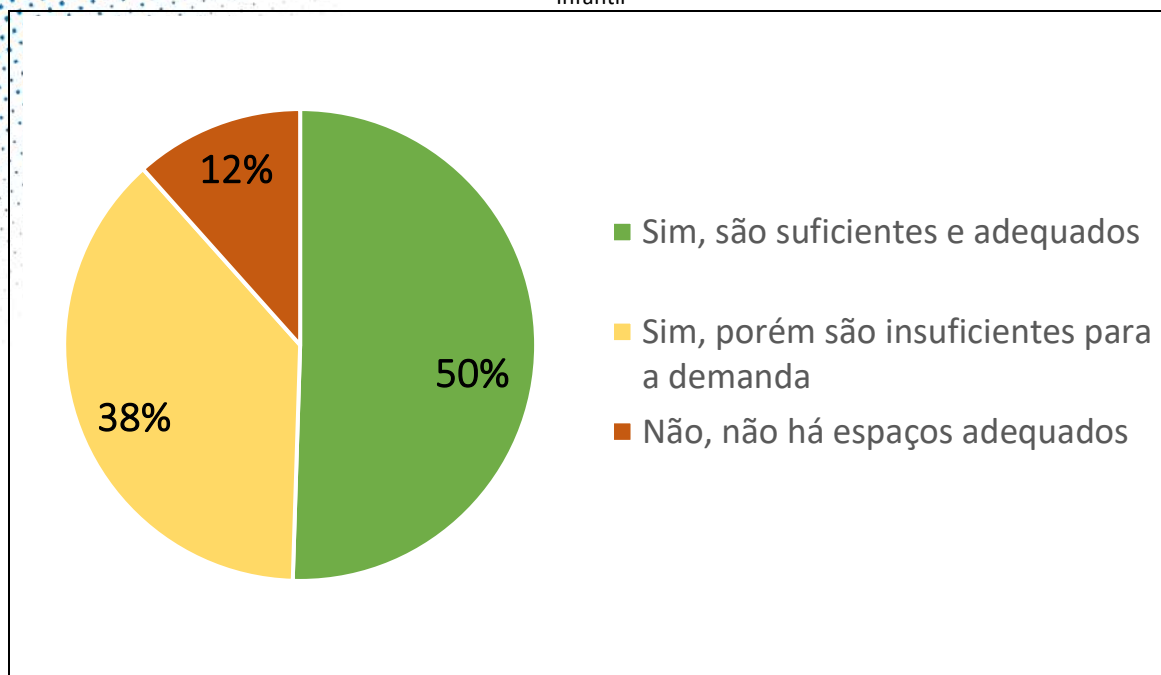
A principal queixa refere-se à presença de goteiras nas salas de aula, o que obriga a constante reorganização do espaço interno em dias de chuva e compromete o conforto e a segurança das crianças. Outro ponto crítico é a ausência de áreas cobertas para recreação, impedindo o uso dos espaços externos tanto em dias chuvosos quanto em dias de sol intenso.

As professoras também destacam a falta de ventilação e ausência de ventiladores nas salas, resultando em ambientes abafados e desconfortáveis. Problemas com banheiros insuficientes, distantes ou frequentemente inoperantes foram recorrentes, assim como a falta de mobiliário adequado à faixa etária, como carteiras e mesas incompatíveis com o tamanho das crianças.

Foi apontada ainda a escassez de espaços lúdicos e pedagógicos, como brinquedotecas, bibliotecas e áreas verdes, muitas vezes inexistentes ou ocupadas por outros setores. Em algumas unidades, a infraestrutura é compartilhada com o ensino fundamental, reduzindo o espaço dedicado à educação infantil. Também foram mencionados problemas com salas pequenas para a demanda atual, falta de equipamentos de segurança (como proteção em escadas e brinquedos inadequados), e necessidade urgente de manutenção predial geral.

A Figura 9, apresenta o resultado da seguinte questão: “A escola possui espaços adequados para brincadeiras e atividades lúdicas?”.

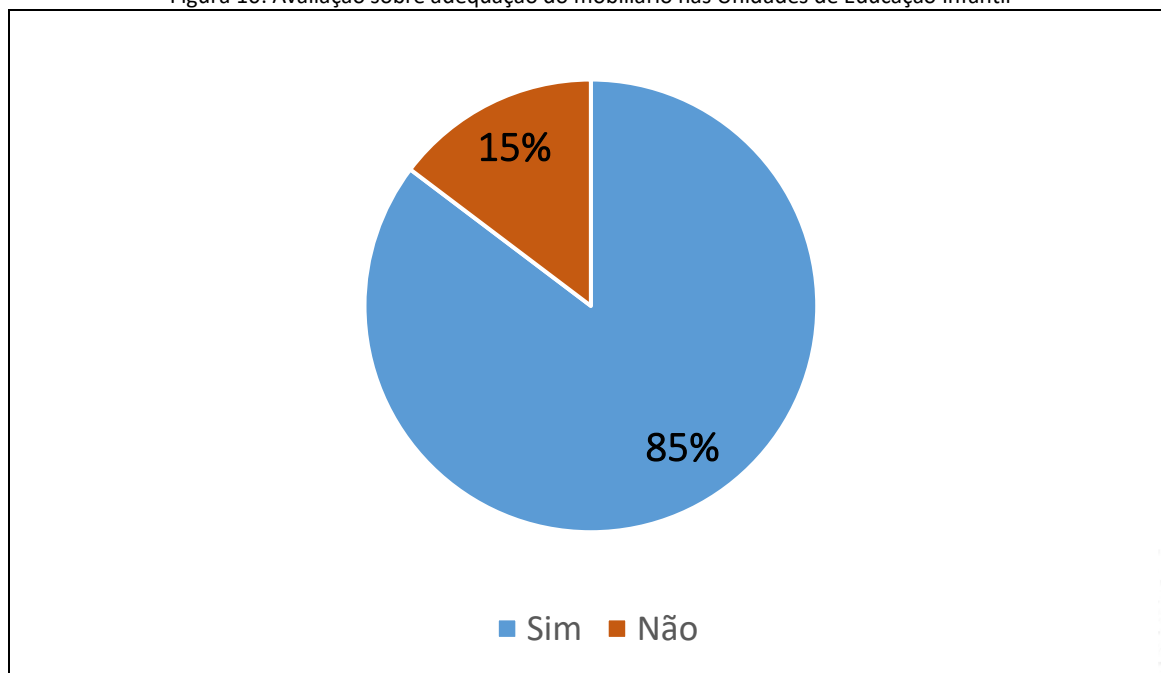
Figura 9: Avaliação sobre a adequação dos espaços para brincadeiras e atividades lúdicas nas Unidades de Educação Infantil



Fonte: Ecotécnica, 2025.

A Figura 10, apresenta o resultado da seguinte questão: “Há mobiliário adequado para a faixa etária atendida?”.

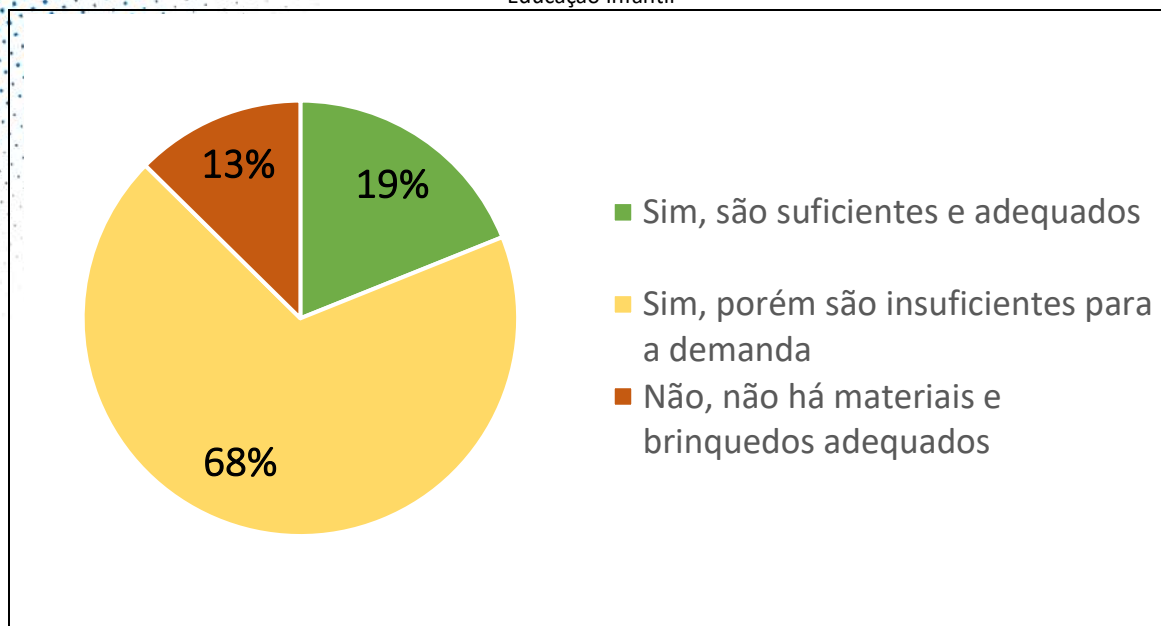
Figura 10: Avaliação sobre adequação do mobiliário nas Unidades de Educação Infantil



Fonte: Ecotécnica, 2025.

A Figura 11, apresenta o resultado da seguinte questão: “A escola possui materiais e brinquedos pedagógicos suficientes e adequados para a primeira infância?”.

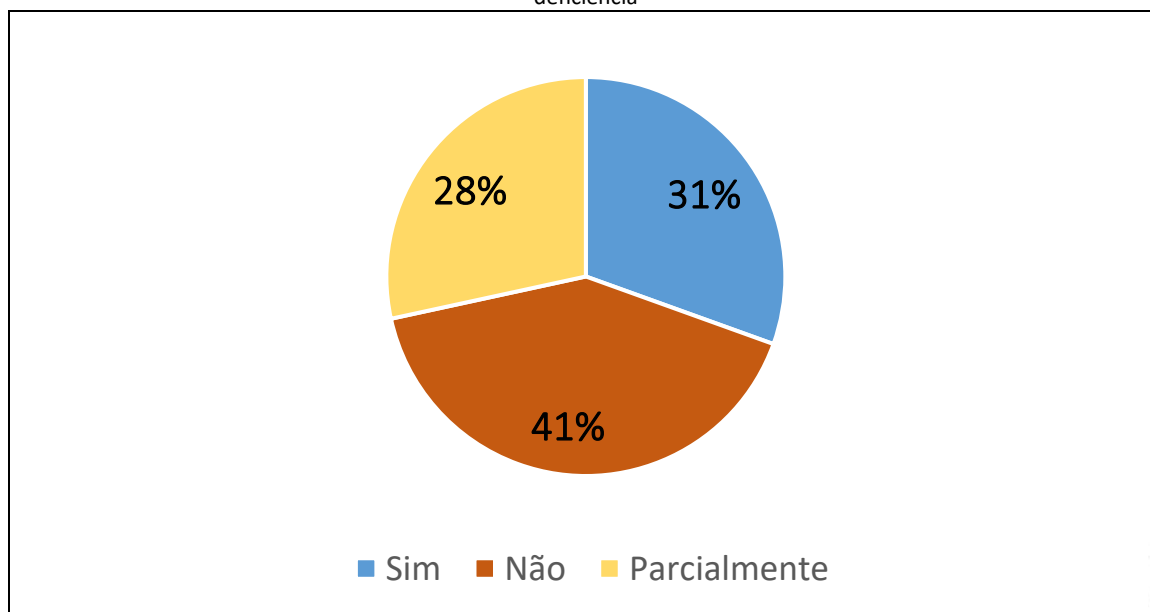
Figura 11: Avaliação sobre a suficiência e adequação de materiais e brinquedos pedagógicos nas Unidades de Educação Infantil



Fonte: Ecotécnica, 2025.

Por fim, a Figura 12, apresenta o resultado da seguinte questão: “A unidade escolar possui estrutura acessível para crianças com deficiência (rampas, banheiros adaptados, mobiliário acessível, etc.)?”.

Figura 12: Avaliação sobre a acessibilidade da infraestrutura nas Unidades de Educação Infantil para crianças com deficiência



Fonte: Ecotécnica, 2025.

Com base nos gráficos apresentados, é possível traçar um panorama geral que revela fragilidades importantes na infraestrutura das escolas municipais de educação



infantil em Itaperuçu, especialmente no que diz respeito à adequação dos espaços ao desenvolvimento pleno da primeira infância.

Embora 50% das professoras afirmem que há espaços adequados para brincadeiras e atividades lúdicas, uma parcela expressiva de 38% indica que esses espaços são insuficientes para atender à demanda, enquanto 12% relatam a completa ausência desses espaços. Isso aponta para um desafio na garantia de ambientes adequados ao brincar, fundamental para o desenvolvimento infantil.

Em relação ao mobiliário, 85% das respondentes consideram que ele é adequado à faixa etária atendida, o que é um dado positivo. No entanto, 15% ainda percebem inadequação, o que pode comprometer o conforto e a segurança das crianças em parte das unidades escolares.

Já sobre a disponibilidade de materiais e brinquedos pedagógicos adequados, o cenário é significativamente mais preocupante: 68% das professoras consideram que, embora existam, são insuficientes, e 13% relatam que não há materiais ou brinquedos adequados nas escolas. Apenas 19% avaliam que esses recursos são suficientes e apropriados.

No que diz respeito à acessibilidade, a maioria das professoras indica a existência de barreiras: 41% afirmam que as unidades escolares não possuem estrutura acessível para crianças com deficiência, enquanto 28% indicam que existe apenas acessibilidade parcial. Apenas 31% afirmam que suas escolas contam com rampas, banheiros adaptados e mobiliário acessível adequados.

Esses dados revelam a necessidade urgente de investimentos na infraestrutura física e pedagógica das unidades escolares, com especial atenção à ampliação dos espaços lúdicos, à reposição de materiais pedagógicos e à garantia de acessibilidade universal, assegurando o direito ao desenvolvimento integral e inclusivo de todas as crianças.

Sobre os alunos

A maioria das professoras que responderam ao questionário (mais de 45%) indicou que atendem turmas com média de 20 alunos. A maior parte dessas crianças tem entre 4 e 5 anos (35%), seguidas pela faixa de 2 a 3 anos (22%). Quando perguntadas se possuem alunos neurodivergentes ou com algum tipo de deficiência em suas turmas, 62% das professoras responderam que sim, o que revela uma presença significativa desse público nas unidades de educação infantil do município.

Ao avaliar o suporte oferecido pelas escolas para o atendimento de crianças neurodivergentes ou com deficiência, 68% das professoras consideraram o suporte “adequado”, enquanto 18% classificaram como “pouco adequado” e 7% como “inadequado”. Apenas 6% avaliaram como “muito adequado”. A Figura 13 apresenta a distribuição gráfica dessas respostas.

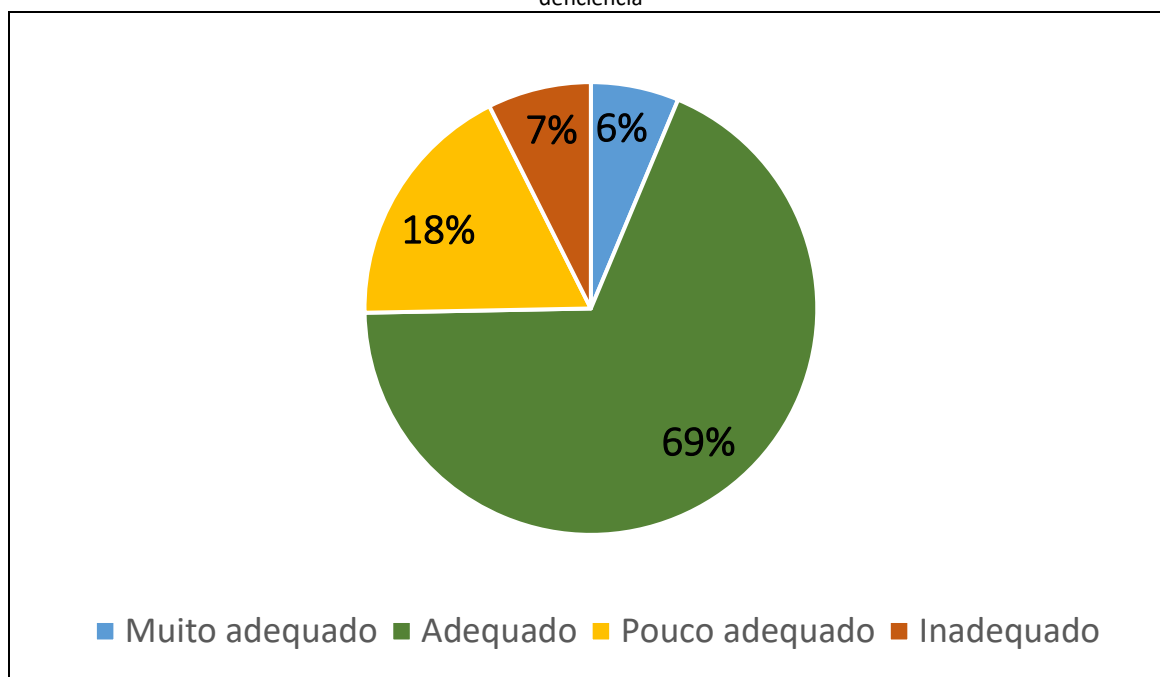
Entre aquelas que avaliaram o suporte como pouco adequado ou inadequado, as justificativas apontam de forma consistente a falta de profissionais especializados, como tutores ou cuidadores capacitados, e a ausência de uma sala de recursos nas escolas. Há também menções frequentes à insuficiência de materiais pedagógicos



adaptados e à necessidade de formações específicas para os docentes no atendimento às demandas da educação inclusiva. Além disso, foram relatadas dificuldades estruturais, como ausência de rampas e ambientes adaptados, e o fato de que muitas vezes os professores estão sozinhos com turmas numerosas, sem apoio suficiente para garantir o acompanhamento necessário às crianças com necessidades específicas.

Essas percepções indicam que, embora haja avanços no reconhecimento e inclusão das crianças neurodivergentes nas turmas de educação infantil, a estrutura de suporte ainda é frágil, exigindo investimento prioritário em pessoal qualificado, infraestrutura acessível e recursos pedagógicos específicos.

Figura 13: Avaliação do suporte oferecido pelas escolas para o atendimento de crianças neurodivergentes ou com deficiência



Fonte: Ecotécnica, 2025.

Vivência dos professores

Os resultados do questionário aplicado às professoras da rede municipal de educação infantil de Itaperuçu indicam que, embora a maioria das respondentes tenha participado de formações específicas voltadas à primeira infância (80%) e se sinta apoiada pela equipe pedagógica e pela gestão escolar (83,2%), permanecem desafios significativos no cotidiano das unidades escolares, tanto do ponto de vista estrutural quanto pedagógico.

As respostas abertas evidenciam que um dos principais entraves enfrentados pelas educadoras é o número excessivo de crianças por sala, o que compromete a qualidade do atendimento e a capacidade de adaptação das atividades às necessidades individuais. Além da superlotação, há forte recorrência de apontamentos sobre a precariedade da infraestrutura física das escolas, especialmente no que se refere à adequação dos espaços às especificidades do desenvolvimento infantil. As professoras relatam salas pequenas e pouco ventiladas, ausência de espaços lúdicos



estruturados e carência de recursos pedagógicos básicos, como brinquedos, jogos educativos e materiais diversificados.

Outro ponto crítico levantado está relacionado à inclusão de crianças neurodivergentes ou com deficiência, que já estão presentes em grande parte das turmas, conforme indicado por 62,1% das respondentes. Apesar de 68,4% avaliarem como “adequado” o suporte oferecido para esses casos, as justificativas apresentadas por aquelas que consideraram o atendimento “pouco adequado” ou “inadequado” apontam a inexistência ou insuficiência de profissionais especializados, como tutores, cuidadores ou professores de apoio, bem como a falta de uma sala de recursos. Soma-se a isso a percepção de ausência de formação específica para lidar com as particularidades do público com deficiência ou em processo de avaliação diagnóstica, dificultando a adoção de práticas pedagógicas inclusivas e eficazes.

As educadoras também destacam a baixa participação das famílias como um fator que compromete o processo educativo. A ausência dos pais na rotina escolar, a pouca colaboração no enfrentamento de questões comportamentais e a delegação integral da responsabilidade educativa à escola são apontadas como obstáculos recorrentes ao desenvolvimento integral das crianças. Tais situações agravam-se em contextos de vulnerabilidade social, nos quais a falta de apoio institucional mais amplo, como assistência social e serviços de saúde, contribui para a sobrecarga das equipes escolares.

As sugestões encaminhadas pelas professoras reforçam a necessidade de ações articuladas que envolvam investimento em infraestrutura, ampliação dos recursos pedagógicos, valorização dos profissionais da educação infantil e promoção de formações continuadas, com ênfase nas temáticas do desenvolvimento infantil, inclusão e metodologias lúdicas. A demanda por maior número de profissionais em sala, especialmente nas turmas com crianças com deficiência, também aparece de forma reiterada, assim como a importância de fortalecer o vínculo entre escola e família.

Esses resultados indicam que, embora haja avanços na consolidação de práticas voltadas à primeira infância no município, o enfrentamento das fragilidades apontadas exige uma abordagem integrada, intersetorial e sensível às especificidades da educação infantil. A escuta das professoras, enquanto profissionais que acompanham cotidianamente os processos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, oferece subsídios concretos e qualificados para o aprimoramento das políticas públicas municipais, sobretudo no que se refere à efetivação do direito à educação infantil com equidade, qualidade e inclusão.

7.1.2. Oficina Participativa com os pais e responsáveis: deficiências e potencialidades

Como parte do processo participativo de elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância de Itaperiçu (PMPI), foi realizada, no dia 23 de abril de 2025, às 18h30, nas dependências do Centro Municipal de Educação Infantil Professora Dalzira Brandt Santana, a Oficina Participativa com os Pais, reunindo 21 participantes, entre mães, pais, profissionais da educação infantil e representantes da Ecotécnica Tecnologia e Consultoria Ltda.

A atividade teve como objetivo identificar, a partir da perspectiva da comunidade local, as principais deficiências e potencialidades que impactam o desenvolvimento da primeira infância no município, oferecendo subsídios importantes para a estruturação de um plano que atenda às reais necessidades das crianças do município. A condução dos trabalhos ficou a cargo da equipe técnica da consultoria, que estruturou a oficina em dois momentos distintos: inicialmente, foi realizada uma breve apresentação introdutória, sobre a importância do PMPI e os fundamentos que o norteiam, seguida de uma atividade interativa. No segundo momento, desenvolveu-se a dinâmica principal com a participação ativa das mães e pais presentes. Alguns momentos da Oficina Participativa podem ser observados na Figura 14 a seguir.

Figura 14: Fotos da Oficina Participativa com os Pais e Responsáveis





Fonte: Ecotécnica, 2025.

Ao final da apresentação, foi realizada uma atividade interativa utilizando a plataforma *Mentimeter*, onde foram feitas três perguntas, com o objetivo de captar as percepções da comunidade em relação as prioridades, os desafios e os pontos positivos relacionados ao desenvolvimento integral das crianças de 0 a 6 anos no município. As perguntas e os respectivos resultados podem ser observados na Figura 15, a seguir.

Figura 15: Resultado da atividade interativa por meio do *Mentimeter*



Fonte: Ecotécnica, 2025.



Na primeira pergunta, foram apontadas pelas famílias as principais ações que consideram prioritárias para garantir o pleno desenvolvimento infantil. Os resultados evidenciam que a comunidade valoriza, sobretudo, iniciativas voltadas à saúde e à melhoria da estrutura escolar. A ação mais escolhida foi o atendimento de saúde com pediatras e acompanhamento do desenvolvimento, que concentrou 15,1% das respostas, refletindo uma forte demanda por serviços especializados de saúde infantil.

Em seguida, a melhoria na estrutura física das escolas apareceu com 13,2%, evidenciando a preocupação com a qualidade e dos ambientes escolares, reforçando ainda, a percepção de que esses locais precisam oferecer condições adequadas para acolher e estimular as crianças.

Ações como acesso a atividades culturais e de lazer, apoio psicológico e social às famílias e segurança no entorno escolar obtiveram cada uma 11,3% das respostas, o que indica o reconhecimento, por parte da comunidade, da importância de um ambiente social e comunitário seguro. Esses resultados também demonstram uma compreensão abrangente dos fatores que influenciam o bem-estar infantil, que vão além do atendimento direto à criança e incluem o fortalecimento das redes de apoio familiar e comunitária.

Também se destacaram, com percentuais acima de 9%, a ampliação do número de creches, a qualificação dos profissionais da educação infantil e a oferta de alimentação adequada nas escolas, demonstrando uma percepção abrangente sobre os diferentes fatores que influenciam o desenvolvimento integral na primeira infância. Por fim, os programas de inclusão para crianças com deficiência receberam 8,5% das escolhas, sinalizando sua relevância no debate, embora ainda com menor prioridade no conjunto das ações elencadas.

Na nuvem de palavras, gerada a partir das respostas abertas sobre os principais desafios enfrentados pelas famílias, destacaram-se termos como “saúde”, “segurança” e “área de lazer”, seguidos por “transporte”, “assistência social”, “acessibilidade” e “violência doméstica”. Essas palavras-chave apontam para dificuldades estruturais e sociais que afetam diretamente a qualidade de vida das crianças pequenas. A carência de espaços seguros para brincar, somada à insuficiência de serviços básicos de saúde e segurança pública, preocupa a comunidade. A presença de termos ligados à vulnerabilidade socioeconômica, como assistência social e violência, reforça a urgência de uma atuação intersetorial e articulada entre as políticas públicas.

Em contrapartida, ao serem convidados a refletir sobre os pontos positivos relacionados à infância em Itaperiçu, os participantes valorizaram especialmente ações voltadas à alimentação, à saúde preventiva e à educação. Foram mencionadas com frequência a merenda escolar, o programa “Mais Merenda”, a vacinação e a existência de creches e pré-escolas. Esses elementos indicam que, apesar dos desafios, há reconhecimento dos esforços do poder público em algumas áreas fundamentais. A valorização de programas e serviços já implementados sugere que políticas bem estruturadas, quando acessíveis e eficazes, são percebidas como avanços reais pelas famílias atendidas.

No segundo momento da oficina, foi realizada uma dinâmica de grupo com os participantes, utilizando-se a metodologia de Grupo Focal – Deficiências e



Potencialidades. Essa abordagem permite organizar e interpretar os dados de forma clara e acessível, sendo especialmente eficaz para subsidiar a elaboração de estratégias de ação voltadas ao desenvolvimento da primeira infância. A visão Integradora que esse método proporciona facilita a compreensão dos desafios e das oportunidades presentes no território, contribuindo para a formulação de respostas mais alinhadas à realidade local.

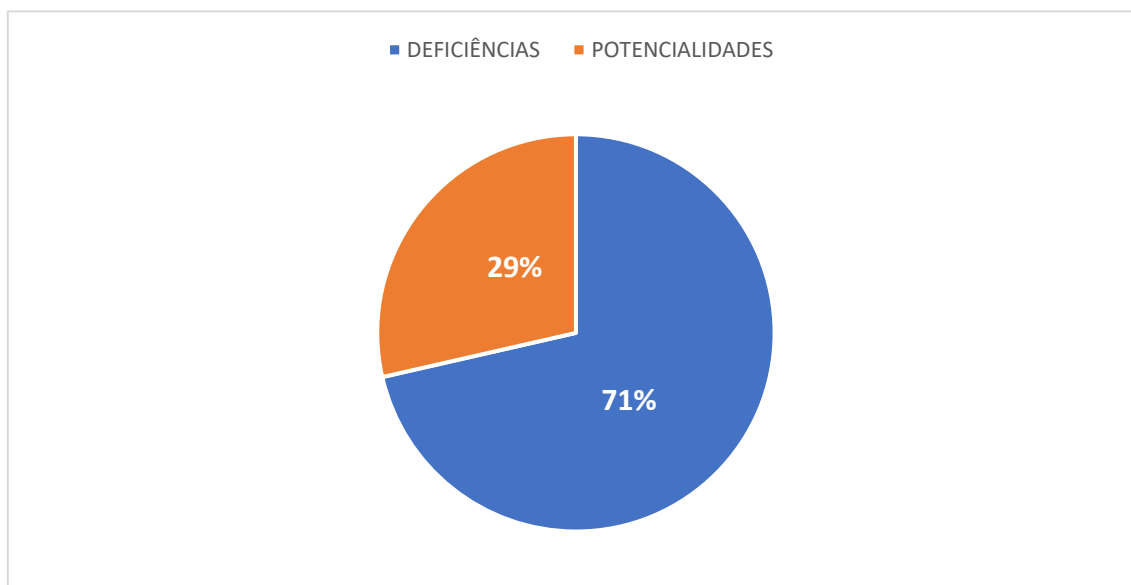
Durante a dinâmica, as deficiências foram compreendidas como fatores, circunstâncias ou situações que impactam negativamente a qualidade de vida das crianças e dificultam seu desenvolvimento pleno, demandando, assim, ações específicas de prevenção, mitigação ou superação. Por outro lado, as potencialidades foram entendidas como aspectos positivos já existentes, que merecem ser preservados, fortalecidos ou ampliados, por contribuírem para a melhoria das condições de vida das crianças de 0 a 6 anos e de suas famílias em Itaperuçu.

A atividade foi estruturada em três eixos temáticos, que contemplam áreas fundamentais para o desenvolvimento infantil: i) Eixo 1: Educação Infantil (incluindo transporte, habitação e infraestrutura); ii) Eixo 2: Meio Ambiente, Cultura, Esporte e Lazer e; iii) Eixo 3: Saúde, Renda e Assistência Social.

Os participantes foram divididos em três grupos, cada um conduzido por uma facilitadora responsável por estimular o diálogo e promover a escuta qualificada. As contribuições das discussões foram registradas em papeletes e organizadas em painéis temáticos. Depois, um relator de cada grupo apresentou os principais apontamentos, com espaço para comentários e complementações dos demais participantes. Ao final, todos indicaram as prioridades colando adesivos coloridos nas deficiências e potencialidades identificadas.

A partir da apuração das contribuições realizadas durante a Oficina, somou-se 63 contribuições, destas 45 foram apontadas como deficiências no município, representando 71% do total, enquanto 18 contribuições (29%) destacaram potencialidades, como apresentado na Figura 16.

Figura 16: Gráfico do total de contribuições por categoria



Fonte: Ecotécnica, 2025.



Com o objetivo de aprofundar a compreensão sobre a percepção da comunidade em relação à primeira infância e aos temas a ela relacionados no município, foi elaborado o Quadro 9. Esse quadro busca oferecer uma visão geral dos resultados de cada eixo temático abordado durante a oficina. Contudo, essa sistematização não deve ser interpretada de forma rígida ou isolada, uma vez que os elementos apontados se inter-relacionam e refletem as dinâmicas complexas e os interesses diversos presentes no contexto do município de Itaperuçu, portanto, contribuindo para a formulação de ações do Plano e norteando a definição de suas prioridades.

Quadro 9: Potencialidades e Deficiências por eixo temático

EIXO 1: EDUCAÇÃO INFANTIL (TRANSPORTE, HABITAÇÃO, INFRAESTRUTURA)
DEFICIÊNCIAS
FALTA DE BRINQUEDOS, MOBILIÁRIO
ACESSIBILIDADE - CALÇADAS E SINALIZAÇÃO PARA CHEGAR AO CMEI CINDINHO
HORÁRIO DE ENTRADA E SAÍDA INCOMPATÍVEL COM DOS PAIS
TRANSPORTE PÚBLICO INSUFICIENTE
FALTA DE INFRAESTRUTURA COMO CICLOVIAS E CALÇADAS
REDUÇÃO DA MERENDA NO CMEI NILZA
FALTA DE SERVIÇOS GERAIS
FALTA DE TRANSPORTE ESCOLAR - DIRETO PARA O CMEI
SANEAMENTO BÁSICO NOS BAIRROS VILA SANTA RITA, SANTIAGO E 37
FALTA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL DE 0 A 6 ANOS
FALTA DE CRECHE CENTRALIZADA NOS BAIRROS
COLETA DE LIXO PRECÁRIA
POTENCIALIDADES
DEMAEE / CER
MERENDA ESCOLAR / MAIS MERENDA
EDUCAÇÃO INTEGRAL DE 0 À 2 ANOS
CMEI NILZA - BOA ESTRUTURA
TELAS DIGITAIS NO CMEI
FORMAÇÃO PEDAGÓGICA AOS PROFESSORES



PROFESSORES E EDUCADORES
EIXO 2: MEIO AMBIENTE, CULTURA, ESPORTE E LAZER
DEFICIÊNCIAS
ESPAÇO DE LAZER SEGURO
CALÇADAS RUINS / ACESSIBILIDADE
EQUIPAMENTOS SEM SEGURANÇA / MANUTENÇÃO
CULTURA DA RECICLAGEM
NÃO TEM BIBLIOTECA/MUSEU
CULTURA E LAZER SÓ PARA ADULTOS
PARQUE SÓ EM CURITIBA / RBS
COLETA DE ÓLEO / TRABALHO SOBRE RECICLAGEM
PRACINHA, SOMENTE EQUIPAMENTO DE ESPORTE (ADULTO)
FALTA DE COLETA SELETIVA EFETIVA (DIVULGAÇÃO INSUFICIENTE)
ATENDIMENTO ESPECIALIZADO (FALTA)
NÃO TEM COMO ANDAR DE BICICLETA
BIBLIOTECA DEMAÉ SUMIU
EQUIPAMENTOS ABANDONADOS
QUEIMA DE LIXO
USO DO FOGO PARA LIMPEZA DO TERRENO
POTENCIALIDADES
CIRCOS, PARQUINHO DE FORA
HOSPITAL BEM ATENDIDO
CANTATA DE NATAL / REUNIÃO DAS FAMÍLIAS
CINEMA AO AR LIVRE
CAMPO MUNICIPAL (ABANDONADO X LIMPO SÓ PARA ADULTOS)
FEIRINHAS CARRETA - PORÉM TUDO PAGO
EIXO 3: SAÚDE, RENDA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
DEFICIÊNCIAS



HOSPITAL MUNICIPAL PRECÁRIO
FALTA DE MÉDICO PEDIATRA
FALTA DE MÉDICOS ESPECIALISTAS
FALTA DE BOMBEIROS E SAMU
FALTA DE POLICIAMENTO
FALTA DE MEDICAMENTOS
FALTA DE DELEGACIA
PROBLEMAS RESPIRATÓRIAS
VIOLÊNCIA SEXUAL
FALTA DA POPULAÇÃO PRESTIGIAR O COMÉRCIO LOCAL
FALTA DE AÇÃO EFETIVA (ASSISTÊNCIA SOCIAL)
VIOLÊNCIA / DROGAS
PROBLEMAS RENAIIS
DIFICULDADE DE COLETAR O PREVENTIVO
FALTA DE TREINAMENTO PARA O PESSOAL DA SAÚDE
ROUBOS DE CARROS
FALTA DE PARCERIAS COM AS GRANDES EMPRESAS
POTENCIALIDADES
VINDA DA CSN / NOVA EMPRESA CSN ESTAMOS NA EXPECTATIVA
COMÉRCIO LOCAL
TRANSPORTE PARA SAÚDE
VOTORAN / CALTEC
MADEIREIRAS

Fonte: Ecotécnica, 2025.

Com base nos resultados da dinâmica, foi possível identificar uma série de deficiências e potencialidades nos três eixos temáticos discutidos. No Eixo 1: Educação Infantil, Transporte, Habitação e Infraestrutura, foram evidenciadas deficiências estruturais relevantes que impactam diretamente o cotidiano das crianças e suas famílias. Entre os principais problemas, destacam-se a ausência de brinquedos e mobiliário adequados nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), a falta de



acessibilidade, em razão da precariedade das calçadas e da sinalização para pedestres, falta de ciclovias, insuficiência do transporte público e escolar, bem como a incompatibilidade entre os horários escolares e as rotinas de trabalho dos pais, a falta de creches descentralizadas e de educação integral que atenda crianças de até seis anos. Esses fatores, combinados, não apenas limitam o acesso das crianças à educação de qualidade, mas também comprometem a rotina familiar e a segurança no trajeto escolar. A carência de infraestrutura urbana básica, como rede de saneamento, em algumas áreas do município agrava ainda mais essas limitações, demonstrando a necessidade de intervenções intersetoriais.

Por outro lado, foram apontadas algumas potencialidades significativas, como a qualidade da merenda escolar, com destaque para o programa “Mais Merenda”, a oferta de educação integral para crianças de 0 a 2 anos no município, as boas condições estruturais do CMEI Nilza, o uso de recursos tecnológicos, como as telas digitais, além do comprometimento dos profissionais da educação municipal. Esses elementos demonstram que, apesar dos desafios, existem iniciativas bem avaliadas pela população, que podem ser fortalecidas e replicadas.

No Eixo 2: Meio Ambiente, Cultura, Esporte e Lazer, a principal deficiência relatada foi a escassez de espaços de lazer seguros e acessíveis para a Primeira Infância. Foram mencionados parques e praças mal equipados ou abandonados, ausência de bibliotecas e museus voltados ao público infantil, e a inadequação de muitos espaços culturais e esportivos, pensados apenas para adultos. Além disso, foi apontada a falta de manutenção e segurança nos equipamentos existentes, gerando riscos à integridade das crianças. A baixa efetividade da coleta seletiva e a ausência de uma cultura local de reciclagem, a queima de lixo e o uso do fogo para a limpeza de terrenos, foram também apontadas como limitações ambientais que impactam o cotidiano familiar e comunitário.

Apesar desses desafios, a comunidade reconheceu ações positivas como eventos culturais pontuais, a exemplo da Cantata de Natal e do cinema ao ar livre, a realização de feiras, circos e parques itinerantes. Esses exemplos indicam que há uma base de engajamento e interesse comunitário que pode ser expandida. Com investimentos adequados em infraestrutura e programação cultural e esportiva voltada à infância, é possível transformar o ambiente urbano em um espaço mais inclusivo, seguro e estimulante para as crianças, na promoção de cultura, esporte e lazer.

No Eixo 3: Saúde, Renda e Assistência Social, os relatos revelaram fragilidades importantes na rede de atendimento à saúde infantil. Foram mencionadas a ausência de pediatras e médicos especialistas, a escassez de medicamentos, a precariedade do hospital municipal e a dificuldade no acesso a exames e consultas básicas, compondo um cenário preocupante. A ausência de serviços de emergência, como delegacia, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) e corpo de bombeiros, também foi relatada, evidenciando a percepção de desproteção da população, afetam diretamente o pleno desenvolvimento da primeira infância. Somam-se a isso, críticas à atuação insuficiente da assistência social, considerada pouco efetiva diante das demandas locais, especialmente em um contexto marcado pela insegurança, violência, roubos e presença de substâncias ilícitas.



Contudo, houve manifestações positivas por parte dos participantes, especialmente com a instalação de novos empreendimentos econômicos e a presença de empresas consolidadas no município. Iniciativas como o transporte de pacientes para atendimento médico fora da cidade foram valorizadas, assim como o potencial de parcerias entre o setor público e privado para ampliar a oferta de serviços, fomentar oportunidades de geração de renda e fortalecer os vínculos comunitários de apoio às famílias com crianças de 0 a 6 anos.

De maneira complementar à tabulação das contribuições por eixo temático, o Quadro 10 organiza as deficiências e potencialidades identificadas a partir do grau de prioridade atribuído pelos participantes. Essa sistematização permite visualizar com mais precisão os aspectos considerados mais urgentes ou relevantes pela comunidade, contribuindo para a definição de ações mais alinhadas às demandas locais.

Quadro 10: Potencialidades e Deficiências por eixo temático

EIXO	PRIORIDADE	DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES
2	8	ESPAÇO DE LAZER SEGURO
1	5	FALTA DE BRINQUEDOS, MOBILIÁRIO
3	5	HOSPITAL MUNICIPAL PRECÁRIO
2	4	CALÇADAS RUINS / ACESSIBILIDADE
2	4	EQUIPAMENTOS SEM SEGURANÇA / MANUTENÇÃO
3	4	FALTA DE MÉDICO PEDIATRA
3	4	FALTA DE MÉDICOS ESPECIALISTAS
1	3	ACESSIBILIDADE - CALÇADAS E SINALIZAÇÃO PARA CHEGAR AO CMEI CINDINHO
1	3	HORÁRIO DE ENTRADA E SAÍDA INCOMPATÍVEL COM DOS PAIS
3	3	VINDA DA CSN / NOVA EMPRESA CSN ESTAMOS NA EXPECTATIVA
1	2	DEMAEE / CER
1	2	MERENDA ESCOLAR / MAIS MERENDA
1	2	EDUCAÇÃO IINTEGRAL DE 0 À 2 ANOS
1	2	CMEI NILZA - BOA ESTRUTURA
3	2	COMÉRCIO LOCAL
2	1	CIRCOS, PARQUINHO DE FORA
2	1	HOSPITAL BEM ATENDIDO
2	1	ATENDIMENTO ESPECIALIZADO (FALTA)

Fonte: Ecotécnica, 2025.

A priorização realizada pelos participantes da oficina revelou uma forte preocupação com deficiências estruturais que impactam diretamente a Primeira Infância no município.

Tais elementos demonstram que, mesmo diante de vulnerabilidades, existem experiências e políticas locais valorizadas pela população e que podem ser fortalecidas. Em conjunto, os relatos demonstram que as prioridades da comunidade estão concentradas nas condições estruturais da cidade, na qualidade dos serviços públicos e no acesso ao lazer e à educação em suas múltiplas dimensões. A análise dessas percepções reforça a importância de políticas públicas integradas, que articulem saúde, educação, assistência social, cultura e urbanismo com foco na infância, reconhecendo as interdependências entre esses campos.



Além das percepções e demandas levantadas, os participantes também apresentaram duas propostas para a melhoria das condições da Primeira Infância em Itaperuçu. Uma das sugestões foi a ampliação do horário de funcionamento dos CMEIs, medida que busca responder à dificuldade enfrentada por muitas famílias para conciliar as jornadas de trabalho com os horários escolares, especialmente em contextos de maior vulnerabilidade, onde o apoio familiar é limitado. Outra proposta foi a criação de uma escolinha de futebol e outras atividades esportivas para crianças, refletindo o desejo por mais opções de lazer estruturado que favoreçam o desenvolvimento físico, social e emocional dos pequenos.

De forma geral, a escuta ativa promovida durante a oficina demonstra que a primeira infância em Itaperuçu se encontra em um território de múltiplas vulnerabilidades sociais e estruturais, mas também atravessado por oportunidades concretas de transformação. O processo participativo revelou tanto os desafios cotidianos enfrentados pelas famílias quanto os recursos e ativos locais que podem ser mobilizados e fortalecidos. Nesse sentido, ao incorporar essas vozes e experiências, o Plano Municipal pela Primeira Infância de Itaperuçu se consolida como um instrumento estratégico para orientar políticas públicas mais integradas, conectadas à realidade local, sensíveis às vozes da população e comprometidas com a promoção do desenvolvimento integral das crianças de 0 a 6 anos no município.

7.1.3 Atividades desenvolvidas com as crianças

Como parte das estratégias participativas do Plano Municipal para a Primeira Infância de Itaperuçu, foi desenvolvida uma atividade didática com crianças do município, com o objetivo de incorporar suas percepções e vivências à elaboração do plano. A ação teve como proposta central estimular a reflexão sobre como as crianças percebem e interagem com a cidade onde vivem, promovendo o sentimento de identidade e pertencimento ao território. Paralelamente, buscou-se compreender as memórias e experiências infantis nos espaços urbanos, incentivando a construção de uma visão crítica e afetiva do ambiente ao redor.

A metodologia adotada baseou-se em princípios lúdicos e participativos, compatíveis com as diferentes fases do desenvolvimento infantil. As atividades foram propostas às escolas municipais e aplicadas com liberdade metodológica, ficando a critério de cada professora ou professor a condução da atividade da forma que melhor se adequasse à realidade de sua turma. Foram sugeridos como recursos possíveis o uso de desenhos, músicas, teatro, passeios, construção de maquetes, entre outros, de modo a estimular a imaginação, a observação e o engajamento espontâneo das crianças com os elementos que compõem a cidade.

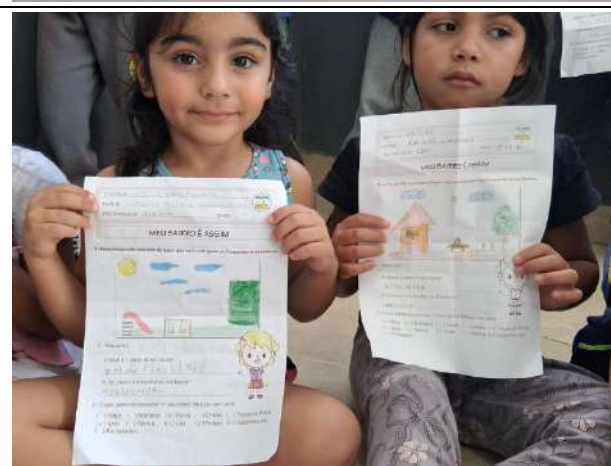
A atividade principal sugerida foi intitulada “Minha Cidade”, e consistiu em convidar as crianças a desenharem os espaços mais significativos de Itaperuçu segundo sua própria perspectiva. Os desenhos poderiam representar locais do cotidiano, como parques, praças, ruas, calçadas, escolas, parquinhos, unidades de saúde, igrejas, mercados e centros comunitários, dentre outros. Em seguida, os professores promoveram rodas de conversa com os alunos, incentivando-os a relatar por que esses espaços são importantes para eles, valorizando suas narrativas e subjetividades.

Como material de apoio, foi indicada a leitura do livro infantil “O Bairro do Marcelo”, de Ruth Rocha. Também foram incentivadas abordagens complementares, como dramatizações, musicalizações, passeios pela cidade e elaboração de maquetes representando os espaços urbanos significativos.

Para fins de documentação e análise, os professores foram orientados a registrar os resultados das atividades, seja por meio de fotografias dos desenhos, vídeos, relatos orais ou outros formatos, e a compartilhar esse material com a equipe técnica do PMPI. Cada escola foi orientada a organizar seus registros de forma identificada, garantindo a organização e sistematização das contribuições. A Figura 17, ilustra a aplicação da atividade realizada com as crianças e alguns resultados.

Figura 17: Fotos da Atividade aplicada às crianças





Fonte: Ecotécnica, 2025.

Essa ação teve papel fundamental na escuta qualificada das crianças e contribuiu diretamente para reconhecer o ponto de vista da infância sobre o território urbano de Itaperuçu. A partir da apuração dos resultados da atividade desenvolvida, foi elaborado uma nuvem de palavras (Figura 18), em que se destacam os elementos mais recorrentes nos desenhos, fotos, vídeos e relatos, sobre as percepções infantis a respeito do espaço público e as implicações dessas visões para o planejamento urbano voltado à primeira infância no município.

Figura 18: Nuvem de palavras resultante da atividade com as crianças



Fonte: Ecotécnica, 2025.

Na nuvem de palavras gerada a partir dos resultados da atividade interativa com as crianças, destacaram-se termos como “casa”, “parque” e “sol”, seguidos por “rua”, “parquinho”, “árvore” e “gramado”, “igreja”, “campo de futebol”, “hospital”, “escola”, “nuvem”, “carro”, “flores”, “balanço” e “sorveteria”. Essas palavras evidenciam os espaços urbanos e elementos naturais que mais despertam o interesse, afeto e lembrança das crianças em relação à cidade onde vivem.

A forte presença de palavras como “casa”, “casa vó”, “rua”, “igreja”, “hospital”, “creche” e “escola”, sugere uma valorização dos lugares do cotidiano e de convivência comunitária, indicando que o entorno imediato da residência, os espaços de aprendizado e os serviços básicos são centrais na experiência urbana infantil. Além disso, elementos associados ao lazer e ao brincar, como “parque”, “parquinho”, “praça”, “balanço”, “campo de futebol” e “escorregador”, apontam para a importância dos espaços públicos como lugares de socialização, recreação e bem-estar infantil.

Outros termos, como “árvore”, “flores”, “gramado”, “nuvem”, “sol”, “plantas”, “bosque”, “animais” e “borboleta”, revelam a percepção sensível da natureza e dos

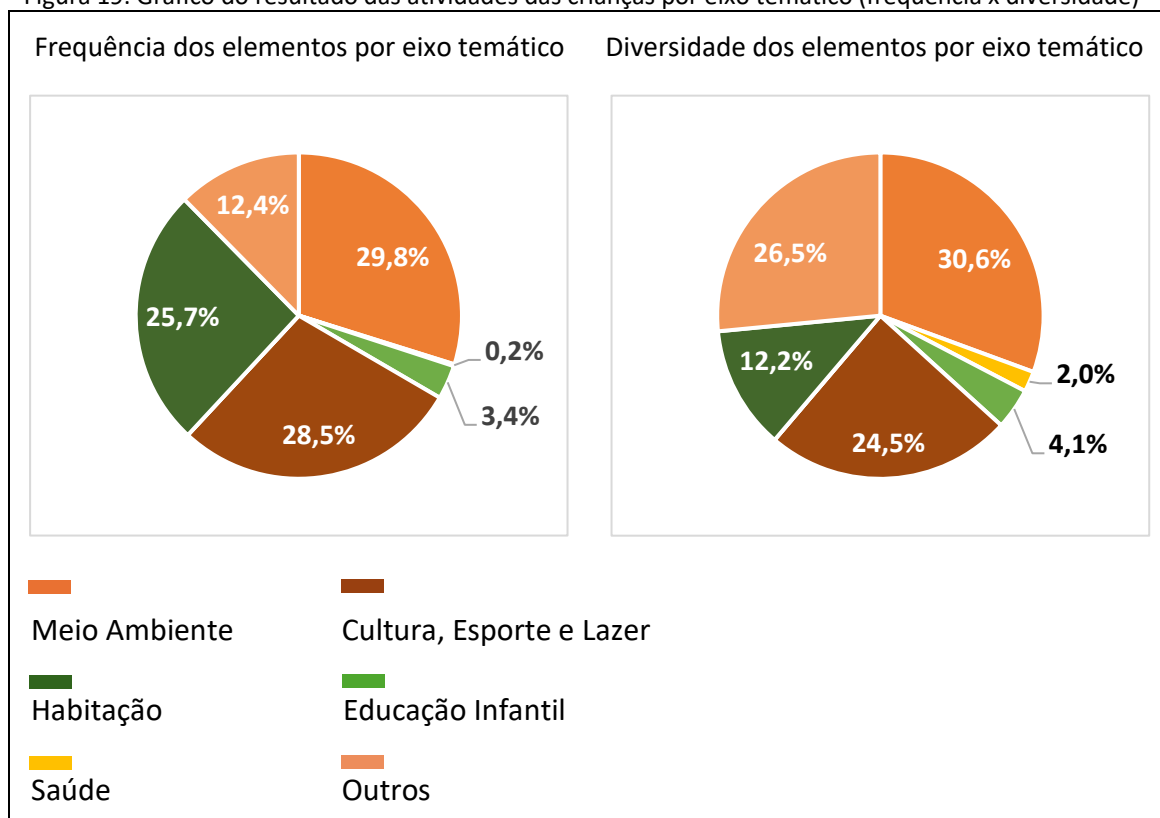


espaços ao ar livre, mesmo nos contextos urbanos. Isso demonstra o valor simbólico e afetivo atribuído ao contato com o meio ambiente e com os elementos naturais no cotidiano das crianças.

A diversidade de palavras presentes na nuvem, que inclui também referências a meios de transporte, como “carro” e “bicicleta”, estabelecimentos comerciais e de serviço, como “mercado”, “padaria”, “loja”, “sorveteria” e “petshop”, além de locais lúdicos e imaginativos, não cotidianos, “praia”, “circo”, “fábrica de bolacha”, “parque de diversões”, evidencia a pluralidade de experiências e a riqueza das memórias que constituem o repertório urbano infantil.

A organização dos elementos levantados na atividade com as crianças, a partir de sua classificação por eixos temáticos, como Meio Ambiente, Saúde, Educação Infantil, Cultura, Esporte e Lazer, Habitação, que serão aprofundados no Capítulo 7.2, é possível observar padrões relevantes nas percepções infantis sobre a cidade, como apresentado na Figura 19.

Figura 19: Gráfico do resultado das atividades das crianças por eixo temático (frequência x diversidade)



Fonte: Ecotécnica, 2025.

Os dados apontam uma predominância marcante de referências relacionadas ao meio ambiente, tanto em frequência (29,8%) quanto em diversidade (30,6%). Esse destaque revela o forte vínculo das crianças com elementos naturais, como árvores, flores, nuvens, sol e gramado, demonstrando a importância da natureza como parte significativa de suas experiências e imaginário urbano.



Em seguida, os elementos ligados à cultura, esporte e lazer também assumem papel de destaque, representando 28,5% da frequência e 24,5% da diversidade. Espaços como parques, parquinhos, campos de futebol e brinquedos aparecem de forma expressiva nos desenhos e relatos, reforçando a centralidade do brincar, da convivência e do lazer no cotidiano infantil. Esses dados evidenciam a valorização de espaços públicos que promovem o bem-estar, a liberdade e a interação social entre as crianças.

A habitação e seu entorno constituem o terceiro eixo temático com maior representação (25,7% de frequência e 12,2% de diversidade), o que indica a forte relação das crianças com os espaços do cotidiano mais imediato, suas casas, a casa de seus familiares, ruas, calçadas e vizinhanças. Essa presença revela como a casa e o bairro são centrais na construção das vivências urbanas infantis.

A categoria “outros”, que abrange uma variedade de elementos como igrejas, estabelecimentos comerciais (padaria, mercado, loja, pizzaria, petshop), meios de transporte e objetos urbanos (carros e placas), apresentou uma participação mais modesta em termos de frequência (12,4%), mas expressiva em diversidade (26,5%). Essa variedade sugere uma percepção ampla do ambiente urbano, incluindo espaços que, embora não sejam dedicados à infância, fazem parte do cotidiano das crianças. Essa constatação pode provocar reflexões sobre a predominância de espaços voltados ao consumo e à funcionalidade adulta em detrimento de espaços projetados especificamente para a infância.

Já os elementos ligados à educação infantil, como “escola” e “creche”, foram mencionados em menor escala (3,4% de frequência e 4,1% de diversidade), assim como o eixo de saúde, com apenas 0,2% de frequência e 2% de diversidade, aparecendo unicamente com a referência ao “hospital”.

De maneira geral, os dados sugerem que as crianças reconhecem e valorizam os espaços naturais e de lazer como fundamentais em suas vidas urbanas. Por outro lado, a presença significativa de estabelecimentos comerciais e a baixa menção a espaços exclusivamente voltados à infância levantam uma importante provocação: estariam as cidades oferecendo ambientes adequados e suficientes para que as crianças possam brincar, se expressar e se desenvolver plenamente?

Esse exercício demonstrou ser uma ferramenta eficaz para dar voz às percepções infantis sobre a cidade, revelando uma perspectiva afetiva e concreta do território, além de contribuir para o fortalecimento do sentimento de pertencimento e identidade com os espaços que compõem seu dia a dia. Além disso, a análise dessa atividade reforça a necessidade de um planejamento urbano mais atento às demandas e aos direitos da primeira infância, promovendo espaços mais acessíveis, lúdicos, seguros e integrados à vida cotidiana das crianças, com atenção e cuidado ao que, as próprias crianças, à sua maneira, relatam.



7.1.4 Síntese das atividades participativas

O processo de elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância de Itaperuçu foi conduzido a partir de uma metodologia participativa que integrou diferentes atores sociais, com ênfase na escuta qualificada daqueles que vivenciam cotidianamente os desafios e as potencialidades do município. Essa escolha metodológica não apenas conferiu legitimidade ao processo, mas também garantiu uma aproximação concreta entre as políticas planejadas e as necessidades reais das crianças de 0 a 6 anos do município.

As atividades desenvolvidas ao longo desse percurso foram estruturadas em três frentes principais: a aplicação de um questionário junto às professoras da educação infantil, a realização de uma oficina participativa com os pais e responsáveis, e uma dinâmica de escuta lúdica com as próprias crianças. A investigação junto às professoras revelou importantes fragilidades na infraestrutura das unidades escolares, incluindo a carência de espaços lúdicos adequados, problemas de ventilação e acessibilidade, além de destacar a sobrecarga enfrentada pelas educadoras diante de turmas numerosas e da ausência de apoio especializado para inclusão de crianças deficientes e neurodivergentes. Essa etapa foi essencial para evidenciar que a escola, como um dos primeiros espaços de socialização infantil, enfrenta entraves que podem comprometer o desenvolvimento pleno das crianças.

Já a oficina participativa com os pais, trouxe à tona, de forma complementar, a perspectiva das famílias sobre as condições de vida e os serviços oferecidos na cidade. Foram identificadas deficiências estruturais que vão além do espaço escolar, como a precariedade das áreas de lazer, a falta de acesso adequado à saúde especializada e as barreiras de mobilidade urbana. Em paralelo, os participantes reconheceram potenciais existentes, como a qualidade da alimentação escolar e iniciativas culturais pontuais, indicando que, apesar dos desafios, há experiências exitosas que podem ser ampliadas. A dinâmica de grupo realizada durante a oficina permitiu uma análise mais densa sobre as deficiências e potencialidades do município, evidenciando a necessidade de uma atuação intersetorial que promova melhorias integradas e estruturais voltadas para a infância.

Do mesmo modo, a escuta das crianças, promovida por meio de uma atividade lúdica, incorporou a perspectiva infantil no planejamento urbano. Os resultados, apresentados, sugerem que as crianças atribuem grande importância ao contato com a natureza e meio ambiente, bem como aos espaços coletivos de cultura, esporte e lazer. A forte presença de elementos naturais nos relatos infantis sugere uma ligação afetiva profunda com o meio ambiente, o que reforça a urgência de políticas públicas que conciliem o desenvolvimento urbano com a preservação de áreas verdes e a criação de espaços públicos de cultura, esporte e lazer voltados inclusivos e adequados à primeira infância.

As atividades desenvolvidas foram, portanto, cruciais não apenas para diagnosticar problemas, mas para compreender a complexidade das relações que sustentam o cotidiano da primeira infância em Itaperuçu. Elas apontaram para a necessidade de políticas intersetoriais, que articulem o direito à educação, saúde, assistência social, cultura, esporte e lazer em favor de uma infância plena e protegida. O processo participativo mostrou, ainda, que ouvir aqueles que vivenciam diariamente



essas realidades, educadores, famílias e as próprias crianças, confere profundidade às análises e assegura a construção de um plano mais aderente à realidade de Itaperuçu.

Portanto, as conclusões extraídas desse percurso indicam que o município enfrenta importantes desafios estruturais, mas possui também experiências bem-sucedidas e recursos comunitários que podem ser fortalecidos. A superação das deficiências identificadas e o fortalecimento das potencialidades mapeadas dependem, fundamentalmente, do reconhecimento da primeira infância como uma importante prioridade na formulação e execução de políticas públicas, que garantam às crianças, acesso a uma cidade mais justa, segura e acolhedora, na qual possam exercer plenamente seus direitos e construir as bases para um desenvolvimento integral.

7.2 EIXOS PRIORITÁRIOS

A partir da análise diagnóstica e do processo participativo realizado durante a elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) de Itaperuçu, foram definidos sete eixos temáticos prioritários para a estruturação das diretrizes e ações do plano: Meio Ambiente, Saúde, Educação Infantil, Cultura, Esporte e Lazer, Assistência Social, Habitação e Institucional. Esses eixos correspondem a áreas estratégicas para a garantia dos direitos da criança na primeira infância e refletem as principais demandas, desafios e potencialidades identificadas no território municipal. De modo complementar, o sétimo eixo, Institucional, atua de maneira transversal aos demais eixos, contribuindo para a qualificação das demais políticas.

Este capítulo apresenta, para cada eixo, um resumo das principais informações levantadas no diagnóstico técnico e participativo, seguido por um quadro com as diretrizes relacionadas ao tema. As diretrizes funcionam como orientações gerais que deverão guiar a formulação de programas, projetos e ações específicas no plano de ação, assegurando coerência com os objetivos do PMPI e com os marcos legais da política nacional para a primeira infância.

A definição desses eixos temáticos visa promover uma abordagem intersetorial e integrada, reconhecendo que o desenvolvimento infantil pleno depende de múltiplos fatores — físicos, emocionais, sociais e culturais — e da atuação articulada entre as diferentes políticas públicas.

7.2.1 Meio Ambiente

O diagnóstico do PMPI de Itaperuçu evidencia que o meio ambiente local apresenta fragilidades e potencialidades que impactam diretamente o bem-estar das crianças na primeira infância. O município possui rios importantes, como o Itaperuçu e o Açungui, mas enfrenta pressões ambientais devido ao uso intensivo do solo, desmatamentos e ausência de áreas formalmente protegidas. A cobertura vegetal original vem sendo substituída por agricultura e reflorestamentos com espécies exóticas, reduzindo a biodiversidade. Além disso, há áreas com alta fragilidade



geológica, como as zonas cársticas, que exigem atenção no ordenamento territorial. Diante desse cenário, torna-se essencial integrar a proteção ambiental às políticas públicas voltadas à infância, promovendo um território saudável, seguro e sustentável para o desenvolvimento das crianças. O Quadro 11 a seguir apresenta diretrizes para o eixo.

Quadro 11: Diretrizes para o Eixo 1 - Meio ambiente

EIXO 1: MEIO AMBIENTE
Ampliar e proteger áreas verdes acessíveis para o uso das crianças e famílias
Promover ações de educação ambiental desde a primeira infância
Integrar critérios de sustentabilidade e segurança ambiental no planejamento urbano e escolar
Incentivar o contato direto das crianças com a natureza, por meio de espaços educativos ao ar livre
Implementar medidas preventivas em áreas de risco ambiental que possam afetar a saúde infantil
Promover ambientes urbanos seguros, acessíveis e estimulantes para crianças pequenas e suas famílias

Fonte: Ecotécnica, 2025.

7.2.2 Saúde

O município de Itaperuçu conta com uma estrutura de atenção primária à saúde consolidada, com cobertura de aproximadamente 95% da população pelas equipes de Saúde da Família (ESF). São seis equipes multiprofissionais que, apesar da ampla cobertura, enfrentam desafios como a insuficiência de Agentes Comunitários de Saúde (ACS), principalmente em algumas áreas urbanas e rurais.

Itaperuçu possui cinco Unidades Básicas de Saúde (UBS), além de um Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS), um Centro Especializado em Reabilitação II (CER II) e duas farmácias públicas. A atenção à saúde infantil apresenta avanços, como a realização anual de pelo menos três campanhas de vacinação voltadas às crianças de 0 a 6 anos, a exemplo do "Dia D" e a estratégia inovadora de vacinação nas escolas. Há, ainda, plantões de vacinação alinhados com o calendário de pesagem do Programa Bolsa Família. A cobertura vacinal atinge 90% na tetravalente e há a realização sistemática dos testes neonatais (pezinho, olhinho e orelhinha) para todos os nascidos vivos. Em termos de saúde materno-infantil, o município demonstra esforços positivos: em 2023, das 485 gestantes atendidas, 82% iniciaram o pré-natal no primeiro trimestre; 100% realizaram o teste anti-HIV e receberam a vacina contra tétano. Entretanto, 26% das gestantes tinham menos de 19 anos, e cinco casos de depressão ou violência foram registrados e encaminhados para acompanhamento especializado.

A municipalidade também realiza diversas campanhas voltadas à primeira infância, com foco na promoção da saúde e prevenção de agravos: incentivo ao pré-natal, parto natural, aleitamento materno, cuidados pós-natal, prevenção da obesidade e desnutrição infantil, e ações educativas nas áreas de saúde auditiva, ocular e bucal. Além disso, há ações intersetoriais em parceria com as áreas de assistência social e educação, especialmente para a prevenção da violência na infância.



Por outro lado, desafios importantes são evidenciados: baixa adesão ao acompanhamento regular pela caderneta de saúde — apenas 854 das 3.854 crianças de até seis anos estavam sob acompanhamento ativo; ausência de atendimento psicossocial específico para crianças; e necessidade de ampliação da cobertura e resolutividade em saúde bucal e saúde mental infantil.

O município apresenta baixa incidência de desnutrição e obesidade infantil, mas há casos diagnosticados de deficiências físicas, mentais e sensoriais. O CER II, referência regional, atua no diagnóstico e reabilitação de pessoas com deficiência, mas enfrenta limitações de oferta de vagas e burocracias nos encaminhamentos. O Quadro 12 a seguir apresenta diretrizes para o eixo.

Quadro 12: Diretrizes para o Eixo 2 - Saúde

EIXO 2: SAÚDE
Ampliar e qualificar a oferta de serviços de saúde para a Primeira Infância
Garantir a integralidade e a continuidade do cuidado à criança, desde o pré-natal até a primeira infância
Promover ações de prevenção e promoção da saúde na primeira infância
Reduzir desigualdades territoriais e sociais no acesso aos serviços de saúde infantil
Fortalecer a gestão da saúde com foco na qualidade, monitoramento e articulação intersetorial
Garantir a atenção integral e contínua à saúde da criança desde a gestação, promovendo cuidados qualificados no pré-natal, na nutrição e no desenvolvimento infantil

Fonte: Ecotécnica, 2025.

7.2.3 Educação infantil

O município de Itaperuçu conta com uma rede educacional composta por 12 instituições que atendem à Primeira Infância: cinco Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), quatro escolas públicas urbanas, duas rurais e uma unidade exclusiva para crianças com deficiência.

Em relação ao atendimento, em 2024 havia uma lista de espera reduzida, com carência de seis vagas para berçário e 16 vagas para educação infantil, indicando uma cobertura relativamente satisfatória, mas ainda insuficiente para a demanda existente. Contudo, os dados que mostram o quantitativo de crianças matriculadas por faixa etária apontam um baixo índice de crianças nas escolas, tanto na primeiríssima infância (até 3 anos) quanto para crianças de 4 e 5 anos. Apenas 32,15% das crianças de até 3 anos estão matriculadas, e 31,60% das crianças de 4 e 5 anos, revelando um cenário crítico para o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece como objetivo atingir, até 2024, pelo menos 50% de matrículas em creches para crianças de 0 a 3 anos e 100% para pré-escola, a primeira etapa obrigatória da educação básica.



Sobre o atendimento especializado, o município demonstra um avanço importante: há uma escola específica para educação especial, a Escola Lição de Vida, que atendeu 75 crianças com necessidades educacionais especiais em 2024. Entretanto, as crianças com deficiência estão concentradas majoritariamente na área urbana, o que sugere a necessidade de ações específicas para garantir o acesso equitativo no meio rural.

O município desenvolve importantes programas específicos para a Primeira Infância, voltados tanto para educadores como para as crianças. Para os educadores, há programas como “Autismo e a Educação Especial” (2022), “Plano de Atendimento Individualizado” (2023) e “Educação para o Futuro – Mídias Digitais” (2024). Para as crianças, há ações como “A Hora da História” (2023/2024), “Desafiando a Mente” (2024), “Valores e Virtudes” (2024) e “Florescer – Prevenção à Violência e Abuso Sexual” (2024), demonstrando um esforço relevante em qualificar a atuação pedagógica e desenvolver competências socioemocionais nas crianças.

No aspecto da gestão democrática, nove das instituições públicas de educação infantil contam com representação de pais no conselho escolar, fortalecendo a participação da comunidade.

A oferta de transporte escolar é garantida para crianças de 4 e 5 anos por meio de serviço terceirizado com monitores, mas ainda há necessidade de estudo para possível ampliação do transporte para a faixa etária de 0 a 3 anos.

Por fim, o município mantém articulação com importantes conselhos setoriais: Conselho Municipal de Educação, Conselho de Alimentação Escolar e Conselho do FUNDEB, essenciais para a gestão da política educacional. O Quadro 13 a seguir apresenta diretrizes para o eixo.

Quadro 13: Diretrizes para o Eixo 3 – Educação infantil

EIXO 3: EDUCAÇÃO INFANTIL
Ampliar o acesso e garantir a universalização da Educação Infantil com qualidade e equidade
Fortalecer a inclusão educacional, garantindo atendimento adequado a crianças com deficiência e necessidades educacionais especiais
Fortalecer a qualidade pedagógica por meio da formação continuada dos profissionais da Educação Infantil
Garantir a qualificação, ampliação e adequação da infraestrutura das unidades de educação infantil, que promovam ambientes seguros, acessíveis, inclusivos e estimulantes ao desenvolvimento integral das crianças na primeira infância
Incentivar a participação da família e da comunidade na vida escolar e no fortalecimento dos vínculos comunitários
Aprimorar a gestão e o planejamento educacional com base em diagnóstico, monitoramento e participação social
Promover a acessibilidade em seus diversos aspectos para a primeira infância nos espaços e equipamentos públicos comunitários

Fonte: Ecotécnica, 2025.



7.2.4 - Assistência social

Itaperuçu conta com uma estrutura consolidada de serviços socioassistenciais, composta por um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e um Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), além de programas e equipamentos complementares como o Abrigo Institucional São Domingos de Sávio e o Serviço de Acolhimento Familiar.

O CRAS desenvolve serviços de proteção social básica, como o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e o Programa Criança Feliz, este último atendendo, em 2024, 14 gestantes e 119 crianças de até 36 meses. A unidade também executa o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), sendo referência na região.

O município possui uma expressiva cobertura do Cadastro Único (2024): 6.862 famílias cadastradas, sendo 3.184 beneficiárias do Programa Bolsa Família, das quais 1.361 possuem crianças de 0 a 6 anos. O Benefício Primeira Infância (BPI) alcançou 1.997 famílias, evidenciando a importância da política de transferência de renda no território.

No âmbito da proteção social especial, o CREAS registrou uma redução de atendimentos: média de 394 famílias acompanhadas em 2023 para 246 em 2024. Contudo, persistem desafios importantes, como o atendimento a casos de violência contra mulheres, abuso sexual infantil, pessoas em situação de rua, uso abusivo de álcool e drogas, e idosos em situação de abandono. Há ainda um registro preocupante de crianças com direitos violados por negligência e abandono.

O município também conta com o Acolhimento Institucional São Domingos de Sávio, que abriga crianças e adolescentes de 0 a 18 anos em situação de violação ou ameaça de direitos, sendo uma medida excepcional definida pelo judiciário. Em 2024, duas crianças de até 6 anos estavam inseridas no acolhimento institucional, não havendo registro de acolhimento familiar ou inserção no cadastro nacional de adoção.

Apesar dos avanços, ainda não há Centro de Convivência para fortalecimento comunitário, nem previsão de auxílio natalidade na legislação municipal. Para modernizar e agilizar os atendimentos, a Secretaria de Assistência Social comprou o Sistema IDS Social, integrando as informações dos prontuários dos equipamentos da pasta.

A municipalidade se articula com organizações da sociedade civil, como a Associação de Proteção à Maternidade e Infância (APMI), responsável pela Escola Lição de Vida e pelo Centro de Reabilitação II (CER II), e a Monte Horebe⁶.

Por fim, destaca-se que o município participa de ações intersetoriais de prevenção à violência na primeira infância, em parceria com outras pastas, como educação e saúde. No entanto, permanece o desafio de fortalecer ações preventivas, ampliar o acesso à proteção social e reduzir a violação de direitos, especialmente entre as crianças da Primeira Infância. O Quadro 14 a seguir apresenta diretrizes para o eixo.

⁶ Monte Horebe é uma associação de caráter filantrópico, cristã, sem fins lucrativos, com atividades de atuação na educação, esporte e lazer, saúde, capacitação para o mercado de trabalho, geração de trabalho e renda e desenvolvimento rural.



Quadro 14: Diretrizes para o Eixo 4 – Assistência social

EIXO 4: ASSISTÊNCIA SOCIAL
Ampliar, qualificar e integrar a proteção social para crianças e famílias em situação de vulnerabilidade, prevenindo e enfrentando violações de direitos
Aprimorar a gestão e a infraestrutura dos serviços socioassistenciais
Fortalecer a articulação intersetorial para a promoção da proteção social integral da Primeira Infância
Promover o monitoramento e a produção de informações sobre as situações de vulnerabilidade e violação de direitos

Fonte: Ecotécnica, 2025.

7.2.5 Cultura, esporte e lazer

O município de Itaperuçu vem realizando investimentos importantes na área esportiva, com foco em ações voltadas à infância e juventude. A gestão pública tem incentivado a participação de crianças e adolescentes em projetos esportivos de base, como a participação em eventos estaduais e competições, com destaque para a Taça das Favelas Paraná. Além disso, há ações de apoio ao esporte escolar, como a entrega de materiais esportivos nas escolas, realizada em parceria com o Paraná Esportes.

Em termos de infraestrutura, o município conta com o Ginásio de Esportes e o Estádio Municipal Gardel Fontoura da Costa, ambos localizados na área urbana. Recentemente, foi inaugurada a quadra poliesportiva Henrique Roque de França, situada na área rural, na localidade do Barro Branco, o que representa um avanço importante na descentralização do acesso às práticas esportivas.

Além das quadras de esportes, o município possui praças públicas com parques infantis, que constituem espaços de lazer e recreação para a Primeira Infância, favorecendo o direito ao brincar em ambientes públicos. Contudo, muitas dessas praças se encontram em estado precário, com falta de manutenção, equipamentos danificados e ausência de segurança, o que compromete seu uso efetivo e seguro pelas crianças pequenas e suas famílias.

Além disso, nota-se a falta de ações sistemáticas e estruturadas que promovam a fruição cultural das crianças pequenas, como atividades artísticas, oficinas e eventos culturais específicos, e uma ausência de políticas integradas que articulem cultura, esporte e lazer como componentes fundamentais para a promoção do desenvolvimento integral da Primeira Infância. O Quadro 15 a seguir apresenta diretrizes para o eixo.

Quadro 15: Diretrizes para o Eixo 5 – Cultura, esporte e lazer

EIXO 5: CULTURA, ESPORTE E LAZER
Ampliar o acesso e qualificar os espaços públicos de cultura, esporte e lazer para a Primeira Infância
Fortalecer as ações e programas de incentivo ao esporte e à recreação na Primeira Infância



Fortalecer a gestão intersetorial das políticas de cultura, esporte e lazer

Fonte: Ecotécnica, 2025.

7.2.6 Habitação

A situação habitacional de Itaperuçu revela múltiplas vulnerabilidades que afetam diretamente as crianças. Os dados mais recentes, provenientes do Censo Demográfico do IBGE de 2022, são organizados nas faixas etárias de 0 a 4 anos e de 5 a 9 anos; por isso, foi adotado o recorte de crianças de **0 a 9 anos**, abrangendo a totalidade dessa população infantil.

Embora a maior parte delas viva em domicílios com coleta regular de resíduos (92%), ainda há um contingente significativo exposto a riscos ambientais: 8% não possuem acesso a esse serviço essencial e 382 crianças vivem em residências onde o lixo é queimado, agravando os riscos à saúde, especialmente respiratória. As condições de saneamento são críticas. Cerca de 7 crianças vivem em casas sem banheiro ou sanitário, e outras 74 compartilham sanitários com múltiplos domicílios, o que compromete a higiene e eleva o risco de doenças. Além disso, 15% das crianças vivem em residências não conectadas à rede geral de abastecimento de água, frequentemente recorrendo a fontes inseguras. A situação do esgotamento sanitário é igualmente preocupante: apenas 55% dos domicílios com crianças possuem ligação à rede, enquanto 45% dependem de soluções individuais, das quais 15% utilizam fossas rudimentares ou buracos, ampliando os riscos de contaminação e doenças infecciosas.

Itaperuçu possui nove favelas⁷, totalizando 802 domicílios. Essas áreas concentram múltiplos riscos, frequentemente sobrepostos: três favelas estão próximas ou sobre leitos de cursos d'água (272 domicílios), elevando o risco de inundações; outras três se situam junto a faixas de sistemas ferroviários ou rodoviários (210 domicílios), sujeitas a riscos de acidentes e poluição; duas se encontram em áreas de cavas, pântanos ou lagos (250 domicílios), expostas a condições insalubres; e cinco favelas localizam-se em encostas íngremes (342 domicílios), com alto risco de deslizamentos.

Além disso, duas dessas favelas estão sob áreas com risco elevado de inundação e quatro sob risco de deslizamento, evidenciando a necessidade urgente de ações de mitigação. Sete favelas apresentam alta suscetibilidade a doenças respiratórias, agravada pela proximidade com atividades industriais poluentes, e seis são áreas com alta incidência de presença de animais selvagens ou peçonhentos, ameaçando a segurança e a saúde das crianças.

O acesso a equipamentos públicos também é limitado: apenas três das nove favelas possuem centro de educação infantil ou escola a até 1.000 metros, restringindo o direito à educação e ampliando as desigualdades sociais.

⁷ Área entendida como um conjunto de no mínimo 10 domicílios (casas, barracos, etc.) em que a edificação antecede a definição dos lotes, ocupando terreno de propriedade alheia (pública ou particular), dispostas, em geral, de forma desordenada e densa. Em sua maioria são carentes de serviços públicos essenciais e apresenta sistema viário exíguo e com traçado irregular, lotes indefinidos ou irregulares, configurados pelo desordenamento de edificações autoconstruídas (COHAPAR, 2019).



O Quadro 16 a seguir apresenta diretrizes para o eixo.

Quadro 16: Diretrizes para o Eixo 6 - Habitação

EIXO 6: HABITAÇÃO
Garantir o direito à moradia digna
Fortalecer a gestão e a articulação intersetorial para o enfrentamento das vulnerabilidades habitacionais
Promover a qualificação da infraestrutura urbana e o acesso universal aos serviços essenciais de saneamento

Fonte: Ecotécnica, 2025.

7.2.7 Institucional

O Eixo Institucional do Plano Municipal pela Primeira Infância de Itaperuçu tem caráter transversal e estruturante, sendo essencial para a consolidação de uma política pública integrada e eficiente voltada às crianças de 0 a 6 anos. Suas diretrizes visam fortalecer a capacidade do poder público de planejar, implementar e monitorar ações de forma intersetorial e participativa, promovendo mudanças estruturais na forma como o município pensa e organiza suas políticas para a infância. Ao criar bases institucionais sólidas, esse eixo contribui diretamente para a qualificação dos demais eixos e políticas do PMPI, assegurando que áreas como saúde, educação, assistência social, habitação, cultura, esporte e lazer sejam ofertadas com mais qualidade, equidade e sensibilidade às especificidades da Primeira Infância. O Quadro 17 a seguir apresenta diretrizes para o eixo.

Quadro 17: Diretrizes para o Eixo 7 - Institucional

EIXO 7: INSTITUCIONAL
Promover a acessibilidade em seus diversos aspectos para a primeira infância nos espaços e equipamentos públicos
Assegurar a escuta e participação das crianças no desenvolvimento de planos urbanos e projetos arquitetônicos

Fonte: Ecotécnica, 2025.



7.3 PROGRAMAS E PROJETOS

7.3.1 Definição dos programas e projetos

A elaboração de programas e projetos específicos é uma etapa fundamental do Plano Municipal pela Primeira Infância de Itaperuçu, pois permite transformar diagnósticos e diretrizes em ações concretas, articuladas e orientadas para resultados. Ao estruturar propostas em forma de programas e projetos, o plano estabelece um caminho possível e sistemático para alcançar os objetivos definidos, facilitando sua implementação pelo poder público, a articulação intersetorial e o acompanhamento das ações ao longo do tempo.

As propostas apresentadas neste capítulo não constituem um elenco fechado ou obrigatório, mas sim sugestões fundamentadas em dois pilares principais: os resultados do diagnóstico elaborado para o município e as contribuições do processo participativo. Foram consideradas as percepções das professoras da educação infantil (a partir do questionário aplicado), dos pais e responsáveis (reunidos em oficina participativa) e das crianças de até 6 anos, que expressaram suas vivências, percepções e desejos por meio de atividades lúdicas especialmente pensadas para escutar suas vozes.

A partir dessa escuta ativa e qualificada, aliada à análise técnica dos dados do diagnóstico, os programas e projetos aqui propostos buscam responder às necessidades reais das crianças e suas famílias, respeitando as especificidades do território de Itaperuçu e promovendo a articulação integrada das políticas públicas.

Cada programa contempla um objetivo mais amplo e estratégico, sendo composto por diferentes projetos que detalham ações possíveis de serem implementadas, em prazos distintos e por diferentes setores.

É importante destacar que os programas e projetos definidos neste plano não devem ser compreendidos como soluções rígidas ou imutáveis, mas sim como referenciais orientadores que podem — e devem — ser acompanhados, avaliados e ajustados ao longo do tempo, à medida que novas demandas surgem, que os contextos se transformam e que as políticas públicas evoluem.

Além das novas propostas apresentadas, o plano reconhece e valoriza as iniciativas já existentes no município, que demonstram esforços significativos no cuidado e na promoção do desenvolvimento infantil. Programas voltados aos educadores, como “Autismo e a Educação Especial” (2022), “Plano de Atendimento Individualizado” (2023) e “Educação para o Futuro – Mídias Digitais” (2024), e ações voltadas diretamente às crianças, como “A Hora da História” (2023/2024), “Desafiando a Mente” (2024), “Valores e Virtudes” (2024), “Florescer – Prevenção à Violência e Abuso Sexual” (2024) e o Projeto “Mais Merenda” constituem práticas relevantes que devem ser mantidas, fortalecidas e, sempre que possível, ampliadas e articuladas às novas estratégias propostas por este plano.



Esse capítulo, portanto, constitui um instrumento orientador para a gestão pública e um convite ao compromisso coletivo com a promoção do desenvolvimento integral da primeira infância no município.

A seguir são listados os Programas e Projetos propostos:

Programa Itaperuçu Cuidando desde o Início

Objetivo: Garantir o desenvolvimento integral das crianças de 0 a 6 anos a partir do cuidado com a gestação e dos primeiros anos de vida, por meio de ações integradas de saúde, nutrição e apoio psicossocial às famílias, com foco na prevenção e no fortalecimento do vínculo materno-infantil.

Projetos associados:

- **Projeto Mãe Saudável, Bebê Protegido:** promove o fortalecimento da atenção pré-natal com ampliação do acompanhamento das gestantes e puérperas, incluindo atendimentos psicossociais, visitas domiciliares e encaminhamentos intersetoriais.
- **Projeto Crescer com Saúde:** amplia e qualifica o calendário de vacinação, triagens neonatais e ações de monitoramento do desenvolvimento infantil, assegurando a detecção precoce de agravos e o acesso contínuo a cuidados de saúde.
- **Projeto Alimentação do Futuro:** promove a segurança alimentar e nutricional na primeira infância por meio da oferta de kits alimentares, campanhas educativas e articulação com a alimentação escolar, considerando hábitos saudáveis e atenção às vulnerabilidades das famílias.

Programa Família Presente

Objetivo: Fortalecer os vínculos familiares e a rede de cuidado das crianças de 0 a 6 anos por meio de ações que promovam o apoio à parentalidade, a valorização das relações afetivas e a participação ativa das famílias na vida escolar e comunitária das crianças. O programa articula formação, escuta qualificada e corresponsabilidade entre famílias, educadores e profissionais da rede de proteção.

Projeto associado:

- **Projeto Laços que Cuidam:** desenvolver ciclos formativos com pais, mães e cuidadores sobre temas como desenvolvimento infantil, disciplina positiva, saúde mental e prevenção da violência, além de implementar canais permanentes de escuta e participação das famílias nas instituições de educação e assistência social, fortalecendo o vínculo e o papel das famílias no cuidado integral das crianças.

Programa Educação que Acolhe

Objetivo: ampliar o acesso e a qualidade da educação infantil no município, garantindo ambientes escolares acolhedores, inclusivos e protetivos, com



infraestrutura adequada e formação continuada dos profissionais voltada ao desenvolvimento integral das crianças.

Projetos associados:

Projeto Primeiras Letras: oferece formação continuada para educadores da educação infantil, com foco no desenvolvimento integral, nas práticas inclusivas, no brincar como linguagem e na articulação entre família e escola.

Projeto Escola Acolhedora: requalifica as unidades de educação infantil com foco em acessibilidade, conforto térmico, segurança e estímulo ao brincar, priorizando as escolas com maior déficit estrutural.

Projeto Brinquedoteca em Ação: implanta brinquedotecas nas escolas e espaços públicos, com planejamento pedagógico que estimule o uso desses espaços no cotidiano das crianças, contribuindo para o desenvolvimento cognitivo, motor, emocional e social.

Programa Cidade da Primeira Infância

Objetivo: Transformar os espaços públicos urbanos de Itaperuçu em ambientes seguros, acessíveis, saudáveis e estimulantes para a primeira infância, incentivando o brincar ao ar livre, o convívio familiar e a escuta das crianças no planejamento urbano.

Projetos associados:

- **Projeto Parques da Infância:** requalifica e cria praças, parques e espaços de lazer voltados ao uso de crianças pequenas e suas famílias, com brinquedos adequados, mobiliário acessível e, especialmente, segurança.
- **Projeto Urbanismo Afetivo:** realiza oficinas com famílias e crianças para pensar, desenhar e priorizar melhorias nos espaços urbanos a partir da perspectiva da primeira infância, promovendo pertencimento, memória e valorização comunitária.

Programa Habitar com Dignidade na Primeira Infância

Objetivo: promover o direito à moradia adequada para famílias com crianças de 0 a 6 anos, garantindo condições mínimas de segurança, salubridade e acesso à infraestrutura urbana, por meio da articulação com a Secretaria de Habitação e demais setores públicos responsáveis pela implementação de políticas habitacionais no município.

Projeto associado:

- **Projeto Viver com Dignidade:** identifica e prioriza, de forma intersetorial, famílias com crianças pequenas em situação de vulnerabilidade habitacional, articulando sua inclusão em programas habitacionais existentes e promovendo ações educativas sobre segurança no lar, prevenção de acidentes domésticos e direitos habitacionais. O projeto envolve visitas técnicas domiciliares, orientação às famílias e encaminhamentos coordenados com a Secretaria



Municipal de Habitação, respeitando as atribuições legais de cada setor e fortalecendo a proteção integral da criança desde o ambiente doméstico.

PLANO DE AÇÃO





8 PLANO DE AÇÃO

O Plano de Ação configura-se como a etapa de consolidação das propostas do Plano Municipal pela Primeira Infância de Itaperuçu, convertendo diretrizes, programas e projetos em um conjunto estruturado de ações concretas. Trata-se de uma ferramenta de planejamento que orienta a execução das políticas públicas voltadas à primeira infância, oferecendo parâmetros claros para sua implementação, monitoramento e avaliação.

As ações apresentadas foram definidas com base no diagnóstico técnico realizado sobre a realidade da primeira infância no município, bem como nas contribuições do processo participativo conduzido ao longo da elaboração do plano. Nesse processo, além dos dados obtidos através do Diagnóstico Municipal, foram consideradas as percepções das professoras da rede municipal de educação infantil, sistematizadas por meio de questionário, os relatos e sugestões de pais e responsáveis reunidos em oficina participativa, e as expressões das crianças de até 6 anos durante as dinâmicas lúdicas desenvolvidas e as contribuições das próprias secretarias municipais envolvidas.

As ações estão diretamente vinculadas aos programas estratégicos apresentados no capítulo anterior, bem como aos eixos temáticos e às diretrizes do plano, assegurando coerência entre diagnóstico, planejamento e execução. Cada linha da tabela que compõe este capítulo descreve a ação correspondente, sua meta associada, o indicador de acompanhamento, o prazo estimado para execução (imediato, curto, médio ou longo), o custo estimado — quando pertinente — e a relação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Esse formato visa qualificar a gestão pública, subsidiando a priorização de investimentos, a captação de recursos e a articulação intersetorial necessária à efetividade das políticas para a primeira infância.

É importante destacar que algumas ações propostas já vêm sendo realizadas pelo município, ainda que parcialmente ou de forma isolada, sendo recomendada sua manutenção, aprimoramento e continuidade por meio de estratégias mais integradas, permanentes e monitoráveis.

A implementação das ações é de responsabilidade das secretarias municipais conforme suas competências técnicas e temáticas. A Secretaria de Habitação atua nas iniciativas ligadas à moradia; a Secretaria de Assistência Social coordena as ações voltadas à proteção social; a Secretaria do Meio Ambiente responde pelas questões ambientais e de sustentabilidade; entre outras secretarias que contribuem de forma articulada para a execução integrada do plano. Essa divisão fortalece a corresponsabilidade na gestão e assegura a efetividade das políticas voltadas à primeira infância.

O plano de ação, além de orientar a implementação das propostas, deve ser compreendido como um instrumento dinâmico, sujeito a revisões e atualizações periódicas, de acordo com a capacidade institucional, as mudanças nos contextos locais e as avaliações realizadas ao longo do tempo. Monitorar e avaliar as políticas



públicas, acompanhar os planos, programas e projetos pela Primeira Infância é condição para saber se o objetivo para o qual foram criados está sendo alcançado. O art. 11 da Lei 13.257/2016 afirma que o monitoramento, a coleta sistemática de dados, a avaliação e a divulgação dos resultados que vão sendo alcançados são componentes necessários das políticas públicas pela Primeira Infância.



PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA DE ITAPERUÇU

EIXO	DIRETRIZ	AÇÃO	META	INDICADOR	PRAZO (1 a 3 - curto 4 a 6 - médio 7 a 10 - longo)	CUSTO	ODS
MEIO AMBIENTE	Ampliar e proteger áreas verdes acessíveis para o uso das crianças e famílias	Ampliar a arborização no entorno dos equipamentos públicos comunitários garantindo espaços não impermeabilizados	100% dos equipamentos públicos comunitários com entorno arborizado	% de equipamentos comunitários com entorno arborizado	Médio	R\$ 22.150,00	11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis; 15 - Vida Terrestre
		Identificar e mapear terrenos ociosos para implantação de áreas verdes acessíveis para as crianças	Mapear 100% dos terrenos ociosos para planejamento de áreas verdes	% de terrenos ociosos mapeados	Médio	R\$ -	11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis; 15 - Vida Terrestre
		Incluir diretrizes para a primeira infância no Plano de Arborização Municipal	Incluir diretrizes específicas para a primeira infância no Plano Municipal de Arborização até sua conclusão	Existência de capítulo ou seção no Plano de Arborização com diretrizes voltadas à primeira infância	Médio	R\$ -	11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis; 15 - Vida Terrestre
	Promover ações de educação ambiental desde a primeira infância	Inserir conteúdos e práticas ambientais nos currículos dos equipamentos públicos de educação que atendam crianças de 0 a 6 anos	100% dos equipamentos públicos de educação que atendam crianças de 0 a 6 anos, com conteúdos e práticas ambientais em seus currículos	% de equipamentos públicos de educação que atendam crianças de 0 a 6 anos com práticas ambientais no currículo	Curto	R\$ -	4 - Educação de Qualidade; 13 - Ação Contra a Mudança Global do Clima;
		Inserir conteúdos e práticas de combate aos maus tratos dos animais no currículo pedagógico dos equipamentos públicos de	100% dos equipamentos públicos de educação que atendam crianças de 0 a 6 anos, com conteúdos e práticas de	% de equipamentos públicos de educação que atendam crianças de 0 a 6 anos com práticas de combate aos	Curto	R\$ -	4 - Educação de Qualidade; 13 - Ação Contra a Mudança Global do Clima; 15 - Vida Terrestre



EIXO	DIRETRIZ	AÇÃO	META	INDICADOR	PRAZO (1 a 3 - curto 4 a 6 - médio 7 a 10 - longo)	CUSTO	ODS
		educação que atendam crianças de 0 a 6 anos	combate aos maus tratos dos animais	maus tratos dos animais			
		Promover arborização nas escolas	Arborizar 100% dos equipamentos públicos de educação que atendam crianças de 0 a 6 anos	% de equipamentos públicos de educação que atendam crianças de 0 a 6 anos arborizadas	Médio	R\$ 12.000,00	11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis
		Promover rodas de conversa, contação de histórias e peças de teatro sobre o meio ambiente nos equipamentos públicos de educação que atendam crianças de 0 a 6 anos, com o apoio da Secretaria da Educação	Realizar atividades culturais sobre meio ambiente em 100% dos equipamentos públicos de educação que atendam crianças de 0 a 6 anos	% de equipamentos públicos de educação que atendam crianças de 0 a 6 anos que realizaram atividades culturais sobre o meio ambiente	Curto	R\$ -	4 - Educação de Qualidade; 13 - Ação Contra a Mudança Global do Clima;
		Adquirir e utilizar materiais (jogos, vídeos, livros, entre outros recursos) voltados à educação ambiental integrados ao currículo pedagógico nos equipamentos públicos de educação que atendem crianças de 0 a 6 anos	Garantir que 100% dos equipamentos públicos de educação infantil (0 a 6 anos) utilizem materiais de educação ambiental integrados ao currículo	% de equipamentos públicos de educação infantil que utilizam materiais de educação ambiental integrados ao currículo	Curto	R\$ 300.000,00	4 - Educação de Qualidade; 13 - Ação Contra a Mudança Global do Clima;



EIXO	DIRETRIZ	AÇÃO	META	INDICADOR	PRAZO (1 a 3 - curto 4 a 6 - médio 7 a 10 - longo)	CUSTO	ODS
		Realizar eventos e campanhas sobre o meio ambiente	Organizar anualmente, eventos e campanhas na Semana Nacional da Educação Ambiental e demais datas simbólicas ao tema	Nº de eventos e campanhas realizadas por ano	Curto	R\$ -	4 - Educação de Qualidade; 13 - Ação Contra a Mudança Global do Clima;
	Integrar critérios de sustentabilidade e segurança ambiental no planejamento urbano e escolar	Incluir nos cursos de formação de professores o estudo sobre as questões relativas à sustentabilidade da sociedade e ao desenvolvimento de práticas de educação de crianças de até seis anos sobre essa temática	Capacitar 100% dos professores da rede pública municipal de educação infantil em cursos de formação com conteúdos relativos à sustentabilidade da sociedade e ao desenvolvimento de práticas de educação de crianças de até seis anos sobre essa temática	% de professores da rede pública municipal da educação infantil que concluíram os cursos de formação	Curto	R\$ -	4 - Educação de Qualidade; 13 - Ação Contra a Mudança Global do Clima;
	Incentivar o contato direto das crianças com a natureza, por meio de espaços educativos ao ar livre	Criar pátios naturalizados nos equipamentos de educação infantil, acessíveis para a primeira infância, integrando critérios de valorização ambiental nos projetos de construção e ampliação	100% dos CMEIS e escolas de educação infantil com pátios naturalizados	% dos equipamentos de educação infantil com pátios naturalizados	Médio	R\$ 8.500,00	11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis



PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA DE ITAPERUÇU

EIXO	DIRETRIZ	AÇÃO	META	INDICADOR	PRAZO (1 a 3 - curto 4 a 6 - médio 7 a 10 - longo)	CUSTO	ODS
		Promover visitas pedagógicas a parques, jardins botânicos, centros de educação ambiental e outros espaços que promovam o contato direto com a natureza de forma segura e acessível, prevendo essas atividades no planejamento anual das instituições	100% dos equipamentos públicos de educação que atendam crianças de 0 a 6 anos incluïrem no planejamento anual a realização de visitas pedagógicas a áreas verdes e de conservação	% de equipamentos públicos de educação infantil com visitas pedagógicas previstas no planejamento anual	Curto	R\$ -	4 - Educação de Qualidade; 13 - Ação Contra a Mudança Global do Clima;
		Implementar atividades ambientais práticas nos equipamentos de educação infantil, como hortas pedagógicas, compostagem e coleta seletiva, incluindo a aquisição de parques infantis que promovam a integração das crianças com o meio ambiente	Implementar práticas ambientais (como o plantio de sementes, criação de horta pedagógica, coleta seletiva e compostagem) e adquirir parques infantis voltados à interação com a natureza em 100% dos equipamentos públicos de educação infantil nas escolas	% de equipamentos de educação infantil com práticas ambientais e parques infantis voltados à integração com o meio ambiente implementados	Curto	R\$ 12.000,00	4 - Educação de Qualidade; 13 - Ação Contra a Mudança Global do Clima;
	Implementar medidas preventivas em áreas de risco ambiental que possam afetar a	Reduzir áreas de risco ambiental próximas a CMEIs, escolas e demais equipamentos e espaços	Reduzir 100% das áreas de risco ambiental próximas a equipamentos públicos e	% de áreas de risco ambiental identificadas que receberam ações de mitigação	Curto	R\$ -	11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis



PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA DE ITAPERUÇU

EIXO	DIRETRIZ	AÇÃO	META	INDICADOR	PRAZO (1 a 3 - curto 4 a 6 - médio 7 a 10 - longo)	CUSTO	ODS
	saúde infantil	públicos	espaços comunitários frequentados por crianças				
	Promover ambientes urbanos seguros, acessíveis e estimulantes para crianças pequenas e suas famílias	Implementar Projeto Urbanismo Afetivo: promovendo oficinas comunitárias com famílias e crianças para pensar melhorias no espaço urbano a partir da perspectiva da primeira infância, inclusive contando com a parceria das Associações de Pais, Mestres e Funcionários (APMF)	Implementar o Projeto Urbanismo Afetivo e realizar ao menos uma oficina comunitária ao ano com participação de crianças e famílias no processo de elaboração de planos, programas e projetos do município	Projeto Urbanismo Afetivo implementado; Número de oficinas comunitárias realizadas	Curto	R\$ -	11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis
SAÚDE	Ampliar e qualificar a oferta de serviços de saúde para a Primeira Infância	Expandir e qualificar as equipes de Saúde da Família (ESF), com especial atenção para a recomposição do quadro de Agentes Comunitários de Saúde, especialmente nas áreas rurais	Incrementar em 20% as Equipes de Saúde da Família (ESF) e realizar a capacitação semestral destas equipes	% de incremento da ESF em relação à atual (2025); número de capacitações realizadas /ano	Curto	R\$ 210.000,00	3 - Saúde e Bem-Estar



EIXO	DIRETRIZ	AÇÃO	META	INDICADOR	PRAZO (1 a 3 - curto 4 a 6 - médio 7 a 10 - longo)	CUSTO	ODS
		Fortalecer e ampliar a atenção odontológica especializada para crianças, com implantação de um Centro de Especialidades Odontológicas	Implementar o Centro de Especialidades Odontológicas no prazo estipulado e respectiva operacionalização	Centro de Especialidades Odontológicas implementado	Longo	R\$ 1.506.000,00	3 - Saúde e Bem-Estar
		Elaborar e executar campanha de promoção da higiene bucal em parceria com a Secretaria de Educação, incluindo ações educativas nas escolas e distribuição de kits de higiene bucal no início do ano letivo e no retorno das férias do meio do ano	Realizar anualmente a campanha de higiene bucal nas unidades de educação infantil, com distribuição de kits de higiene bucal em dois períodos do ano (início do ano letivo e retorno das férias de julho), alcançando 100% das crianças matriculadas	Nº de campanhas de higiene bucal realizadas por ano	Curto	R\$ 54.000,00	3 - Saúde e Bem-Estar
		Ampliar a oferta de serviços de saúde mental voltados à infância, estruturando o atendimento psicossocial especializado, inclusive com a alocação de profissional de psicologia conforme a demanda do município	Implementar atendimento psicossocial especializado, inclusive com profissional de psicologia, em número compatível com a demanda diagnosticada no município	% de cobertura da demanda de atendimento psicossocial infantil	Curto	R\$ 252.000,00	3 - Saúde e Bem-Estar



EIXO	DIRETRIZ	AÇÃO	META	INDICADOR	PRAZO (1 a 3 - curto 4 a 6 - médio 7 a 10 - longo)	CUSTO	ODS
		Ampliar o número de pediatras nos equipamentos de saúde do município, com foco especial na primeira infância, com vistas a ter acesso mais rápido e de qualidade nas consultas	Realizar a contratação de pediatras para atendimento nos equipamentos de saúde do município, conforme demanda, nos próximos 3 anos	Nº de profissionais (pediatras) contratados no período de 3 anos	Curto	R\$ 1.080.000,00	3 - Saúde e Bem-Estar
		Fortalecer a rede de atenção às gestantes, com foco no planejamento familiar, prevenção da gravidez na adolescência e no acompanhamento integral e humanizado do pré-natal	Fortalecer em 100% as atividades da rede de atenção às gestantes	Nº de atendimentos e/ou ações da rede de atenção às gestantes realizadas/ano	Médio	R\$ -	3 - Saúde e Bem-Estar
	Garantir a integralidade e a continuidade do cuidado à criança, desde o pré-natal até a primeira infância	Promover a realização sistemática dos exames de triagem neonatais (pezinho, olhinho, orelhinha, coraçãozinho) e ampliar o acompanhamento das crianças com deficiência ou risco de atraso no desenvolvimento	Realizar os exames de triagem neonatais em todas as crianças; realizar o acompanhamento em todas as crianças com deficiência ou risco de atraso no desenvolvimento	Nº de exames de triagem neonatais realizados em relação ao total de crianças nascidas/ano; % de crianças com deficiência ou risco de atraso de desenvolvimento acompanhadas em relação ao total cadastrado no Sistema de Saúde Municipal/ano	Curto	R\$ 96.000,00	3 - Saúde e Bem-Estar



EIXO	DIRETRIZ	AÇÃO	META	INDICADOR	PRAZO (1 a 3 - curto 4 a 6 - médio 7 a 10 - longo)	CUSTO	ODS
		Implementar estratégias ativas para aumentar o acompanhamento regular das crianças por meio da caderneta de saúde	Realizar o acompanhamento de todas as crianças cadastradas no Sistema Municipal de Saúde através da Caderneta de Saúde	Nº de crianças cadastradas no Sistema Municipal de Saúde com acompanhamento pela Caderneta de Saúde	Curto	R\$ -	3 - Saúde e Bem-Estar
		Manter e aprimorar o serviço de reabilitação oferecido pelo CER II, com foco na ampliação do acesso e da qualidade do atendimento	Aprimorar o serviço de reabilitação oferecido pelo CER II no prazo estipulado	Nº de serviços de reabilitação oferecido pelo CER II realizado/ano	Médio	R\$ -	3 - Saúde e Bem-Estar
		Implementar fluxos municipais ágeis para diagnóstico, encaminhamento e acompanhamento contínuo de crianças com deficiências físicas, mentais e sensoriais, assegurando o acesso integral à reabilitação e aos cuidados especializados	Implementar integralmente fluxos municipais ágeis para diagnóstico, encaminhamento e acompanhamento contínuo de crianças com deficiências físicas, mentais e sensoriais	Número de crianças com deficiência acompanhadas por serviços especializados por meio de fluxos formalizados	Longo	R\$ -	3 - Saúde e Bem-Estar; 17 - Parcerias e Meios de Implementação



EIXO	DIRETRIZ	AÇÃO	META	INDICADOR	PRAZO (1 a 3 - curto 4 a 6 - médio 7 a 10 - longo)	CUSTO	ODS
	Promover ações de prevenção e promoção da saúde na primeira infância	Continuar e fortalecer anualmente a campanha "Dia D da Vacinação" voltada para a Primeira Infância, assegurando ampla cobertura vacinal e mobilização comunitária	Promover ao menos 2 campanhas "Dia D da Vacinação" anualmente	Nº de campanhas realizadas /ano	Curto	R\$ -	3 - Saúde e Bem-Estar
		Realizar campanhas periódicas sobre temas como vacinação, alimentação saudável, prevenção da obesidade e promoção da saúde bucal, contando com o apoio da Secretaria de Educação	Realizar ao menos 2 campanhas semestrais nos diversos temas (vacinação, alimentação saudável, prevenção da obesidade e promoção da saúde bucal)	Nº de campanhas realizadas /ano nos diversos temas	Médio	R\$ 30.000,00	3 - Saúde e Bem-Estar
		Manter e ampliar as campanhas educativas nas escolas e comunidades, fortalecendo o vínculo entre os serviços de saúde e a população	Realizar ao menos 2 campanhas educativas nas escolas e comunidades anualmente	Nº de campanhas realizadas /ano	Curto	R\$ 48.000,00	3 - Saúde e Bem-Estar
		Promover ações educativas e de apoio ao acompanhamento pré-natal, voltadas à saúde integral da gestante e do bebê	Realizar ao menos 4 ações por ano voltadas à orientação e qualificação do acompanhamento pré-natal no município	Nº de ações realizadas/ano	Curto	R\$ 36.000,00	3 - Saúde e Bem-Estar



EIXO	DIRETRIZ	AÇÃO	META	INDICADOR	PRAZO (1 a 3 - curto 4 a 6 - médio 7 a 10 - longo)	CUSTO	ODS
		Promover ações para incentivar o aleitamento materno e os cuidados pós-natal	Realizar ao menos 8 ações por ano para incentivar o aleitamento materno e os cuidados pós-natal	Nº de ações realizadas/ano	Curto	R\$ -	3 - Saúde e Bem-Estar
	Reduzir desigualdades territoriais e sociais no acesso aos serviços de saúde infantil	Priorizar ações específicas para as áreas rurais e periféricas, superando barreiras físicas, sociais e culturais no acesso à saúde	Ampliar em 30% ações específicas para as áreas rurais e periféricas	Nº de ações específicas para as áreas rurais e periféricas realizadas/ano em relação ao total	Médio	R\$ -	3 - Saúde e Bem-Estar; 10 - Redução das Desigualdades
		Manter e qualificar a oferta de transporte para saúde em todas as regiões do município, garantindo atendimento contínuo e adequado à demanda	Assegurar a continuidade do transporte para saúde em 100% das regiões atendidas, com avaliação periódica da qualidade e da adequação ao volume de demanda	% de regiões com transporte para saúde mantido regularmente	Médio	R\$ 370.000,00	3 - Saúde e Bem-Estar
		Realizar ações integradas de promoção da saúde e prevenção voltadas às famílias mais vulneráveis, com foco em acompanhamento nutricional, aplicação de flúor e orientação sobre a caderneta da criança	Realizar ao menos 3 ações por ano com oferta de acompanhamento nutricional, aplicação de flúor e orientação sobre a caderneta da criança para famílias em situação de vulnerabilidade	Nº de ações realizadas por ano com oferta de acompanhamento nutricional, flúor e orientação de caderneta da criança	Médio	R\$ -	3 - Saúde e Bem-Estar; 17 - Parcerias e Meios de Implementação



PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA DE ITAPERUÇU

EIXO	DIRETRIZ	AÇÃO	META	INDICADOR	PRAZO (1 a 3 - curto 4 a 6 - médio 7 a 10 - longo)	CUSTO	ODS
	Fortalecer a gestão da saúde com foco na qualidade, monitoramento e articulação intersetorial	Aprimorar os sistemas de informação e monitoramento de indicadores de saúde da primeira infância, como morbimortalidade, cobertura vacinal e desenvolvimento infantil	Realizar aprimoramento dos sistemas de informação e monitoramento de indicadores de saúde da primeira infância conforme demanda diagnosticada	Nº de ações realizadas para aprimoramento do sistema de informação e monitoramento de indicadores de saúde na primeira infância /ano em relação à demanda diagnosticada	Médio	R\$ -	3 - Saúde e Bem-Estar
		Ampliar parcerias intersetoriais, especialmente com educação e assistência social, para ações integradas na proteção e promoção da saúde das crianças	Realizar ao menos uma parceria intersetorial anualmente	Nº de parcerias intersetoriais realizadas/ano	Médio	R\$ -	3 - Saúde e Bem-Estar; 17 - Parcerias e Meios de Implementação
	Garantir a atenção integral e contínua à saúde da criança desde a gestação, promovendo cuidados qualificados no pré-natal, na nutrição e no desenvolvimento infantil	Implementar Projeto Mãe Saudável, Bebê Protegido: Acompanhamento pré-natal ampliado com apoio psicossocial	Realizar a implementação do Projeto Mãe Saudável, Bebê Protegido conforme prazo estipulado e projeto elaborado	% do Projeto Mãe Saudável, Bebê Protegido implementado	Médio	R\$ 120.000,00	3 - Saúde e Bem-Estar
		Implementar Projeto Crescer com Saúde: Ampliação do calendário de vacinação e triagens neonatais (visão, audição, etc.)	Realizar a implementação do Projeto Crescer com Saúde: Ampliação do Calendário de vacinação	% do Projeto Crescer com Saúde: Ampliação do Calendário de vacinação e triagens neonatais	Curto	R\$ 456.000,00	3 - Saúde e Bem-Estar



EIXO	DIRETRIZ	AÇÃO	META	INDICADOR	PRAZO (1 a 3 - curto 4 a 6 - médio 7 a 10 - longo)	CUSTO	ODS
			e triagens neonatais conforme prazo estipulado e projeto elaborado	implementado			
	Fortalecer a gestão da saúde com foco na qualidade, monitoramento e articulação intersetorial	Implementar Projeto Alimentação do Futuro: Promoção de segurança alimentar e nutricional com foco na primeira infância (inclui distribuição de kits e ações nas escolas)	Realizar a implementação do Projeto Alimentação do Futuro: Promoção de segurança alimentar e nutricional com foco na primeira infância conforme prazo estipulado e projeto elaborado	% do Projeto Alimentação do Futuro: Promoção de segurança alimentar e nutricional com foco na primeira infância implementado	Médio	R\$ 65.000,00	3 - Saúde e Bem-Estar
EDUCAÇÃO INFANTIL	Ampliar o acesso e garantir a universalização da Educação Infantil com qualidade e equidade	Ampliar a oferta de vagas em creches e pré-escolas, com prioridade para a faixa etária de 0 a 3 anos, em consonância com as metas do PNE e de acordo a demanda	Ampliar a oferta de vagas em creches em cumprimento às metas do PNE e conforme demanda diagnosticada	% de incremento de vagas ofertadas em creches e pré-escolas em relação à demanda diagnosticada	Curto	R\$ -	4 - Educação de Qualidade
		Garantir transporte escolar acessível para crianças de 4 a 6 anos matriculadas na educação infantil, com atenção às necessidades de	Realizar o transporte escolar especializado para todas as crianças de 4 a 6 anos conforme demanda	% de áreas atendidas que demandam por transporte escolar especializado em relação ao total	Médio	R\$ 300.000,00	4 - Educação de Qualidade



EIXO	DIRETRIZ	AÇÃO	META	INDICADOR	PRAZO (1 a 3 - curto 4 a 6 - médio 7 a 10 - longo)	CUSTO	ODS
		crianças com deficiência e priorização do atendimento às famílias residentes em áreas mais afastadas					
		Elaborar estudo de viabilidade para a garantia do transporte escolar de crianças de 0 a 3 anos, considerando diferentes alternativas de implementação, como oferta direta pelo município, subsídios às famílias ou parcerias institucionais	Concluir estudo técnico de viabilidade com propostas para garantir o transporte de crianças de 0 a 3 anos, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade ou residentes em áreas afastadas, em até 6 anos	% de crianças de 0 a 3 anos matriculadas nos CMEIs do município atendidas com transporte escolar ou subsídio	Médio	R\$ -	4 - Educação de Qualidade
		Ampliar e assegurar a continuidade da oferta de atendimento em tempo integral para crianças de 3 a 6 anos, com prioridade para aquelas em situação de maior vulnerabilidade social e inseridas na rede de proteção	Realizar a oferta de atendimento integral para crianças de 3 a 6 anos conforme demanda diagnosticada	Nº de vagas ofertadas para atendimento integral à crianças de 3 a 6 anos em relação à demanda/ano	Médio	R\$ 3.400.000,00	4 - Educação de Qualidade



**PLANO MUNICIPAL PELA
PRIMEIRA INFÂNCIA
DE ITAPERUÇU**

EIXO	DIRETRIZ	AÇÃO	META	INDICADOR	PRAZO (1 a 3 - curto 4 a 6 - médio 7 a 10 - longo)	CUSTO	ODS
		Fortalecer e dar continuidade aos programas já existentes, como “Educação para o Futuro – Mídias Digitais”, incentivando o uso pedagógico das tecnologias, e ações como “Desafiando a Mente” e “Valores e Virtudes”	Promover a continuidade aos programas existentes e fortalecimento em todos eles	Nº de ações previstas nos programas existentes realizados/ano	Curto	R\$ 500.000,00	4 - Educação de Qualidade
		Implantar brinquedotecas, bibliotecas e áreas verdes nos equipamentos de educação infantil	Dotar todas as escolas de educação infantil com brinquedotecas, bibliotecas e áreas verdes	% de escolas com brinquedotecas, bibliotecas e áreas verdes em relação ao total de escolas de educação infantil	Médio	R\$ 560.000,00	4 - Educação de Qualidade



EIXO	DIRETRIZ	AÇÃO	META	INDICADOR	PRAZO (1 a 3 - curto 4 a 6 - médio 7 a 10 - longo)	CUSTO	ODS
		Manter e ampliar o programa "Mais Merenda", visando a oferta de alimentação de qualidade nas escolas de educação infantil	Manter o fornecimento diário de alimentação balanceada em 100% dos equipamentos de educação para a primeira infância e ampliar cardápios específicos para a faixa etária das crianças através do Programa "Mais Merenda"	% de unidades com cardápios específicos e fornecimento regular de merenda, beneficiadas pelo Programa "Mais Merenda"	Curto	R\$ 3.520.000,00	4 - Educação de Qualidade
	Fortalecer a inclusão educacional, garantindo atendimento adequado a crianças com deficiência e necessidades educacionais especiais	Ampliar a oferta de espaços e mobiliários acessíveis, além de recursos pedagógicos inclusivos, como salas de recursos multifuncionais e tecnologias assistivas, inclusive nas escolas rurais	Dotar todas as escolas, urbanas e rurais, com espaços e mobiliários acessíveis, além de recursos pedagógicos inclusivos	% de escolas com espaços e mobiliários acessíveis, além de recursos pedagógicos inclusivos em relação ao total de escolas	Curto	R\$ 1.680.000,00	4 - Educação de Qualidade
		Expandir o atendimento especializado para crianças com deficiência nas áreas urbanas e rurais, superando as desigualdades territoriais	Promover atendimento especializado para crianças com deficiência conforme demanda diagnosticada	% de crianças com deficiência atendida nas escolas	Curto	R\$ 384.000,00	4 - Educação de Qualidade; 10 - Redução das Desigualdades



PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA DE ITAPERUÇU

EIXO	DIRETRIZ	AÇÃO	META	INDICADOR	PRAZO (1 a 3 - curto 4 a 6 - médio 7 a 10 - longo)	CUSTO	ODS
		Dar continuidade e ampliar programas como o “Plano de Atendimento Individualizado” e “Autismo e a Educação Especial”, com foco na formação continuada de educadores	Realizar a continuidade de todos os programas existentes e respectivo fortalecimento no prazo estipulado	Nº de ações realizadas em cada programa implementado/ano	Curto	R\$ 525.000,00	4 - Educação de Qualidade; 10 - Redução das Desigualdades
		Promover a formação continuada para professores e demais profissionais da Educação Infantil, com foco em metodologias ativas, desenvolvimento socioemocional e práticas pedagógicas inclusivas	Realizar ao menos uma formação continuada por semestre, para professores e demais funcionários da educação infantil, em metodologias ativas, desenvolvimento socioemocional e práticas pedagógicas inclusivas.	Nº de formações promovidas / ano	Curto	R\$ 150.000,00	4 - Educação de Qualidade
		Ampliar e qualificar a formação de professores sobre a atenção à diversidade, abordando temáticas como educação para as relações étnico-raciais, educação ambiental e direitos humanos	Capacitar 100% dos professores da rede pública municipal de educação infantil sobre a atenção à diversidade, abordando temáticas como educação para as relações étnico-raciais, educação ambiental e	% de professores da rede pública municipal da educação infantil que concluíram os cursos de formação	Curto	R\$ 90.000,00	4 - Educação de Qualidade



**PLANO MUNICIPAL PELA
PRIMEIRA INFÂNCIA
DE ITAPERUÇU**

EIXO	DIRETRIZ	AÇÃO	META	INDICADOR	PRAZO (1 a 3 - curto 4 a 6 - médio 7 a 10 - longo)	CUSTO	ODS
			direitos humanos.				
		Promover a atualização constante dos materiais pedagógicos e das práticas educativas, alinhando-os às diretrizes nacionais para a educação infantil e às especificidades locais	Atualizar anualmente os materiais pedagógicos utilizados na educação infantil, conforme avaliação técnica	Nº de atualizações realizadas com base em avaliação diagnóstica e diretrizes nacionais/ano	Curto	R\$ -	4 - Educação de Qualidade
		Elaborar e implementar projeto de adequação física das unidades escolares para garantir acessibilidade, conforto térmico e segurança	Adequar 100% dos equipamentos públicos de educação para a primeira garantindo condições adequadas de conforto térmico e segurança	% de equipamentos de educação para a primeira infância adequados quanto à acessibilidade, conforto térmico e segurança	Curto	R\$ 1.170.000,00	4 - Educação de Qualidade
	Incentivar a participação da família e da comunidade na vida escolar e no fortalecimento dos vínculos comunitários	Ampliar o número de instituições com conselhos escolares que contem com a participação efetiva de pais ou responsáveis	Dotar 100% dos equipamentos de educação infantil com conselhos escolares contendo a participação efetiva de pais ou responsáveis	% dos equipamentos de educação infantil com conselhos escolares com a participação efetiva de pais ou responsáveis	Curto	R\$ -	4 - Educação de Qualidade



EIXO	DIRETRIZ	AÇÃO	META	INDICADOR	PRAZO (1 a 3 - curto 4 a 6 - médio 7 a 10 - longo)	CUSTO	ODS
	Aprimorar a gestão e o planejamento educacional com base em diagnóstico, monitoramento e participação social	Realizar ações formativas e de mobilização comunitária sobre a importância da participação familiar na educação infantil	Realizar ao menos 2 ações formativas e de mobilização por semestre em cada equipamento público de educação infantil	Nº de ações formativas e de mobilização realizadas/ano	Curto	R\$ -	4 - Educação de Qualidade
		Fortalecer o papel dos conselhos municipais (Educação, Alimentação Escolar e FUNDEB) na formulação, fiscalização e avaliação das políticas públicas de educação	Conselhos municipais (Educação, Alimentação Escolar e FUNDEB) fortalecidos	Nº de conselhos municipais (Educação, Alimentação Escolar e FUNDEB) existentes fortalecidos	Curto	R\$ -	4 - Educação de Qualidade
		Realizar diagnóstico permanente da demanda e da qualidade do atendimento, especialmente monitorando os índices de matrícula nas diferentes faixas etárias	Realizar diagnóstico da demanda e qualidade do atendimento, e atualização de dados anualmente, sobre a rede educacional para a primeira infância	Periodicidade e abrangência dos diagnósticos realizados/ano	Curto	R\$ -	4 - Educação de Qualidade
		Garantir a continuidade das capacitações para os gestores escolares sobre planejamento estratégico, gestão democrática e foco na Primeira Infância	Realizar ao menos 2 capacitações por semestre em cada unidade escolar	Nº de capacitações realizadas / ano em cada unidade escolar	Curto	R\$ -	4 - Educação de Qualidade



EIXO	DIRETRIZ	AÇÃO	META	INDICADOR	PRAZO (1 a 3 - curto 4 a 6 - médio 7 a 10 - longo)	CUSTO	ODS
	Garantir a qualificação, ampliação e adequação da infraestrutura das unidades de educação infantil, que promovam ambientes seguros, acessíveis, inclusivos e estimulantes ao desenvolvimento integral das crianças na primeira infância	Realizar diagnóstico técnico das condições físicas das unidades de educação infantil, identificando urgências de manutenção e reforma	100% dos equipamentos públicos de educação para a primeira infância diagnosticados	% dos equipamentos de educação da primeira infância diagnosticados	Curto	R\$ -	4 - Educação de Qualidade
		Aprimorar e garantir a efetividade da execução de obras de manutenção, adequação e reforma nas edificações de educação infantil, com foco no desenvolvimento pleno da primeira infância	Manter e qualificar a realização regular de obras de manutenção e reforma em 100% dos equipamentos de educação infantil, conforme diagnóstico das necessidades	% de equipamentos de educação infantil que recebem manutenção e reforma anual, conforme necessidade	Curto	R\$ 3.240.000,00	4 - Educação de Qualidade
		Construir novas áreas cobertas destinadas à recreação, garantindo espaços seguros e adequados ao lazer em dias de chuva ou sol intenso	Construir ou reformar áreas cobertas de recreação em 100% dos equipamentos públicos de educação infantil diagnosticados	% de equipamentos públicos de educação infantil com áreas cobertas de recreação	Médio	R\$ 1.200.000,00	4 - Educação de Qualidade



**PLANO MUNICIPAL PELA
PRIMEIRA INFÂNCIA
DE ITAPERUÇU**

EIXO	DIRETRIZ	AÇÃO	META	INDICADOR	PRAZO (1 a 3 - curto 4 a 6 - médio 7 a 10 - longo)	CUSTO	ODS
		Instalar equipamentos de proteção nos CMEIs, voltados à segurança na primeira infância	Ter 100% dos CMEIs com equipamentos de proteção voltados à segurança das crianças	% de CMEIs com equipamentos de proteção voltados à segurança das crianças	Curto	R\$ 600.000,00	4 - Educação de Qualidade
		Reformar e adaptar os banheiros existentes, conforme demanda, garantindo o funcionamento adequado e a construção de instalações sanitárias acessíveis e apropriadas à faixa etária das crianças	Reformar 100% dos banheiros dos equipamentos públicos de educação infantil, conforme demanda, garantindo acessibilidade para a primeira infância	% de banheiros reformados nos equipamentos públicos de educação infantil	Curto	R\$ 200.000,00	4 - Educação de Qualidade
	Fortalecer a qualidade pedagógica por meio da formação continuada dos profissionais da Educação Infantil	Planejar a ampliação do quadro de profissionais especializados na rede de educação infantil, considerando a demanda diagnosticada	Definir prioridades e implementar a ampliação do quadro de profissionais especializados em etapas, com base em diagnóstico de demanda e estudo de impacto orçamentário	Nº de profissionais especializados contratados anualmente, conforme a viabilidade orçamentária e demanda diagnosticada	Médio	R\$ 880.000,00	4 - Educação de Qualidade



EIXO	DIRETRIZ	AÇÃO	META	INDICADOR	PRAZO (1 a 3 - curto 4 a 6 - médio 7 a 10 - longo)	CUSTO	ODS
	Promover a acessibilidade em seus diversos aspectos para a primeira infância nos espaços e equipamentos comunitários/públicos	Pintar as calçadas do entorno das Escolas Municipais e Centros Municipais de Educação Infantil com circuito funcional para a primeira infância	Pintar as calçadas no entorno de 100% dos equipamentos públicos de educação para a primeira infância	% de equipamentos públicos de educação que tiveram as calçadas do entorno pintadas com circuito funcional para a primeira infância	Médio	R\$ 35.000,00	11 - Cidades e comunidades sustentáveis; 4 - Educação de Qualidade
		Adequar o acesso principal dos equipamentos públicos de educação e suas edificações e mobiliários, para garantir a acessibilidade universal	Adaptar 100% dos equipamentos públicos de educação de acordo com as normas de acessibilidade universal	% de equipamentos públicos de educação acessíveis	Curto	R\$ 320.000,00	11 - Cidades e comunidades sustentáveis; 4 - Educação de Qualidade
ASSISTÊNCIA SOCIAL	Qualificar e integrar a proteção social para crianças e famílias em situação de vulnerabilidade, prevenindo e enfrentando violações de direitos	Aprimorar o atendimento do Programa Criança Feliz, assegurando o atendimento contínuo e qualificado às crianças de até 3 anos e gestantes	Atender gestantes e crianças de 0 a 3 anos elegíveis segundo os critérios do Programa Criança Feliz no município	% gestantes e crianças de 0 a 3 anos do município atendidas pelo Programa Criança Feliz	Médio	R\$ 1.444.200,00	3 - Saúde e Bem-Estar 10 - Redução das Desigualdades
		Fortalecer o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), especialmente com foco na Primeira Infância e suas famílias, promovendo espaços de fortalecimento de vínculos familiares e	Implantar ao menos 1 novo grupo de SCFV voltado à Primeira Infância	Novo grupo implementado	Médio	R\$ 184.080,00	3 - Saúde e Bem-Estar 10 - Redução das Desigualdades



PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA DE ITAPERIÇU

EIXO	DIRETRIZ	AÇÃO	META	INDICADOR	PRAZO (1 a 3 - curto 4 a 6 - médio 7 a 10 - longo)	CUSTO	ODS
		comunitários					
		Ampliar ações preventivas e educativas de combate às violências contra crianças, mulheres e demais grupos vulneráveis, com foco especial na Primeira Infância	Realizar campanhas preventivas e educacionais anuais de combate às violências contra crianças, mulheres e demais grupos vulneráveis	Nº de campanhas realizadas	Curto	R\$ 60.000,00	10 - Redução das Desigualdades 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes
		Estabelecer fluxos integrados entre CREAS, CRAS, Conselho Tutelar, Ministério Público, Secretarias de Saúde e Educação e Poder Judiciário para otimizar encaminhamentos e proteger crianças em situação de risco	Implantar protocolo intersetorial integrado, reduzindo o tempo de encaminhamento em ao menos 30%	Protocolo implementado	Curto	R\$ -	16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes



PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA DE ITAPERUÇU

EIXO	DIRETRIZ	AÇÃO	META	INDICADOR	PRAZO (1 a 3 - curto 4 a 6 - médio 7 a 10 - longo)	CUSTO	ODS
		Incluir o auxílio natalidade na legislação municipal, garantindo apoio adicional às famílias em situação de vulnerabilidade	Revisar e aprovar legislação municipal garantindo a concessão do auxílio natalidade às famílias em situação de vulnerabilidade	Legislação municipal revisada e aprovada	Curto	R\$ -	10 - Redução das desigualdades
	Aprimorar a gestão e a infraestrutura dos serviços socioassistenciais	Consolidar e qualificar o uso do Sistema IDS Social para integrar as informações e otimizar a gestão dos atendimentos	Integrar 100% dos cadastros ao IDS Social	% de cadastros integrados	Curto	R\$ -	16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes
		Reforçar as equipes técnicas da Secretaria de Assistência Social, com capacitações permanentes e adequadas à realidade do atendimento à Primeira Infância	Realizar ao menos 1 capacitação anual	Nº de capacitações realizadas	Curto	R\$ 38.750,00	16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes
	Fortalecer a articulação intersetorial para a promoção da proteção social integral da Primeira	Consolidar parcerias com as áreas da educação e saúde para ações integradas de prevenção e promoção de direitos na Primeira Infância	Implementar ações integradas entre saúde e educação, atendendo as crianças com ações de prevenção e promoção de direitos	Nº de ações integradas/ano	Curto	R\$ -	17 - Parcerias e meios de implementação



EIXO	DIRETRIZ	AÇÃO	META	INDICADOR	PRAZO (1 a 3 - curto 4 a 6 - médio 7 a 10 - longo)	CUSTO	ODS
	Infância	Fortalecer a atuação dos conselhos municipais relacionados à criança, como o CMDCA e o CMAS, promovendo a participação social no planejamento e avaliação das políticas	Realizar 1 reunião mensal	Nº de reuniões realizadas	Curto	R\$ -	17 - Parcerias e meios de implementação
		Assegurar a continuidade e o fortalecimento de projetos voltados à atenção à primeira infância, como o programa 'Florescer', garantindo recursos, equipe técnica qualificada e articulação intersetorial	Garantir a continuidade de projetos voltados à atenção à primeira infância, especialmente o Projeto Florescer, realizando ao menos 1 campanha ao semestre	Nº de campanhas realizadas por ano	Curto	R\$ -	3 - Saúde e Bem-Estar 10 - Redução das Desigualdades
	Promover o monitoramento e a produção de informações sobre as situações de vulnerabilidade e violação de direitos	Produzir relatórios periódicos que qualifiquem o diagnóstico, o planejamento e a avaliação das ações a partir da coleta e análise sistemática de dados sobre crianças de 0 a 6 anos acompanhadas nos serviços de proteção social	Emitir relatórios semestrais	Frequência de emissão dos relatórios	Curto	R\$ -	16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes



PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA DE ITAPERUÇU

EIXO	DIRETRIZ	AÇÃO	META	INDICADOR	PRAZO (1 a 3 - curto 4 a 6 - médio 7 a 10 - longo)	CUSTO	ODS
		Estabelecer indicadores específicos de acompanhamento das ações de proteção social na Primeira Infância, garantindo a transparência, a eficiência e o aprimoramento contínuo das políticas públicas	Definir e validar ao menos 10 indicadores	Nº de indicadores definidos	Curto	R\$ -	16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes
CULTURA, ESPORTE E LAZER	Ampliar o acesso e qualificar os espaços públicos de cultura, esporte e lazer para a Primeira Infância	Requalificar e manter de forma permanente as praças públicas, parques infantis e espaços esportivos e culturais, no âmbito do Projeto Urbanismo Afetivo, assegurando segurança, acessibilidade e adequação aos usos da Primeira Infância	Requalificar 100% das praças, parques e espaços esportivos e culturais existentes e instituir plano de manutenção semestral	% de praças/parques/espaços requalificados Nº de manutenções	Médio	R\$ 2.000.000,00	3 - Saúde e Bem-Estar 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis
		Criar parques ou praças com infraestrutura infantil em áreas prioritárias	Implantar no mínimo 5 parques ou praças com infraestrutura para a Primeira Infância	Nº de novos parques ou praças com infraestrutura para a primeira infância	Médio	R\$ 1.525.000,00	11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis
		Implantar bibliotecas para atender a primeira infância	Implantar 2 bibliotecas infantis	Nº de bibliotecas implantadas	Longo	R\$ 300.000,00	4 - Educação de Qualidade 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis



PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA DE ITAPERUÇU

EIXO	DIRETRIZ	AÇÃO	META	INDICADOR	PRAZO (1 a 3 - curto 4 a 6 - médio 7 a 10 - longo)	CUSTO	ODS
		Implementar programação cultural sistemática voltada à Primeira Infância (oficinas de artes, música, teatro, contação de histórias, aulas de dança, cinema)	Programação cultural implementada	Nº de oficinas realizadas Nº de crianças participantes	Curto	R\$ -	4 - Educação de Qualidade 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes
		Organizar eventos culturais, esportivos e recreativos públicos direcionados às crianças pequenas, valorizando a cultura local e o direito das crianças ao brincar, à participação cultural e ao desenvolvimento motor.	Organizar ao menos 2 eventos anuais	Nº de eventos realizados Nº de crianças participantes	Curto	R\$ 1.000.000,00	3 - Saúde e Bem-Estar 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes
		Adequar equipamentos comunitários (praças e parques) com espaços acessíveis e exclusivos para a Primeira Infância	Adaptar 100% dos parques e praças com áreas acessíveis e exclusivas para a Primeira Infância	% de equipamentos comunitários acessíveis	Médio	R\$ -	11 - Cidades e comunidades sustentáveis



EIXO	DIRETRIZ	AÇÃO	META	INDICADOR	PRAZO (1 a 3 - curto 4 a 6 - médio 7 a 10 - longo)	CUSTO	ODS
	Fortalecer as ações e programas de incentivo ao esporte e à recreação na Primeira Infância	Ampliar iniciativas esportivas voltadas à infância, fortalecendo experiências como a Taça das Favelas Paraná e articulando parcerias com programas estaduais e federais, como o Paraná Esportes	Criar/fortalecer ao menos 5 iniciativas esportivas infantis	Nº de iniciativas esportivas ativas Nº de crianças inscritas	Curto	R\$ -	3 - Saúde e Bem-Estar
		Fortalecer a oferta de atividades esportivas nas escolas e nos espaços públicos, integrando ações regulares de recreação e desenvolvimento motor para a Primeira Infância.	Implementar recreação diária em 100% das escolas públicas	% de escolas com recreação diária Nº de atividades/semana	Curto	R\$ -	3 - Saúde e Bem-Estar
	Fortalecer a gestão intersetorial das políticas de cultura, esporte e lazer	Estabelecer política intersetorial permanente entre cultura, esporte, lazer, educação e assistência social, garantindo ações integradas e articuladas para a Primeira Infância.	Aprovar e publicar decreto de política intersetorial	Decreto publicado Nº de ações intersetoriais implementadas/ano	Médio	R\$ -	17 - Parcerias e Meios de Implementação



EIXO	DIRETRIZ	AÇÃO	META	INDICADOR	PRAZO (1 a 3 - curto 4 a 6 - médio 7 a 10 - longo)	CUSTO	ODS
		Criar grupo de trabalho intersetorial para planejar e monitorar políticas de cultura, esporte e lazer para a Primeira Infância.	Instituir grupo de trabalho intersetorial, com plano de trabalho e relatórios semestrais	Grupo de trabalho instituído Nº de relatórios produzidos/ano	Médio	R\$ -	17 - Parcerias e Meios de Implementação
HABITAÇÃO	Garantir o direito à moradia digna	Incorporar estudos específicos com foco na população infantil a partir da elaboração de um Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS)	Disponibilização de dados atualizados referentes ao déficit habitacional da população infantil na elaboração do PLHIS	PLHIS publicado	Médio	R\$ -	11 - Cidades e comunidades sustentáveis
		Articular, junto à Secretaria Municipal de Habitação, a implementação programas de habitação social que contemplem a qualificação das moradias, assegurando que crianças possam crescer em ambientes salubres, seguros e acolhedores	Promoção de programas de habitação social que assegurem moradia digna às crianças	Nº de Programas Habitacionais implementados	Longo	R\$ -	11 - Cidades e comunidades sustentáveis



EIXO	DIRETRIZ	AÇÃO	META	INDICADOR	PRAZO (1 a 3 - curto 4 a 6 - médio 7 a 10 - longo)	CUSTO	ODS
		Articular, junto à Secretaria Municipal de Habitação, o estabelecimento de critérios de priorização nos programas habitacionais para famílias com crianças de 0 a 6 anos	Publicação de edital com novos critérios de priorização	Edital publicado	Curto	R\$ -	11 - Cidades e comunidades sustentáveis
		Articular, junto à Secretaria Municipal de Habitação, a integração das ações habitacionais com políticas de proteção social, ampliando o acesso das famílias a equipamentos públicos como creches, escolas, praças e unidades de saúde	Garantir que 100% dos novos projetos habitacionais localizem-se preferencialmente a menos de 1km de serviços essenciais	% de projetos habitacionais a ≤1 km de serviços essenciais	Curto	R\$ -	11 - Cidades e comunidades sustentáveis
	Fortalecer a gestão e a articulação intersetorial para o enfrentamento das vulnerabilidades habitacionais	Realizar campanhas comunitárias sobre práticas seguras de moradia e cuidado com o ambiente, estimulando comportamentos protetivos especialmente voltados à saúde e segurança das crianças	Realizar 2 campanhas comunitárias anuais	Nº de campanhas comunitárias realizadas	Médio	R\$ 60.000,00	11 - Cidades e comunidades sustentáveis



EIXO	DIRETRIZ	AÇÃO	META	INDICADOR	PRAZO (1 a 3 - curto 4 a 6 - médio 7 a 10 - longo)	CUSTO	ODS
		Estimular parcerias com organizações da sociedade civil, programas governamentais e o setor privado, com foco na mobilização de contrapartidas e investimentos sociais para potencializar ações de melhoria habitacional e de infraestrutura, com atenção especial às áreas onde vivem crianças em situação de maior vulnerabilidade.	Firmar ao menos 5 parcerias e executar ao menos 5 ações de melhoria habitacional e infraestrutura	Nº de parcerias firmadas Nº de ações realizadas	Longo	R\$ -	11 - Cidades e comunidades sustentáveis 17 - Parcerias e meios de implementação
	Promover a qualificação da infraestrutura urbana e o acesso universal aos serviços essenciais de saneamento	Viabilizar a expansão ao acesso à água potável por meio da ampliação da rede geral de abastecimento e da regulamentação do uso de poços em áreas do interior, visando reduzir a exposição a fontes contaminadas e garantir condições básicas para uma infância saudável em conjunto com as políticas de saneamento	Assegurar o acesso a água potável para 100% das famílias com crianças de 0 a 9 anos, por meio de ligação à rede de abastecimento ou de soluções alternativas regulamentadas, conforme a localização e viabilidade técnica	% de famílias com crianças de 0 a 9 anos com acesso seguro a água potável, via rede de abastecimento ou fonte regulamentada	Longo	R\$ 56.700,00	6 - Água potável e saneamento 11 - Cidades e comunidades sustentáveis



EIXO	DIRETRIZ	AÇÃO	META	INDICADOR	PRAZO (1 a 3 - curto 4 a 6 - médio 7 a 10 - longo)	CUSTO	ODS
		Expandir o acesso à rede geral de esgotamento sanitário, reduzindo as situações de exposição a fontes contaminadas e assegurando condições básicas para uma infância saudável	Elevar a cobertura de ligação à rede geral de esgoto para 100% das famílias com crianças de 0 a 9 anos	% de cobertura de ligação à rede geral de esgoto às famílias com crianças de 0 a 9 anos	Longo	R\$ 225.300,00	6 - Água potável e saneamento 11 - Cidades e comunidades sustentáveis
		Implementar programas de melhoria sanitária domiciliar em comunidades vulneráveis, garantindo que todas as famílias tenham acesso a instalações adequadas de higiene, indispensáveis para o cuidado infantil	Reduzir em 100% a quantidade de domicílios sem banheiro em comunidades vulneráveis, em especial os domicílios com crianças de 0 a 9 anos	% de domicílios sem banheiro	Médio	R\$ 426.100,00	11 - Cidades e comunidades sustentáveis
		Revisar o Plano Municipal de Saneamento Básico, incorporando diagnósticos atualizados, diretrizes intersetoriais e estratégias voltadas à garantia de condições adequadas de saúde e qualidade de vida para crianças e famílias	Garantir que a revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico conte com a participação social e alinhamento às políticas públicas voltadas à primeira infância	Existência de dispositivos no plano que contemplem ações prioritárias para crianças e áreas de maior vulnerabilidade	Médio	R\$ -	6 - Água potável e saneamento 11 - Cidades e comunidades sustentáveis



EIXO	DIRETRIZ	AÇÃO	META	INDICADOR	PRAZO (1 a 3 - curto 4 a 6 - médio 7 a 10 - longo)	CUSTO	ODS
INSTITUCIONAL	Promover a acessibilidade em seus diversos aspectos para a primeira infância nos espaços e equipamentos públicos	Elaborar documento unificado contendo as normas técnicas de acessibilidade e adequação para a primeira infância	Publicar o documento técnico municipal elaborado, com as diretrizes de acessibilidade universal voltadas à primeira infância para orientar obras e projetos públicos e adequação dos equipamentos públicos comunitários	Documento técnico elaborado e publicado	Curto	R\$ -	11 - Cidades e comunidades sustentáveis
	Assegurar a escuta e participação das crianças no desenvolvimento de planos urbanos	Instituir Comitê das Crianças	Incorporar a escuta da criança em um mínimo de 1/3 (um terço) dos planos e projetos desenvolvidos ao ano	Nº de relatórios comprovando a participação do Comitê das Crianças por planos e projetos ao ano	Curto	R\$ -	11 - Cidades e comunidades sustentáveis; 17 - Parcerias e Meios de Implementação

Fonte: Ecotécnica, 2025.

Obs.

 Ação contínua



9 FONTES DE RECURSOS

Para viabilizar a execução das ações previstas no Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) de Itaperuçu/PR, podem ser consideradas diversas fontes de recursos, como receitas próprias, fundos vinculados, repasses intergovernamentais e parcerias com o setor privado e a sociedade civil. A seguir, são detalhadas as alternativas de fontes disponíveis para Itaperuçu.

O Tesouro Municipal constitui como a base financeira do PMPI, englobando receitas de IPTU, ISSQN, ITBI, taxas, multas e as transferências constitucionais que cabem a Itaperuçu — FPM, quotas de ICMS, IPVA e IPI-Exportação. Para assegurar previsibilidade e transparência, parte desses recursos deve ser reservada para a Primeira Infância em todas as etapas do ciclo orçamentário: registrada no Plano Plurianual (PPA), detalhada na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e autorizada na Lei Orçamentária Anual (LOA). Esse aporte local pode cobrir despesas correntes e funcionar como contrapartida em convênios celebrados com outras esferas de governo ou parceiros privados.

Além do Tesouro, o município conta — ou pode instituir — fundos finalísticos, como o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Municipal de Assistência Social e, se criados, os fundos de Cultura, Esporte e Saúde. Cada um deles possui governança própria, ou seja, a liberação das verbas depende da aprovação de projetos pelos respectivos conselhos de políticas públicas, sempre acompanhados de plano de trabalho, cronograma e orçamento detalhado.

No plano estadual, o Governo do Paraná oferece programas como Transfere Paraná, ICMS Social, FIA Estadual, Paraná Esportes e editais da Secretaria de Cultura. Para acessá-los, a prefeitura deve inscrever projetos nos sistemas estaduais, cumprir requisitos técnicos e firmar convênios.

Em âmbito federal, os principais mecanismos são o SUAS (Piso Básico Variável e IGD-SUAS), o FNDE/MEC (ProInfância e Biblioteca da Escola), o FNS/Ministério da Saúde (PAB Variável), as Leis de Incentivo à Cultura e ao Esporte e a Lei Paulo Gustavo. A adesão ocorre via Plataforma +Brasil, mediante apresentação de plano de trabalho, metas, indicadores e, quando exigido, contrapartida municipal.

Para investimentos de maior porte, Itaperuçu pode recorrer a linhas de crédito de médio e longo prazo do BNDES (Pró-Infância e infraestrutura social), da Caixa/FGTS (Pró-Infância e Pró-Transporte) e da FINEP (inovações como playgrounds acessíveis). A contratação requer estudos de viabilidade econômico-financeira, garantias de receita e observância de normas de engenharia e sustentabilidade.

Por fim, a Lei do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) (Lei 13.019/2014) permite firmar Termos de Colaboração ou Fomento com OSCs, universidades e o Sistema S (SESC, SENAI, SENAC). Esses instrumentos viabilizam a execução compartilhada de bibliotecas-café, oficinas artísticas, programas de recreação motora e ações de promoção da saúde, combinando infraestrutura municipal com o capital humano, voluntariado e a capacidade de captação das entidades parceiras.



10 DISPOSIÇÕES FINAIS

O Plano Municipal pela Primeira Infância de Itaperuçu representa um avanço significativo na consolidação de políticas públicas voltadas às crianças de 0 a 6 anos, ao estabelecer uma visão integrada e de longo prazo para a promoção do desenvolvimento infantil. A elaboração deste plano permitiu um conhecimento aprofundado da realidade local, reunindo informações sobre aspectos sociais, econômicos, demográficos, territoriais e estruturais do município. O diagnóstico revelou um crescimento populacional expressivo nos últimos anos, acompanhado de transformações urbanas e rurais que exigem respostas planejadas para garantir condições adequadas de vida e oportunidades iguais para todas as crianças.

Os levantamentos realizados apontaram a necessidade de fortalecer a qualidade e a abrangência dos serviços voltados à primeira infância, com ênfase nas áreas de saúde e educação infantil. Em saúde, embora o município tenha ampla cobertura da atenção básica pelas equipes de Saúde da Família, persistem fragilidades importantes: déficit de Agentes Comunitários de Saúde, baixa adesão das famílias ao acompanhamento contínuo das crianças pela caderneta de saúde, escassez de serviços especializados, especialmente em saúde mental infantil, e ausência de atendimento psicossocial voltado especificamente para crianças. Na educação infantil, o diagnóstico evidenciou uma menor frequência escolar de crianças de 0 a 5 anos, especialmente nas turmas de berçário e pré-escola, além de desafios relacionados à infraestrutura das unidades de educação infantil municipais, como falta de acessibilidade nas salas e banheiros, deficiências estruturais em algumas unidades e relatos de carência de materiais didáticos e brinquedos pedagógicos. Na dimensão social, persiste a vulnerabilidade de muitas famílias em relação à renda, à proteção social e, sobretudo, a falta de espaços públicos adequados para convivência, lazer e brincadeira, apontada de forma recorrente nas oficinas participativas.

Ao mesmo tempo, o plano evidenciou potencialidades importantes que devem ser reconhecidas e fortalecidas. Destacam-se a atuação dedicada das equipes educacionais e de saúde, a boa qualidade da alimentação escolar, a estruturação do trabalho em rede entre as secretarias municipais, a existência de conselhos ativos e o envolvimento comunitário em diversas ações e projetos existentes voltados à proteção e ao desenvolvimento das crianças. Esses avanços, já presentes no município, formam uma base sólida sobre a qual será possível ampliar, integrar e qualificar os serviços, tornando-os mais eficientes e aderentes às necessidades reais da população.

O plano também ressaltou a importância do processo participativo como um dos principais norteadores desta construção. Ao longo de sua elaboração, foi possível ouvir famílias, profissionais e, principalmente, as próprias crianças, cujo olhar revelou prioridades frequentemente invisíveis no planejamento urbano e social. A integração das diferentes áreas do governo municipal, somada à escuta da população, resultou em um diagnóstico realista, sensível às particularidades locais e comprometido com a formulação de políticas que dialogam diretamente com a vida cotidiana da população.

Com a definição de sete eixos prioritários – meio ambiente, saúde, educação infantil, assistência social, cultura/esporte/lazer, habitação e institucional –, o PMPI organiza diretrizes e ações específicas que orientam a superação das fragilidades levantadas e o fortalecimento das políticas já existentes voltadas à primeira infância. O



documento apresenta ações que exigem continuidade, planejamento financeiro e monitoramento sistemático, para que os avanços possam ser consolidados. A implementação das ações aqui propostas deverá considerar indicadores, pactuação de responsabilidades e mecanismos de acompanhamento social, de forma a garantir que o plano seja efetivamente colocado em prática e adaptado ao longo do tempo conforme as necessidades da população. Assim, Itaperuçu reafirma seu compromisso com a prioridade absoluta da Primeira Infância, compreendendo que investir nessa fase é construir bases sólidas para uma cidade mais justa, saudável e inclusiva para as próximas gerações.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMEP. Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná. **Municípios da Região Metropolitana de Curitiba**. Disponível em: <<https://www.amep.pr.gov.br/FAQ/Municipios-da-Regiao-Metropolitana-de-Curitiba>>. Acesso em: jun.2024a.

AMEP. Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná. **Karst**. Disponível em: <<https://www.amep.pr.gov.br/Pagina/Karst>>. Acesso em jun. 2024b.

BCB. Banco Central do Brasil. **Relatório de Inflação**. 2022. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/content/ri/relatorioinflacao/202203/ri202203b9p.pdf>>. Acesso em: jun. 2024.

BRASIL. Governo Federal. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: Diário Oficial da União.

BRASIL. Governo Federal. **Lei 9.985**, de 18 de Julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Publicada no Diário Oficial em 19 de julho de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9985.htm>. Acesso em: jun.2024.

BRASIL. Governo Federal. **Lei nº 13.010**, de 26 de junho de 2014. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13010.htm> Acesso em: jun.2024.

BRASIL. Governo Federal. Ministério da Saúde. Sistema Único de Saúde. **Portaria GM/MS nº 1.130**, de 5 de agosto de 2015. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.economia.gov.br/>> Acesso em: jun.2024.

Brasil. Governo Federal. Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Manual dos comitês de mortalidade materna**. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas – 3ed. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2007. 104p. – (Séria A. Normas e Manuais Técnicos) Acesso em: jun.2024.

BRASIL. Governo Federal. Ministério da Saúde (MS). Secretaria de atenção à saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Guia para orientar ações intersetoriais na primeira infância** – Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

BRASIL. Governo Federal. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). **Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social – CRAS**. Brasília 2009. – Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_Cras.pdf> Acesso em: jun.2024.

BRASIL. Governo Federal. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). **A Primeira Infância**. Disponível em: <<https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/crianca-feliz/a-primeira-infancia>> Acesso em: jun. 2024a.

BRASIL. Governo Federal. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). **Relatório de Programas e Ações**. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/?codigo=411125&aM=0>> _Acesso em: jun. 2024b.

BRASIL. Governo Federal. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). **Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS**. Disponível em: <<https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas/unidades-de-atendimento/centro-de-referencia-especializado-de-assistencia-social-creas>> Acesso em: jun. 2024c.

BRASIL. Governo Federal. Serviços. **Participar de Serviços da Proteção Social Especial**. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/servicos/participar-de-servicos-da-protecao-social-especial>> Acesso em: jun. 2024d.



BRASIL. Governo Federal. Ministério da Educação (MEC). **MEC debate primeira infância de crianças com deficiência 2023**. Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/setembro/mec-debate-primeira-infancia-de-criancas-com-deficiencia>> Acesso em: jun. 2024.

CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde. **Consulta Estabelecimento – Identificação 2024**. Disponível em: <<https://cnes.datasus.gov.br/pages/estabelecimentos/consulta.jsp>> Acesso em: jun. 2024.

COHAPAR. Companhia de Habitação do Paraná. **Plano Estadual de Habitação de Interesse Social do Paraná**. Pesquisa de Necessidades Habitacionais do Paraná - Resultados. 2019. Disponível em: <https://www.cohapar.pr.gov.br/sites/cohapar/arquivos_restritos/files/documento/2024-06/pesquisa_de_necessidades_habitacionais_do_parana_2019_-_resultados.pdf>. Acesso em: jun. 2025.

CORDELINI. Silvana; CASTELLI M.C.Z. **Plano Municipal pela Primeira Infância: Atividade Política e Política Pública**. Revista Internacional de Dados de Administração Pública. São Paulo, SP, v5, n1, pp 81-101, Jun-Dez,2020.

COMEC. Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba. **Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba: propostas de ordenamento territorial e novo arranjo institucional**. Curitiba, 2006. Disponível em: <https://www.amep.pr.gov.br/sites/comec/arquivos_restritos/files/documento/2019-11/pdi_2006.pdf>. Acesso em: jun.2024.

COMESP. Consórcio Metropolitano de Serviços do Paraná. **Quem Somos**. Disponível em: <<https://comesp.atende.net/cidadao/pagina/comesp>>. Acesso em jun. 2024.

ECOTECNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA. **Plano Diretor Municipal de Itaperuçu 2014**. Fase 2 e 3: Avaliação Temática Integrada. Itaperuçu, 2014.

FIEP – Federação das Indústrias do Estado do Paraná. **Selo ODM é entregue a 187 empresas e instituições paranaenses 2015** Disponível em: <<https://www.fiepr.org.br/nospodemosparana/selo-odm-e-entregue-a-187-empresas-e-instituicoes-paranaenses-2-2028-293219.shtml>> Acesso em: jun. 2024

FMCSV. Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. Primeira Infância. Dados. Itaperuçu. Saúde. **Mortalidade materna. 2010-2022**. Disponível em: <primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/itaperucu-pr/> Acesso em: jun. 2024

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Portal Cidades: Itaperuçu 2022**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/itaperucu/panorama>>. Acesso em: jun. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa. **Cidades e Estados do Brasil**. Panaroma de Itaperuçu. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/itaperucu/panorama>>. Acesso em: jun. 2024.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar - 2023**. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>>. Acesso em: jun. 2024.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Índice Iparades de Desempenho Municipal**. Disponível em: <<https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Indice-Ipardes-de-Desempenho-Municipal>>. Acesso em: jun. 2024.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Planilha IVS**. Disponível em: <<http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/planilha>>. Acesso em: jun. 2024.

INTERAÇÃO URBANA. **Plano Municipal de Saneamento 2015**. Disponível em: <https://interacaourbana.com.br/hotsite/itaperucu/wp-content/uploads/sites/3/2020/04/produto_2_diagnostico_itaperucu_mai15_.pdf> Acesso em: jul. 2024.

ITAPERUÇU. Prefeitura Municipal de Itaperuçu. **Plano Diretor Municipal: Produto Fase 01**. Itaperuçu, 2014.



ITAPERUÇU. Prefeitura Municipal de Itaperuçu. **Plano Municipal de Saneamento Básico Itaperuçu/PR 2015**. 186 p. Disponível em: <https://interacaourbana.com.br/hotsite/itaperucu/wp-content/uploads/sites/3/2020/04/produto_2_diagnostico_itaperucu_mai15_.pdf>. Acesso em: jun. 2024.

ITAPERUÇU. Prefeitura Municipal de Itaperuçu. **Lei Complementar nº1** de 12 de julho de 2018. Disponível em: < <https://leismunicipais.com.br/a/pr/i/itaperucu/lei-complementar/2018/1/1/lei-complementar-n-1-2018-dispoe-sobre-a-estrutura-organizacional-da-prefeitura-municipal-de-itaperucu-estabelece-e-renomeia-as-secretarias-municipais-conferindo-as-respectivas-atribuicoes-para-as-suas-estruturas-funcionais-ajusta-o-quadro-administrativo-dos-cargos-em-comissao-e-funcoes-gratificadas-e-da-outras-providencias>> Acesso em: jul. 2024.

ITAPERUÇU. Prefeitura Municipal de Itaperuçu. **LEI Nº 720**, DE 08 DE SETEMBRO DE 2021. Dispõe sobre a Mobilidade e Sistema Viário Municipal e dá outras providências. Itaperuçu, PR. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/sistema-viario-municipal-itaperucu-pr>>. Acesso em: jun. 2024.

ITAPERUÇU. Prefeitura Municipal de Itaperuçu. **Decreto nº54** de 08 de dezembro de 2022a. Dispõe sobre a autorização para prestação de serviços de água e esgoto pela Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR e dá outras providências. Disponível em: < <https://leismunicipais.com.br/a/pr/i/itaperucu/decreto/2022/6/54/decreto-n-54-2022-dispoe-sobre-a-autorizacao-para-prestacao-de-servicos-de-agua-e-esgoto-pela-companhia-de-saneamento-do-parana-sanepar-e-da-outras-providencias>> Acesso em jul. 2024.

ITAPERUÇU. Prefeitura Municipal de Itaperuçu. **Plano Municipal de Saúde 2022b-2025**. Disponível em: < <https://itaperucu.pr.gov.br/wp-content/uploads/2023/04/PLANO-MUNICIPAL-DE-SAUDE-2022-2025.pdf>> Acesso em: jul. 2024.

ITAPERUÇU. Prefeitura Municipal de Itaperuçu. Secretaria de Saúde. **Prefeitura renova o estoque de medicamentos em farmácias do município 2023**. Disponível em: <<https://itaperucu.pr.gov.br/prefeitura-renova-o-estoque-de-medicamentos-em-farmacias-do-municipio/>> Acesso em: jul. 2024.

ITAPERUÇU. Prefeitura Municipal de Itaperuçu. **Você sabia que a coleta seletiva passa pelo seu bairro?** 2024. Disponível em: <<https://itaperucu.pr.gov.br/voce-sabia-que-a-coleta-seletiva-passa-pelo-seu-bairro/#prettyPhoto>>. Acesso em: jun. 2024.

ITCG. Instituto de Terras Cartografia e Geociências. Clima – Estado do Paraná. **Mapa digital**. Escala 1.2.000.0000. Disponível em: <https://www.iat.pr.gov.br/sites/agua-terra/arquivos_restritos/files/documento/2020-07/mapa_climas_a3.pdf>. Acesso em: jun. 2024.

MINEROPAR. Minerais do Paraná. **Atlas Geomorfológico do Estado do Paraná** – Escala 1:250.000 modelos reduzidos 1:500.000 – Minerais do Paraná S.A – MINEROPAR; Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2006, pp 50 e 51.

NCPI. Núcleo Ciência pela Infância. **O impacto do desenvolvimento na primeira infância sobre a aprendizagem**. Comitê Científico Núcleo Ciência pela Infância, 2014. Disponível em: <ncpi.org.br/publicacoes/impactodesenvolvimento> Acesso em: jun.2024.

OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde. **Indicadores de Saúde: Elementos Conceituais e Práticos**. Disponível em: <https://www3.paho.org/hq/index.php?option=com_docman&view=download&category_slug=health-analysis-metrics-evidence-9907&alias=45251-indicadores-saude-elementos-conceituais-e-praticos-251&Itemid=270&lang=en#:~:text=Os%20indicadores%20de%20sa%C3%BAde%20s%C3%A3o,morbidade%20em%20grupos%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o.> Acesso em: jun. 2024.

PARANÁ. **Decreto nº 1396** de 05 de setembro de 2007. Aprovado o Regulamento da Secretaria de Estado da Educação - SEED. Disponível em: <<https://leisestaduais.com.br/pr/decreto-n-1396-2007-paranaaprovado-o-regulamento-da-secretaria-de-estado-da-educacao-seed>>. Acesso em: jun. 2024.

PARANÁ. **Decreto Estadual nº 2.090/2015**. Modifica as Áreas Integradas de Segurança Pública – AISP's, para adequá-las às áreas de novas Comarcas do Poder Judiciário do Estado do Paraná. Disponível em: <<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/exibirAto.do?action=iniciarProcesso&codAto=144982&cdItemAto=882873>>. Acesso em: jun. 2024.



PARANÁ. **Plano Estadual de Assistência Social do Estado do Paraná: 2016-2019** / Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS. - Curitiba, PR: Secretaria da Família e Desenvolvimento Social. 2017. Disponível em:

<http://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/migrados/File/divulgacao/PlanoEstadual2017.pdf>. Acesso em jun. 2024

PARANÁ. Agência Estadual de Notícias. **Itaperuçu contará com novo Centro de Referência de Assistência Social**. Disponível em: < <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Itaperucu-contara-com-novo-Centro-de-Referencia-de-Assistencia-Social>> Acesso em: jul. 2024.

PARANÁ – Governo do Estado do Paraná. Secretaria da Saúde. **Puericultura**. Disponível em: <<https://www.saude.pr.gov.br/Pagina/Puericultura#>> Acesso em: jun. 2024.

PMI – Prefeitura Municipal de Itaperuçu. **Coleta de Dados com o Comitê Municipal de Gestão Intersectorial das Políticas Públicas para a Primeira Infância 2024**.

RNPI. Rede Nacional Primeira Infância. **Quem somos**. Disponível em: <<https://primeirainfancia.org.br/quem-somos/>> Acesso em: jul. 2024.

SNIS. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento. **Série Histórica. 2022**. Disponível em: <<http://app4.mdr.gov.br/serieHistorica/#>>. Acesso em: jun. 2024.